

# Área de Transportes e Obras Públicas

## PARTE I

### **BALANÇO DAS ACÇÕES GOVERNATIVAS NO ANO 2008**

Na LAG para 2008, na área dos Transportes e Obras Públicas, foi claramente definido que as metas políticas a prosseguir são assentadas no princípio de “melhor servir os cidadãos” e de conciliação com o desenvolvimento sustentável, em que se procurará promover o desenvolvimento harmonioso das construções urbanas e dos transportes com o ambiente ecológico e o ambiente civilizacional, assim como construir uma cidade habitável, melhorar o ambiente em que vivemos e elevar em absoluto a qualidade de vida da população.

A par disso, foi ainda proposto as seguintes 6 perspectivas para servir de linha orientadora de raciocínio a longo prazo:

- Definição clara de que o objectivo da construção urbana e do seu desenvolvimento consiste na elevação em absoluto da qualidade de vida da população.
- Reforço da criação de um clima de conduta íntegra e de reforço da prática de integridade.
- Aperfeiçoamento do regime, elevação do grau de eficiência, racionalização do erário público e apreciação dos meios humanos.
- Reforço do diálogo interno, desburocratização dos procedimentos administrativos, elevação da capacidade de resposta, consideração pelas acções de investigação e estudo e reforço das decisões com base científica.
- Respeito pelo direito de informação da população, encorajamento da participação pública, aumento da transparência da acção governativa e atitude de abertura dos assuntos administrativos.
- “Apesar de vivermos em tempo de paz, contudo devemos estar bem preparados para futuros eventuais perigos” e reforço da capacidade de gestão de crises causadas por súbitos incidentes.

Em 2008, as linhas orientadoras e o plano de trabalho definidos na LAG incidiram na beneficiação da criação dos diversos regimes, na elevação da capacidade de resposta às aspirações dos cidadãos, no aumento da transparência da

acção governativa, atitude de abertura dos assuntos administrativos e reforço da gestão de crise, pelo que iremos neste sentido adoptar uma série de políticas e medidas para o efeito, sendo que com o esforço conjunto dos funcionários dos diversos serviços e com o apoio da população em geral, foram então alcançados os resultados preliminares.

Contudo, estamos também claramente cientes de que devido a razões múltiplas, os resultados e o andamento de alguns dos trabalhos estritamente relacionados com a vida dos cidadãos se encontram ainda aquém das expectativas e das exigências da sociedade, por isso, os dirigentes dos serviços desta tutela devem continuar a adoptar uma atitude sincera, ouvir as opiniões e as críticas da sociedade, supervisionar os trabalhos dos serviços que dirigem, realizar com seriedade o balanço da experiência apreendida, articular com a realidade, adoptar medidas viáveis e introduzir seriamente soluções que visem a sua melhoria, no sentido de elevar o grau de satisfação da população quanto aos nossos trabalhos.

Em retrospectiva quanto ao ano que decorreu, os principais trabalhos nesta área foram:

## **1. Planeamento Urbanístico**

Em 2008, veio o Governo pretender promover os trabalhos do planeamento urbanístico. Nesta óptica, veio o Centro de Estudos Estratégicos para o Desenvolvimento Sustentável (CEEDS) desenvolver o Plano Conceptual para o Desenvolvimento Urbano de Macau, tendo ainda em Julho dado início os trabalhos de ampla consulta. O Grupo de Estudo Interno sobre o Planeamento Urbanístico formado pelos serviços desta tutela concluíram um relatório de estudo sobre a criação de sistema do planeamento urbanístico moderno e científico, que se destina a realizar o estudo e análise profunda sobre o actual ponto de situação do planeamento urbanístico de Macau, e sobre os problemas e desafios encontrados, sendo que em função do actual sistema do planeamento urbanístico de Macau, sistema administrativo e sistema da sua elaboração e execução, foram apresentadas propostas de melhoria especificamente focalizadas. O aludido relatório foi já entregue à consulta pública no quarto trimestre do corrente ano, tendo sido para recolher amplamente a opinião pública sobre o assunto. E continuaremos a articular e prestar apoio ao Plano Conceptual para o Desenvolvimento Urbano de Macau, que servirá por sua vez como importante referência para o relatório de trabalho do Governo sobre o planeamento urbanístico de Macau, conjugado com a recolha compilada da opinião pública, o que permitirá melhor optimização do nosso relatório preliminar sobre o planeamento urbanístico de Macau.

A par do Governo ter realizado o estudo sob o ponto de vista macroestrutural quanto a criação do sistema do planeamento urbanístico de Macau a longo prazo, alheio de permitir o reforço dos trabalhos de planeamento urbanístico de Macau, se procurou satisfazer as exigências do desenvolvimento urbano e encontrar o ponto de equilíbrio entre o desenvolvimento urbano e a defesa das paisagens do património histórico de Macau, e no corrente ano foi implementado o programa “caminhar com ambas as pernas” no que refere à microestrutura do planeamento urbanístico. No primeiro semestre de 2008 a subunidade responsável pelo planeamento urbanístico e os órgãos de cultura vieram em conjunto elaborar o plano de pormenor que fixam as cotas altimétricas máximas permitidas aos edifícios nas imediações do Farol da Guia, no sentido de permitir em absoluto e de forma sistemática proteger a paisagem do Farol da Guia.

Além de estarmos atentos ao planeamento urbanístico da zona de tampão do Centro Histórico de Macau, foi ainda juntamente com os órgãos de cultura dado início a um conjunto de trabalhos sobre o planeamento urbanístico e o equilíbrio entre o desenvolvimento urbano e protecção ambiental, em 2008 foi elaborado o projecto do plano de intervenção urbanística que fixa as cotas altimétricas máximas permitidas nas imediações das Ruínas de S. Paulo e do Jardim Luís de Camões.

E não obstante a este facto, tínhamos concluído e realizado vários planos preliminares de intervenção urbanística. Na Península de Macau foi concluído o plano de reformulação da Rua de Abreu Nunes e da Rua de Ferreira do Amaral, e o plano de reformulação da Calçada da Surpresa e da Estrada do Visconde de S. Januário. E encontram-se em curso os trabalhos de revisão do plano de urbanização do Bairro da Ilha Verde e do plano aprofundado do passeio pedonal ao longo da Estrada de S. Francisco.

Para estreitar a relação de cooperação entre Macau e Guangdong na área de planeamento urbanístico, o Governo, em colaboração com o Departamento de Construção Provincial de Guangdong, realizaram a “Turma de estudo de planeamento urbanístico Guangdong-Macau” destinados aos trabalhadores de administração pública e as associações comunitárias, no qual o conteúdo inclui a apresentação do sistema de planeamento urbanístico do Interior da China e das experiências da Província tidas nos trabalhos de planeamento urbanístico.

No que refere aos trabalhos de reordenamento dos bairros antigos, o Conselho Consultivo de Reordenamento dos Bairros Antigos de Macau (CCRBAM) veio sobretudo em 2008 discutir em pormenor sobre cada uma das cláusulas do projecto do Regime Jurídico do Reordenamento dos Bairros Antigos entregue em finais de 2007 pelo grupo de trabalho interdepartamental da Administração e entregar as opiniões e sugestões para o grupo de trabalho interdepartamental da Administração servir como referência e objecto de estudo, de forma a melhorar o conteúdo do projecto de lei. Por outro lado, veio o CCRBAM cooperar com as associações juvenis de Macau realizando acções de consulta ponto a ponto e frente a frente com os jovens sobre o reordenamento dos bairros antigos, em que através de diversas formas, nomeadamente realização de fórum e debate, se procurou de forma interactiva apresentar aos jovens este projecto de lei, assim como ouvir a sua opinião sobre o assunto.

Uma vez que o planeamento urbanístico faz parte do plano de reordenamento dos bairros antigos, veio a DSSOPT, o Instituto Cultural e o IACM cooperarem para a realização dos trabalhos de embelezamento das vias públicas, veio como teste-piloto dar início ao plano de embelezamento dos antigos arruamentos desde a Barra até o Largo de Santo Agostinho, tendo sido escolhidos alguns dos antigos edifícios para a realização de pintura no exterior, como forma mais célere e eficaz de proceder ao seu embelezamento.

## **2. Gestão de solos**

Em princípios de 2008 foi criado o grupo de trabalho para a revisão e alteração da Lei de Terras, em que foi dado início aos trabalhos de revisão e alteração global da Lei de Terras e seus diplomas legais subsidiários. O grupo veio realizar vários debates e concluiu dentro do ano corrente o relatório que contém os resultados dos debates realizados sobre o assunto, assim como dar início as acções de auscultação pública para o efeito. Por outro lado, a fim de permitir que o método para a determinação do montante do valor do prémio de concessão possa na medida dos possíveis acompanhar o preço praticado no mercado e que alcançar um nível aceite pela sociedade, está a estudar sobre a criação do mecanismo de revisão permanente do método para a determinação do montante do valor do prémio de concessão, quando o respectivo sector ter recebido o relatório de análise de cotação de preços, iremos desenvolver os trabalhos da fase de análise.

A revisão da “Lei de Terras” é uma tarefa de longo prazo e duradoura. Para satisfazer as necessidades da sociedade sobre o aumento do grau de transparência de informação de solos e a partilha de informação, estabelecemos gradualmente um sistema modernizado de informação de solos através da optimização de *software*. Como uma plataforma de informação, a “Rede de Informação Cadastral” lançada em 2008, integra informações de solos e de cadastro provenientes de várias entidades, fornecendo dados e informações sobre estatística de solos, titularidade de propriedade, procedimento administrativo, legislação e gestão de solos. Assim, os cidadãos e os investidores podem obter rapidamente as respectivas informações, como também as entidades públicas congéneres podem referenciar os respectivos dados com o fim de elevar a eficiência de gestão de solos e de decisão estratégica.

A fim de melhor elevar a aplicação e exactidão da base de dados cadastrais, concluímos no corrente ano a revisão inicial das informações sobre as construções e a sua actualização, assim como a criação do registo das informações sobre as construções de valor histórico e do seu sistema com função retrospectiva, podendo já este sistema ser utilizado. E através deste sistema, foi possível dominar rapidamente as informações sobre a evolução das informações cadastrais, auxiliando assim os trabalhos de gestão de solos. E em harmonia com a gestão dos solos e o desenvolvimento do planeamento urbanístico, foi dado início em 2008 a articulação com a base de dados cadastral, o aperfeiçoamento do plano do sistema de fiscalização dos dados sobre terrenos, reforçar a fiscalização do cumprimento do contrato de concessão de terrenos.

Por outro lado, o Grupo Consultivo para o Desenvolvimento de Terrenos realizaram vários encontros, que emitiram parecer sobre várias concessões de terrenos à luz do ponto de vista de planeamento urbanístico, protecção dos patrimónios históricos e arquitectónicos e protecção do ambiente. Além disso, a Direcção dos Serviços de solos, Obras Públicas e Transportes implementou, a título experimental, o “Regime de Audiência Pública para a Concessão, Troca e de Modificação do Aproveitamento dos Terrenos”, em que será convidado o requerente que pretende a concessão de terreno ou que pretende alterar a finalidade do terreno concedido para apresentar aos representantes do Governo, convidando também a presença dos membros do Grupo Consultivo para o Desenvolvimento de Terrenos, os fundamentos alegados no seu pedido de concessão de terreno, ou de troca de terreno, ou de modificação do aproveitamento, ou de alteração de finalidade, em que a população e a comunicação social estarão presentes na sessão de apresentação conforme as regras definidas. Estas medidas permitirão auxiliar os cidadãos a poderem na fase inicial do processo de apreciação do pedido conhecerem atempada e profundamente quanto a esta situação, de forma a aumentar a transparência do processo de concessão.

A par disso, vimos proceder à beneficiação da base de dados dos processos da Comissão de Terras, criação da base de dados do Grupo Consultivo para o Desenvolvimento de Terrenos e simplificação dos procedimentos administrativos para a emissão da licença de ocupação temporária e sua avaliação, de forma a reforçar o auxílio da gestão de solos e cadastral.

### **3. Urbanismo**

Ultimamente com o desenvolvimento económico foram realizadas várias obras em Macau, o que por sua vez veio conduzir a que as subunidades de licenciamento se deparassem com um grande volume de trabalho nunca antes deparado. Visando para elevar a eficiência da apreciação, a par do acréscimo de meios humanos nos serviços competentes, procurou-se ainda otimizar o circuito de apreciação dos projectos, por isso, em princípios do corrente ano foi criado o Grupo de Estudo sobre o Circuito Interno de Trabalho destinado para rever o funcionamento do actual circuito de trabalho da Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes (DSSOPT). Estes trabalhos serão divididos em 3 fases, a 1.ª fase consiste em dar início à investigação do circuito dos trabalhos fulcrais da DSSOPT, detectando as falhas no actual circuito de trabalho, apresentando as respectivas soluções para a sua melhoria. A 2.ª fase consiste na implementação a título experimental destas soluções e a 3.ª fase consiste no balanço da implementação destas soluções, sendo que em finais do corrente ano será concluído o relatório quanto aos resultados obtidos.

Tendo em conta que a apreciação dos projectos de arquitectura consiste no centro das atenções da sociedade, por isso, a optimização dos trabalhos veio primeiro focalizar nas subunidades responsáveis pela apreciação dos projectos de especialidade e licenciamento das obras, tendo em função do princípio de primeiro os trabalhos mais fáceis e depois os mais difíceis, foi concretizado a simplificação dos procedimentos de tratamento das obras simples através da implementação dos serviços de Comunicação de Obras Simples em Fracções Autónomas Habitacionais e de Não Habitacionais, no qual só precisa o aviso prévio da realização de obra, isto no sentido de tornar o serviço mais célere e conveniente. E paralelamente foi ainda criado um único balcão para o tratamento específico dos entupimentos dos esgotos e infiltração de água nos edifícios, problema que afectam directamente a população local.

A fim de melhor promover os trabalhos de apreciação dos empreendimentos imobiliários, a par de se dar início aos trabalhos de estudo da simplificação dos procedimentos, que tornando mais célere a apreciação das obras de intervenção e de conservação simples na parte comum dos edifícios. Os demais trabalhos de articulação tais como a revisão do Regulamento de Segurança contra Incêndios(RSCI), o Regulamento Geral da Construção Urbana (RGCU) e do projecto de lei do regime de licenciamento das obras particulares, e se procurará a serem lançados gradualmente à auscultação pública os respectivos projectos, entre 4º trimestre do ano e o início do próximo ano. Além disso, a aceleração dos trâmites da apreciação depende da interacção entre o Governo e o sector envolvido, por isto, iremos organizar no 4º Trimestre ou no início do próximo ano, sessão de esclarecimento destinado ao sector, no sentido de elevar o nível de transparência e a interacção entre partes.

No que refere ao tratamento da questão de demolição das obras ilegais em edifícios, a par de no corrente ano investirmos mais recursos, iremos ainda rever e aperfeiçoar as normas e regulamentos em vigor para beneficiação da legislação permitir uma maior aplicação na execução dos trabalhos. Por outro lado, foi já reforçada a cooperação entre os serviços públicos e elevado claramente a eficiência dos seus resultados dos trabalhos de demolição. A par disso, os serviços de obras concluiu as Instruções de Segurança nos Estaleiros de Obras para acelerar a fixação de instruções de segurança nos estaleiros de obras durante a época de chuvas e tempestades tropicais.

#### **4. Empreitadas de Obras Públicas**

Tendo em conta o próspero desenvolvimento do turismo de Macau, vimos no corrente ano executar mais infra-estruturas para elevar a capacidade de recepção de Macau. E tendo iniciado a segunda fase da obra de ampliação do Edifício do Posto Fronteiriço das Portas do Cerco bem como de construção do Novo Edifício dos Serviços de Migração. A par disso, em harmonia com as necessidades concretas do desenvolvimento dos serviços de transporte marítimo de passageiros, foi alterado o projecto do Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa, sendo que a elaboração do projecto estão previstos a ser concluídos dentro do 1º Trimestre do próximo ano.

Nas infra-estruturas em termos de instalações de estacionamento público e de enquadramento de trânsito, as obras de construção do auto-silo e do jardim junto à Rua de Seng Tou, na Taipa, vai ser lançado a concurso público no 4.º trimestre do corrente ano, e o auto-silo junto da Povoação de Chun Su Mei, na Taipa, está ainda na fase de consulta e elaboração do projecto aprofundado. E não obstante a este facto, foi ainda concluído a construção da passagem superior para peões do Bairro de Tamagnini Barbosa e da Rua do Almirante Sérgio. Para facilitar a deslocação dos cidadãos de e para o Centro Hospitalar Conde de S. Januário, no corrente ano, foi também lançado o concurso público das obras de reordenamento da Calçada da Surpresa e da Estrada Visconde de S. Januário, que entretanto vai prosseguir o acto público no ano corrente.

Além disso, em coordenação com o desenvolvimento da cidade de Cotai numa zona caracterizada pela concentração de instalações complexas de jogos e turismo, divertimentos, conferência e exposição, continuaremos a realização de ajustamentos do planeamento em termos das infra-estruturas, redes rodoviárias, transportes públicos, bem como de abastecimento e distribuição de água e energia, etc. em Cotai, de acordo com o projecto específico do futuro desenvolvimento desta zona e dos grandes empreendimentos rodoviários transfronteiriços, sendo que foi já dado início ao plano de construção de diversas vias do COTAI.

Por outro lado, para reforçar a supervisão e controlo face às obras públicas e aperfeiçoar o respectivo regime de concurso, foi elaborada no ano corrente a “Instruções Referentes às Despesas de Aquisição de Bens, Serviços e Obras” e aplicou-os, a título experimental, dentro dos serviços públicos das obras públicas. A respectiva orientação estipula que, em todos os trabalhos das obras públicas de maior dimensão, constituirão “Grupo de Acompanhamento de Projecto”, para o melhor acompanhamento da coordenação da elaboração dos projectos, como também haja necessidade de reduzir a oportunidade de ter erro e omissão no projecto de execução, para além da necessidade de satisfazer as exigências das partes utentes. Nos contratos de adjudicação com o exterior para prestação dos serviços de fiscalização e de elaboração de projecto, serão reforçadas também as obrigações de responsabilização e de penalidade, por forma a dinamizar as entidades fiscalizadoras e projectistas para melhor cumprir as suas próprias funções e responsabilidades, para que seja assegurada a qualidade das obras públicas.

Os Serviços de obras públicas introduziram no corrente ano , a título experimental, o sistema de sorteio informático nos concursos de empreitada de obras públicas por meio de consulta, e que depois do sorteio informático será ainda atribuído uma pontuação às empresas para a análise e classificação informática, de forma a permitir a selecção da melhor empresa, em que se procurará na medida dos possíveis seleccionar de forma justa a empresa e permitir que a obra seja executada com qualidade. Além disso, se foi realizado o estudo quanto a viabilidade da criação da base de dados, tendo ainda já sido dado início ao estudo quanto a introdução progressiva do mecanismo de avaliação da qualidade da obra executada pelo empreiteiro e a sua classificação geral, a fim de servir como fundamento na sua futura selecção. Este mecanismo está no momento a ser consultado e recolhida a opinião e as sugestões dos serviços de obras e do respectivo sector.

Para a concretização da oportunidade de emprego da mão-de-obra local do sector da construção civil, os serviços de obras irão também implementar, a título experimental, que as empreitadas de obras públicas de orçamento menos de dez milhões é totalmente necessário a contratação de mão-de-obra local (excluindo os trabalhos especiais), em caso se verifique infracções por parte do empreiteiro, haverá então lugar à rescisão do contrato e lhe será exigido a indemnização por todos os prejuízos resultantes. Tal medida pode ser ajustada visando as mudanças do mercado de emprego e que vai avaliar os resultados desta medida depois ocorrido um período de tempo.

## **5. Habitação Pública e Gestão de Edifícios**

### **5.1 Política na Habitação Pública**

De acordo com os respectivos planos de habitação pública, o Governo da RAEM irá, faseadamente, construir 19 000 fracções de habitação pública, antes do fim do ano 2012. No ano corrente, continuamos, com ordem e gradual, o desenvolvimento dos vários planos de construção de habitação pública. No âmbito da construção da habitação social, cumprindo a promessa, os planos concretizados são: A obra de construção do edifício de Habitação Social do Fai Chi Kei, designado de 884 fracções; A 1ª fase da Habitação Social de Mong-Há, cuja conclusão vai fornecer cerca de 588 fracções; O Complexo de Habitação Social na Ilha Verde, Blocos B e C, a conclusão desta obra está prevista fornecer aproximadamente 924 fracções. As referidas obras estão previstas para concluir dentro do ano 2009. Concluiu-se o procedimento de adjudicação da prestação de serviço de concepção do Complexo de Habitação Social na Ilha Verde, Bloco A, que vai fornecer cerca de 357 fracções e prevendo-se iniciar a execução da obra no 1.º semestre do ano que vem.

Por outro lado, para aumentar gradualmente o número de habitação económica, a obra de construção da habitação económica dos Lotes HR e HS, na Rua da Tranquilidade do Hipódromo, na península de Macau, prevê-se que esteja concluída no 2.º semestre do ano de 2009, fornecendo 880 fracções. A obra do Lote TN27, situado na Estrada Coronel Nicolau de Mesquita, na Taipa, feito a avaliação das propostas e prosseguiu a sua adjudicação, no qual vai logo começar a sua execução plena, este projecto prevê fornecer aproximadamente 2 703 fracções.

Para reforçar a iniciativa e a flexibilidade na construção de habitação pública, o Governo está a alterar a forma de fracções de contrapartida passada, o modelo de ser construído pelos empreendimentos particulares para serem construídas com financiamento directo pelo Governo. Ainda, o Governo da RAEM está a acompanhar activamente o desenvolvimento dos lotes do Bairro da Ilha Verde e a mudança dos residentes das barracas existentes. Estando a negociar, de forma dinâmica, com os empreiteiros, que visa transformar os quatros lotes do Bairro da Ilha Verde para um plano de habitação económica, prevendo-se que a construção de habitação económica no LOTE 4 do Bairro da Ilha Verde irá concretizar-se primeiro, dentro do ano e cuja conclusão vai fornecer cerca de 600 fracções. Aliás, os doze terrenos de Seac Pai Van, em Coloane, com uma área de 42 300 m<sup>2</sup>, vão deixar como reserva de terreno para aplicação de construção de habitação pública.

Por outro lado, o Governo está a promover o Plano Provisório de Atribuição de Abono de Residência a Agregados Familiares da Lista de Candidatos a Habitação Social, que visa aliviar os encargos com habitação dos agregados familiares da lista. E para apoiar os indivíduos, com dificuldades em adquirir habitação no mercado privado, iremos estudar a promoção do Plano de Financiamento ao Crédito para a 1.ª Aquisição de Habitação Própria e o Plano de Arrendamento de Habitação para as Famílias de Recém-casados, os projectos de legislação já foram elaborados e lançados à auscultação pública.

## **5.2 Assunto relativos a Administração de Edifícios**

No sentido de apoiar os condóminos na reparação e conservação de edifícios, no transacto ano 2007, temos promovido o Plano de Créditos Sem Juros para Reparação de Edifícios, e reforçámos também os respectivos trabalhos de sensibilização e divulgação por diferentes vias. Para reforçar o apoio à realização de manutenção e reparação dos edifícios, este ano promovemos ainda o Plano de Apoio Financeiro para Reparação de Edifícios e o Plano de Apoio Financeiro para Administração de Edifícios. A fim de estimular os condóminos a criarem a assembleia geral para intervir na gestão dos edifícios.

Na área de administração de edifícios, continuamos a fornecer serviços de apoio à habitação económica e prédios privados. A fim de conhecer e obter de forma mais eficaz os dados e informações dos edifícios de cada zona da cidade e desempenhar de modo mais eficiente o cariz da gestão de edifícios, o Governo está a preparar a criação da base de dados dos edifícios de Macau, que convém conter nomeadamente os dados sobre a respectiva zona e localização do edifício, seu número de registo predial, número de pisos, a administração do condomínio e a entidade administradora.

### **5.3 Trabalho de Fixação de Leis**

Para apoiar as famílias com verdadeiras necessidades e resolver as dificuldades habitacionais dos grupos sociais mais carenciados, tínhamos iniciado a revisão e aperfeiçoamento da legislação de habitação pública, e lançado a auscultação pública nos finais do ano 2007, após análise profunda, foi condensado as opiniões e sugestões dos diferentes sectores da sociedade, o IH tinha revisto os requisitos de acesso, limite e declaração das receitas e patrimónios, princípios de avaliação, a lista de espera, condições de transmissão, etc. A fim de tornar o respectivo regime mais apto à realidade, adequada à distribuição dos recursos e concretizante ao princípio de manutenção da ética tradicional e solidariedade à camada social mais carenciados. Entretanto, envidamos, iniciar o respectivo processo legislativo dentro do ano e desejamos a sua aplicação no próximo ano. Por outro lado, no sentido de regular a actividade de mediação imobiliária e elevar o nível da qualidade dos profissionais de mediação imobiliária, está elaborado o Regime de Fiscalização e Controlo da Emissão da Licença para a Mediação Imobiliária, após de ter ouvido a opinião do envolvido sector. Actualmente, o respectivo regime tinha entrado ao processo legislativo.

Além do mais, considerando que a actual qualidade do sector da administração de imóveis de Macau é bastante importante para a administração dos edifícios, para elevar o nível da qualidade e normalização do sector profissional da administração de imóveis, através da cooperação interdepartamental e baseando a consulta preliminar realizada, estamos a envidar para elaboração do projecto de Regime Jurídico do Exercício da Actividade de Administração de Edifícios e da Profissão de Pessoal Administrativo.

Simultaneamente, para melhor resolução dos conflitos da administração dos imóveis, estamos a estudar a possibilidade da criação do mecanismo de arbitragem, procurar criar um Centro de Arbitragem para os Assuntos da Administração de Edifícios, constituído por representantes do Governo e representantes sociais, com função de resolução de conflito, através da arbitragem voluntária. O respectivo projecto já está elaborado, estando na fase de auscultação pública.

## **6. Área de trânsito**

Somos conscientes a importância da melhoria da situação de tráfego em Macau, no ano 2008, o âmbito de tráfego constitui um dos pontos fulcrais da acção governativa deste Secretariado, e como objectivo a longo prazo, a construção do sistema de transporte público urbano à luz do princípio de “melhor servir a população”.

Contudo, para atingir os objectivos estabelecidos, é preciso concretizar gradualmente a estratégia de primazia dos transportes públicos e elevação do nível da qualidade dos serviços de transporte público, iremos ainda construir um modelo com metro ligeiro que constituirá a veia principal do modelo, os autocarros e os táxis como transporte básico e assistido pelo sistema de passeio pedonal. A propósito disto, lançou no Março passado, à auscultação pública, o Projecto de Optimização e Ordenamento do Transporte Público 2008, tal projecto concerne principalmente sobre os assuntos mais destacados pela população local, nomeadamente, a melhoria dos serviços de autocarros, monitorização das viaturas especiais dos hotéis e dos casinos, a reestruturação de trânsito na área da Avenida de Almeida de Ribeiro, e a construção do sistema de passeio pedonal. Após auscultação pública, iremos prosseguir a optimização destes projectos.

Neste âmbito, foi criada oficialmente em Maio do corrente ano a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego(DSAT), que se responsabiliza pela coordenação de planeamento e gestão do trânsito, tanto como pelo controlo dos transportes terrestres e optimização dos assuntos correspondentes ao trânsito. Prosseguir de acordo com as opiniões e sugestões ouvidas na sociedade sobre o Projecto de Optimização e Ordenamento do Transporte Público 2008, na concretização e desenvolvimento dos trabalhos para “melhoria dos transportes públicos”. O Governo aproveitou a oportunidade do termo do “Contrato de concessão do serviço público de transportes colectivos rodoviários de passageiros”, foi assinado, com as duas empresas concessionárias, um novo contrato provisório de serviço público de autocarro, cujo prazo dura dois anos, e aproveitou também para

introduzir medidas favoráveis à melhoria da qualidade dos serviços prestados, reforçando o papel do Governo na delimitação dos itinerários e encarecer o cariz na fiscalização das duas empresas. Em simultâneo, através de promoção dos programas de benefício das tarifas de autocarro para as diferentes camadas sociais (exemplo: Plano de benefícios das tarifas de autocarro para idosos e estudantes), no intuito de incentivar a maior utilização dos serviços de transportes públicos por parte dos cidadãos. Por outro lado, continuar a optimização dos percursos dos autocarros, sido optimizados parte das carreiras e pontos que apresentam sobreposições, aumentando a eficiência da operação dos serviços de autocarros, terem sido alargada o serviço de autocarros nocturnos até a Ilha de Taipa. Isto para promover a conveniência de deslocação e criar gradualmente condição para a concretização da política de primazia dos transportes públicos.

Visando a promoção da estratégia de primazia dos transportes públicos na vertente de recursos humanos. Tendo em conta a escassez dos motoristas de veículos pesados de passageiros, sob pretexto de salvaguardar os critérios e a qualidade de formação de motoristas fixado ao padrão internacional, acelerando e dando primazia a exame de condução para automóveis pesados de passageiros, e vai aumentar o número de contingente para exame de condução.

Para prosseguir a estratégia de primazia dos transportes públicos, está incorporado a primeira fase do plano de reordenamento viário da Avenida de Almeida Ribeiro, que se inclui a colocação de semáforos frente do edifício do IACM e alargar a respectiva zona de passagem pedonal. Por outro lado, dado o início do plano de reordenamento da zona de tomada e largada de passageiros das viaturas especiais dos hotéis e dos casinos, já tinha começado as obras primárias para construção da passagem superior para peões provisória do lado Oeste da Praça das Portas do Cerco.

No âmbito da construção do sistema de metro ligeiro, como aquele sistema constitui a veia principal do modelo de transporte público concretizante a filosofia de melhor servir a população de Macau, é instrumento essencial e meio de transporte da estratégica, a longo prazo, de primazia dos transportes públicos. Na continuação dos trabalhos desenvolvidos desde ano passado, este ano iniciaram o processo para a “Consulta para a Prestação dos Serviços de Gestão de Projecto e Assistência Técnica para a Implementação da 1.<sup>a</sup> Fase do Sistema de Metro Ligeiro de Macau”, que tentar realizar a adjudicação ainda dentro deste ano.

Por outro lado, está concluído respectivamente no Agosto e no Setembro, o acto público e avaliação das propostas da primeira e segunda fase da “Consulta para o Estudo de Viabilidade da 2.<sup>a</sup> Fase do Sistema de Metro Ligeiro de Macau”, e prevê realizar a adjudicação no 4º trimestre ao empreiteiro que vai assumir a elaboração do estudo. Durante o trâmite do processo acima referido, mantemos por um lado a transparência dos trâmites, activo na revelação das notícias, que incluiu nomeadamente as informações sobre o progresso dos planos de metro ligeiro, a situação geral dos serviços públicos, orientação e critérios de avaliação das propostas. E foram também introduzidas novas medidas durante o concurso, para fortalecer a independência nos trabalhos de concurso e avaliação das propostas, tanto o profissionalismo e objectividade, que também foi reforçado a base de integridade.

Dado que o Governo dedica especial atenção ao impacto ambiental de toda a concepção do sistema e o planeamento do seu traçado no meio ecológico, assim, face ao traçado da 1.<sup>a</sup> fase do sistema de metro ligeiro, foram desenvolvidos, neste ano, estudos pormenorizados de impacto ambiental, tendo em vista propor várias medidas de melhoramento do impacto visual, paisagístico e da poluição sonora, nas futuras fases de construção e operação do sistema. Dado que antes de iniciar os trabalhos de construção civil de metro ligeiro, os trabalhos preparatórios mais importantes serão as sondagens geotécnicas, por conseguinte, no ano corrente, foi contratado o Laboratório de Engenharia Civil de Macau para a realização de sondagens, bem como os trabalhos para a recolha das informações e o processamento dos dados electrónicos sobre o levantamento da localização das tubagens subterrâneas.

Nunca ocultamos a necessidade da população pedonal. Para melhorar o ambiente das zonas pedonais, o Governo continuou a proceder ao ordenamento e optimização das intersecções e dos sentidos de circulação. Neste aspecto, foram desenvolvidos vários projectos de passagens superiores para peões, atenuando a situação caótica causada pela intersecção na circulação de peões e de veículos. Enquanto na construção do sistema de transporte público urbanístico coligado, onde o sistema pedonal assume o papel de assistência, já tínhamos realizado o estudo ao planeamento viável do sistema, no qual os percursos serão desenvolvidos depois de se obter o consenso da sociedade.

Para suavizar as necessidades aos lugares de estacionamento públicos, no ano 2008, continuamos a procurar vias públicas adequadas para instalar parquímetros, aceleramos também os trabalhos de colocação, até presente, existe aproximadamente 9 000 parquímetros em serviço. Para facilitar os utentes de lugar de estacionamento, foi introduzido o sistema de cartão inteligente para pagamento das tarifas dos parquímetros. E o sistema de pagamento para lugar de estacionamento dos motociclos está em fase de testes, pretendendo-se a sua utilização a título experimental em alguns sítios da cidade no início do ano que vem.

No que respeita aos lugares de estacionamento dos auto-silos, no sentido de optimização gradual das condições de estacionamentos de Macau, o Governo construíram vários auto-silos, neste ano, nomeadamente o auto-silo do Jardim das Artes, do Jardim do Comendador Ho Yin, e o auto-silo subterrâneo do Tap Seac para os autocarros de turismo, que entraram sucessivamente ao funcionamento a título experimental. Estão concluídas, o parque de estacionamento para automóveis pesados na Estrada de Lótus no COTAI e o parque de estacionamento no Jardim da Rua de Malaca. O auto-silo para motociclos na Praça Ferreira Amaral está ainda em fase da construção. Os parques de estacionamento mencionadas, no total podem fornecer mais de 8 800 lugares de estacionamento para veículos ligeiros, motociclos, veículos pesados e veículos de passageiros. A obra de construção do auto-silo subterrâneo junto à Rua de Seng Tou, na Taipa, e o auto-silo junto da Povoação de Chun Su Mei, na Taipa, vão ser lançados respectivamente ao concurso público e a consulta dentro do 4.º trimestre do corrente ano, no qual o último projecto irá ainda elaborar um projecto mais aprofundado

No sentido de compreensão das características do comportamento do tráfego e a procura dos residentes de Macau no que respeita ao empenho de transporte público e deslocação, à vista de abordar um conjunto de medidas adequadas à realidade e que resolve o problema de tráfego. Encarregamos estabelecimento de ensino superior para investigar e analisar as características do comportamento do tráfego de Macau assim como estudar a capacidade de suporte das rodovias. Isto tem por objectivo, disponibilizar dados de base importantes para o planeamento e decisão na área dos transportes. Entretanto, foi também iniciado os trabalhos de reestruturação do Conselho Consultivo do Trânsito, com vista a alargar a sua representação e introduzir novos modelos de funcionamento, para servir de referência ao Governo durante a elaboração e aperfeiçoamento das políticas de trânsito.

## 7. Aviação Civil

O Aeroporto Internacional de Macau (AIM) começou por ser um aeroporto de trânsito que se converteu, gradualmente, num aeroporto de destino, devido sobretudo depois da introdução das companhias aéreas de baixo custo, actividade que tem registado um desenvolvimento contínuo em Macau. Para além disso, e segundo as previsões, os visitantes originários da Ásia (à excepção dos passageiros do Interior da China e de Taiwan) continuarão a representar uma percentagem muito elevada do número de visitantes do AIM, nomeadamente após a expansão das novas rotas aéreas e a promoção da política de atracção de uma maior diversidade de visitantes. Existem assim boas perspectivas de melhoria do mercado monopolista de Macau.

Com o objectivo de melhorar o desenvolvimento do sector da aviação civil, foi criado, no ano em curso, o “Grupo de Trabalho para o Planeamento e Desenvolvimento do Aeroporto” com o objectivo de estudar e acompanhar o planeamento dos terrenos para a ampliação do AIM e de coordenar a rede dos meios de transporte entre o aeroporto de Macau e as zonas adjacentes.

Tendo em conta o desenvolvimento do sector dos jogos de fortuna ou azar, os serviços de aviação civil tem desempenhado um papel activo no desenvolvimento do AIM como um centro de aviação asiático. De acordo com os projectos de expansão das frotas das companhias aéreas, prevê-se que, em 2009, existam registados em Macau mais de 40 aeronaves, representando mais de 10 modelos.

No que se refere à expansão de rotas, com as autoridades do Japão, actualizaram, no corrente ano, o registo das conversações (*record of discussions*), eliminando em geral as restrições de capacidade estabelecidas anteriormente e as limitações do número de cidades japonesas (com excepção de Tóquio) para as quais as companhias aéreas de Macau podiam voar. Com a concretização, em meados do corrente ano, do acordo para realização de voos charter aos fins-de-semana entre os dois lados do Estreito, o mercado de transporte aéreo entre Macau e o Interior da China tem experimentado um desenvolvimento contínuo. De modo a superar os desafios resultantes das novas situações, em Abril do presente ano, as partes trocaram ideias sobre temas relacionados com a exploração a longo prazo, tais como, liberdades aéreas, capacidades de transporte e companhias aéreas designadas, tendo também chegado a um consenso inicial sobre a liberalização de algumas cláusulas e planeado a celebração de um novo *Memorando of Understanding* ainda no ano em curso.

Por outro lado, o Governo tem vindo a reunir esforços no sentido de aperfeiçoar o enquadramento legal do sector de aviação civil, e que a maior parte da regulamentação que dota mais urgência e importância já foram aprovadas e já se encontram em vigor. Em presente, a AACM está a elaborar a redacção do Plano de Gestão da Qualidade de Segurança Aérea.

Dado o constante aumento do número de aeronaves de e para Macau, existe a necessidade de intensificar, em Macau, os conhecimentos específicos do pessoal de investigação de acidentes e incidentes envolvendo aeronaves. A Autoridade de Aviação Civil de Macau e as Autoridades Aeronáuticas da China e de França iniciaram negociações para uma eventual cooperação, para que os referidos dois países possam organizar acções de formação e disponibilizar a utilização de instalações a Macau. Como também assinaram com as autoridades de Aviação civil da França um Protocolo de Cooperação, e ambas as partes expressaram o seu acordo para a cooperação mútua na área de investigação de acidentes e incidentes com aeronaves, na formação de investigadores e na partilha de informações e técnicas.

## **8. Assuntos portuários**

Tendo em conta o acréscimo anual de visitantes a Macau por via marítima, o Governo decidiu construir um novo Terminal Marítimo de Passageiros na Taipa, com vista a aliviar a carga excessiva que recaía sobre o Terminal Marítimo de Passageiros do Porto Exterior. Devido ao desenvolvimento verificado na sociedade de Macau, após audição dos utentes e serviços relacionados, o projecto do Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa sofreu alterações estratégicas, para melhor atender às necessidades dos futuros passageiros e visitantes que vão usar esta instalação.

Dos actuais três terminais marítimos de passageiros existentes na RAEM, a gestão do Terminal Marítimo Provisório de Passageiros da Taipa e a do Terminal Marítimo de Passageiros do Porto Interior estão a cargo do Governo. Com vista a otimizar o mecanismo de gestão e monitorização dos referidos terminais marítimos, foi elaborado a “Regulamentação do plano de manutenção anual do Terminal Marítimo Provisório de Passageiros da Taipa” e a “Regulamentação do Plano de manutenção anual do Terminal Marítimo de Passageiros do Porto Interior”, no sentido de intensificar os esforços de fiscalização.

À medida que a quantidade de embarcações rápidas que circulam entre Macau, Hong Kong e a região do Delta do Rio das Pérolas não pararam de aumentar, provocando determinada pressão de trânsito marítimo sobre o canal a leste da Ponte de Amizade. Face a isto, foi procedido a um estudo e reordenamento, no ano passado, dos canais para navegação de velocidade reduzida e velocidade rápida, bem como do canal a leste da Ponte de Amizade, com vista a garantir a segurança de navegação na região. O referido estudo foi finalizado no início do ano corrente e os trabalhos da fase seguinte estão a ser acompanhados. Além disso, foi celebrado este ano com a Administração Oceânica Estatal(AOE - sucursal do Mar do Sul da China), o “Memorando de entendimento na área de gestão de lixo despejado por parte de Macau no Estuário do Rio das Pérolas”.

Em relação à segurança no mar, os Serviços dos assuntos portuários e os serviços marítimos da região do Delta do Rio das Pérolas firmaram um protocolo de cooperação no âmbito das fugas de óleo; iniciou-se também a 1ª fase de ampliação do sistema de monitorização do tráfego marítimo (VTS). No corrente ano, foi adicionado o “sistema de atracação provisória” e o “sistema electrónico de declaração para carreiras marítimas de embarcações rápidas”. No tocante ao registo naval, como ainda está por decidir se a matéria relativa à situação jurídica de embarcações a matricular-se em Macau é da competência da Conservatória do Registo Comercial e Bens Móveis ou da Capitania dos Portos, é necessário continuar a discussão desta questão com os relacionados serviços públicos.

Com vista a reforçar a cooperação com os serviços marítimos do Interior da China, além do “Protocolo de cooperação no âmbito de combate às fugas de óleo proveniente de navios na área do Rio das Pérolas” e do “Plano de emergência para fugas de óleo proveniente de navios na área do Rio das Pérolas”, os Serviços dos assuntos portuários participou ainda no “Fórum para a segurança marítima do Estuário do Rio das Pérolas” e no “Exercício conjunto de combate às fugas de óleo na área do Rio das Pérolas”.

## **9. Protecção Ambiental**

Os trabalhos referentes ao anteprojecto da legislação sobre a criação da Direcção dos Serviços da Protecção Ambiental encontram-se em fase de conclusão e estamos a acelerar o respectivo processo legislativo. Para além disso, paralelamente à criação da Direcção dos Serviços da Protecção Ambiental, seguem a bom ritmo os trabalhos preparatórios sobre a constituição do Conselho Consultivo da Protecção Ambiental.

No que toca ao melhoramento da qualidade do ar, foi publicado em Fevereiro do ano corrente, entrando assim em vigor, o Regulamento Administrativo da “Fixação dos limites de emissão de gases poluentes a que devem obedecer os motociclos e ciclomotores novos aquando da sua importação” que estabelece o regime a que devem obedecer os motociclos e ciclomotores novos, com motor de combustão interna, aquando da sua importação, a fim dar cumprimento aos critérios internacionais da protecção de ambiente. Com o intuito de dar cumprimento a legislação em vigor, passou a ser proibida a importação de veículos com motor de combustão interna a dois tempos, desde 1 de Março de 2008.

Entretanto, o trabalho da revisão do anteprojecto do decreto-lei sobre o ruído ambiental também já está concluída, tendo-se iniciado a recolha de opinião dos serviços públicos envolventes e dos sectores. Serão considerados essencialmente nos aspectos como a proibição do uso de equipamento que provoca poluição sonora e atmosférica, incluindo o bate-estacas com motores a diesel, nas zonas densamente povoadas, imposição de limites mais restritos. Após ouvir as opiniões, prevê-se que o anteprojecto possa ser submetido para apreciação e aprovação.

Neste ano, foi realizado um estudo acerca das emissões dos veículos a motor, tendo efectuado a monitorização e concluído o relatório de análise preliminar. Além disso, continuar o estudo de qualidade de ar nos espaços públicos com cobertura, nomeadamente em diversos hotéis e restaurantes. Procedeu à selecção dos pontos de medição para a segunda pesquisa geral do ruído ambiental, bem como à instalação da segunda estação de monitorização automática de qualidade de água. No estudo para a introdução do regime de avaliação dos impactos ambientais, também começou a recolher as relativas informações do exterior.

No intuito de melhorar as infra-estruturas de protecção ambiental, continuamos a lançar recursos incessantemente nas melhorias das infra-estruturas destinadas para recolha e tratamento de resíduos abandonados, a obra de actualização da Central de Incineração concluída neste ano adicionou três unidades de incinerador que permitirão o aperfeiçoamento das instalações das actuais instalações dos incineradores e para melhorar a emissão de gases residuais, bem como pode aumentar por um dobro da capacidade de tratamento diária daquela central para cerca de 1 780 toneladas. Além disso, está a decorrer dentro do ano corrente a implementação expedita do projecto-piloto para a “Recolha Automática de Resíduos Sólidos” introduzido para melhorar a forma de recolha dos lixos, encontrando-se em curso a operação experimental do respectivo sistema já no terceiro trimestre do ano corrente.

Iremos em simultâneo continuar a implementar activamente as obras de arranjos dos esgotos para melhorar as situações de inundação e de drenagem para águas residuais no Território. As obras de arranjos concluídas no ano corrente incluem: O Reordenamento dos Esgotos da Rua da Vitória, o Reordenamento dos Arruamentos e Esgotos Envolventes do Jardim do Comendador Ho Yin, a Obra de Construção das Infra-estruturas Adjacentes da Povoação de Chun Su Mei (Segunda Zona) e etc. Na sequência do rápido desenvolvimento das zonas urbanas da Taipa nos últimos anos, os serviços das obras públicas estão a proceder uma avaliação plena face às redes de drenagem para águas residuais existentes na Taipa, e foi iniciada a elaboração do “Estudo de Melhorias do Sistema de Drenagem para Águas Residuais da Taipa”, prevendo-se a sua conclusão dentro do ano corrente.

## 10. Energia

No corrente ano 2008, as acções governativas na área da energia evoluíram de forma estável. Foram, sucessivamente, implementadas várias políticas e medidas importantes que dizem respeito à economia e ao bem-estar dos cidadãos. Paralelamente, com o forte empenho e a grande apoio dos sectores sociais, foram alcançados resultados positivos na promoção da eficiência e conservação energética.

Considerando o contínuo aumento da procura de energia eléctrica, o Governo exortou a CEM no sentido de continuar a proceder, no corrente ano, à reestruturação das redes de distribuição eléctrica local, com vista a garantir a capacidade de distribuição da mesma. Na primeira fase das obras de reestruturação dividida em quatro grupos, conseguiu-se já desdobrar três. Em Junho do ano corrente, a quarta interligação entre Macau e Zhuhai está concluída e entrou já em funcionamento. Por outro lado, foi assinado, entre o Governo da RAEM e a *China Southern Power Grid Corporation Ltd*, o Protocolo de Cooperação para 2010-2020, no âmbito da electricidade. Será dada continuidade ao estudo de um plano a médio e longo prazo para a conexão das redes eléctricas com a província de Cantão, bem como, serão mantidas estreitas relações com os departamentos do Interior da China ligados ao sector eléctrico.

Como o prazo do contrato de concessão de electricidade expira em 2010, o foi procedido estudos e análises profundas e meticulosas, acerca do modelo de funcionamento do mercado eléctrico a adoptar depois de findo o contrato, e auscultou, de forma ampla, as opiniões e sugestões dos diferentes sectores da sociedade quanto ao futuro modelo de mercado, com vista a definir um modelo de mercado eléctrico que mais beneficia o desenvolvimento a longo prazo e o interesse comum de Macau.

Foi introduzido em Macau, desde o início do ano, o gás natural, concretizando-se o primeiro plano de utilização do gás natural para produção de electricidade. Ao mesmo tempo, foi lançado o concurso público para o segundo plano - de utilização do gás natural como combustível da cidade. Seguidamente, e no que diz respeito aos trabalhos relativos ao uso do gás natural nos transportes públicos, já estão em curso os estudos e preparativos das diversas infra-estruturas de apoio, entre eles, o projecto para a instalação e construção dos postos de abastecimento de gás, as normas destinadas às oficinas de reparação de veículos e os diversos regulamentos e padrões a ser aplicados.

Tendo em conta a necessidade de criar um regime jurídico básico depois da introdução do gás natural em Macau, já entrou em fase preliminar de estudo e elaboração do projecto do “regime da lei básica sobre operações do mercado de gás natural”. Conforme o estipulado no contrato de concessão, já foi definido, o “*gate price* do serviço público de Importação e Transporte de Gás Natural”.

Relativamente ao controlo sobre a segurança dos combustíveis, mantemos de forma contínua a execução dos trabalhos de fiscalização e inspecção, com vista a consolidar e aperfeiçoar as medidas preventivas para assegurar a segurança global das instalações e estabelecimentos que utilizam os produtos combustíveis. Através dos contactos com os Serviços do Interior da China competentes ao controlo de qualidade, estabelecemos mecanismo de diálogo e colaboração para melhor controlar a qualidade e a segurança das botijas de gás que se circulam em Macau, protegendo assim a segurança da circulação das mesmas. Por outro lado, através da recolha e análise das informações, iniciamos o estudo do projecto de planificação conceptual de novos postos de armazém de combustíveis, a fim de resolver os problemas de armazenagem e fornecimento dos combustíveis, e ir de encontro harmonizar com o desenvolvimento da sociedade.

Para cumprir o “Protocolo de Quioto”, oficialmente aplicado em Macau no mês de Janeiro passado, será necessário intensificar os trabalhos de sensibilização da conservação energética e redução de emissões nos serviços públicos. Até presente, são 53 serviços públicos aderiram ao programa de conservação energética. Após ouvir a opinião, junto dos diferentes sectores da sociedade, foram elaboradas as “Directrizes para os Projectos de Iluminação Pública de Macau” e publicadas. Até ao momento, são já 18 projectos de obras públicas aplicaram as normas contidas nas “Directrizes”, entre eles, jardins, passagens superiores e inferiores para peões. A CEM tomou também como referência os conteúdos das “Directrizes” e alterou, por sua vez, as suas “Directrizes para a Instalação e Concepção de Iluminação nas Estradas”. Por outro lado, foi realizado, no corrente ano, estudos sobre directrizes para a conservação energética nos edifícios.

A fim de aumentar a eficiência energética e divulgar a conservação de energia, o foi escolhido, numa primeira fase, dois edifícios de habitação social, apoiando os na substituição das lâmpadas tradicionais dos corredores, por lâmpadas de conservação energética, e ainda, na optimização dos sistemas de iluminação das zonas comuns. Posteriormente, a iniciativa será alargada aos 18 edifícios de habitação social de toda a cidade. Esperamos que pode partilhar os resultados desta experiência com o sector privado, encorajando-os a tomá-los como referência e a promovê-los gradualmente. Além do mais, para promover a aplicação de energias renováveis, continuando a realizar projectos experimentais para a aplicação da energia solar, tendo sido escolhida, como local experimental, a piscina do Colégio D. Bosco.

No campo da divulgação e promoção da eficiência e conservação energética, foram adicionadas, neste ano, mais actividades promocionais, com vista a difundir a importância da eficiência e conservação energética, junto dos estudantes. O Governo promoveu e lançou actividades de sensibilização sobre a eficiência energética dos produtos, através da cooperação do sector privado, incitando os cidadãos a atenção às informações sobre a eficiência energética dos produtos e a comprarem os mais eficientes.

## **11. Assuntos hídricos**

Na sequência do protocolo de cooperação celebrado e assinado em 2005 entre o Governo da RAEM e a Comissão de Recursos Hídricos do Rio das Pérolas do Ministério de Recursos Hídricos, foi aprofundada a cooperação entre ambas as partes, no âmbito do reordenamento das águas, destacando-se o reforço da cooperação e assistência quanto à vigilância e levantamento de dados sobre cheias, secas e calamidades naturais, assim como o reforço dos mecanismos de comunicação. No decorrer do ano, registaram-se as cheias mais graves no Rio Oeste, ao longo dos últimos 50 anos. O qual foi divulgado oportunamente as informações do eventual impacto causado pelas marés-cheias sobre Macau, após analisadas as informações da evolução das cheias a montante do rio, obtidas junto dos serviços competentes do Interior da China, para que a população se preparasse em tempo útil.

Quanto ao abastecimento de água bruta, o Grupo especializado conjunto Guangdong-Macau para os assuntos do abastecimento de água potável chegou a um acordo, com a parte de Guangdong, quanto à dotação de verbas para construir a terceira rede de abastecimento de água a Macau e foi já concluída, no qual pode entrar em funcionamento antes do fim do ano. Além disso, apesar do projecto de

construção da barragem de Zhuyin, o Grupo especializado conjunto Guangdong-Macau para os assuntos do abastecimento de água potável acompanharam também as questões relativas à quantidade, qualidade e tarifas de água bruta. Através da Macau Water, o Departamento de Pesquisa Científica de recursos hídricos do Rio das Pérolas, dependente da Comissão de Recursos Hídricos do Rio das Pérolas ficou incumbido de estudar, na qualidade de parte independente, a racionalidade das tarifas de água,

Com vista a promover a construção de uma sociedade economizadora de água, o Governo iniciou já os “Estudos sobre planeamento de poupança de água em Macau”. Foi incumbido o Departamento de Pesquisa Científica de recursos hídricos do Rio das Pérolas, dependente da Comissão de Recursos Hídricos do Rio das Pérolas, com a participação do Departamento de Pesquisa em Recursos relativos à água, dependente do Instituto de Recursos Hídricos e Energia Hidroeléctrica da China, de realizar os “Estudos sobre planeamento de poupança de água em Macau”. Além disso, continuamos a abordar, com os serviços competentes do Interior da China, matérias relativas ao plano prévio de intervenção, em caso de emergência que afecte o abastecimento de água e comunicação de alarme prévio, no sentido de fortalecer a comunicação e a cooperação com os mesmos, garantindo a segurança no abastecimento de água durante as marés salgadas e estudo de monitorização de água do entre ano 2007 e 2008.

## **12. Meteorologia e Geofísica**

Em harmonização com a aplicação do Protocolo de Quioto em Macau ocorrido desde Janeiro do corrente ano, implementou várias actividades de divulgação, nomeadamente, palestras aos alunos das escolas primária e secundária sobre as mudanças climáticas, e poupança de energia e redução de emissão, esclarecendo aos jovens como a mudança do clima pode influenciar a vida quotidiana. E conforme o tema do “Dia Mundial de Ambiente”, foram realizadas actividades relacionado ao tema à vista de fortalecer a divulgação da ideia de protecção do ambiente.

Foram acompanhados os trabalhos preparatórios da análise das mudanças climáticas, em recolha, análise e verificação dos dados e na preparação do inventário de gases do efeito estufa. E na intensificação de disseminação de informações meteorológica em multimédia, lançou um novo serviço de “e-ME”, em que cada cidadão através da inscrição no portal electrónico da Direcção dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos, poderá receber regularmente, por via do correio electrónico, todos as informações de boletim meteorológica.

No domínio de cooperação internacional na área de meteorologia, continuamos a cooperação com a Organização Meteorológica Mundial (OMM) e o Comité dos Tufões, e concessão de apoio ao funcionamento do Secretariado do Comité dos Tufões da Comissão Económica e Social para Ásia e Pacífico da ONU e da OMM, instalado em Macau. Além disso, intensificou a ligação com Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas e participam nas cooperações internacionais da área de mudança climática. No domínio de cooperação regional, continuaram a cooperação com as regiões vizinhas na melhoria dos trabalhos relacionados com a meteorologia, sismologia e da qualidade do ar.

### **13. Tarefas de topo-cartografia e do cadastro**

Neste ano, continuamos a desenvolver o “Enquadramento de Partilha de Informação Geográfica Espacial”, no qual, para satisfazer as necessidades dos sistemas da “Rede de Informação Cadastral” e do “Pedido e Fornecimento de Informações Escritas de Registo Predial (Busca), via *Internet*”, da Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça, estabelecendo a base de dados geo-espacial correspondente, concretizando o funcionamento das diversas funções de pesquisa e de visualização de mapas, enriquecendo o conteúdo desta base de dados e alargando as respectivas funcionalidades, conforme as necessidades práticas do desenvolvimento da “Rede de Informação Cadastral” e das entidades colaboradoras.

Em coordenação com a ligação às infra-estruturas de grande escala nas regiões adjacentes e de resolver a questão dos diferentes padrões de coordenadas utilizados na Província de Cantão, Hong Kong e Macau, tem realizado, neste ano, com a colaboração de *The Hong Kong Polytechnic University* “A investigação da Rede de Controlo de Geodesia de Macau e o estabelecimento de *ITRF (International Terrestrial Reference Frame)*”, visando resolver as questões existentes no sistema de coordenadas e de datums geodésicos de Macau, procurando um plano de solução profissional para a extensão da rede de controlo de geodesia de Macau para um enquadramento internacional de referência terrestre considerado mais exacto no Mundo, o *ITRF*, a par das tecnologias espaciais das regiões adjacentes e a nível internacional. O estudo do projecto será concluído no fim do ano corrente.

A fim de divulgar a aplicação dos dados das estações GPS de referência nos sectores de levantamento topográfico, de engenharia de obras e de estudo científico, facultamos os serviços de RTK das estações GPS de referência destinados ao Laboratório de Engenharia Civil de Macau, tendo realizado, no primeiro semestre deste ano, a verificação e teste geral do sistema de *website* de serviços de estações GPS de referência, estabelecido em 2007, e está previsto que o mesmo poderá ser acessível no ano 2009 pelos serviços públicos, entidades académicas e de investigação, bem como de engenharia civil.

## **14. Telecomunicações e Tecnologias da Informação**

A última fase ao plano de aumento de dígitos dos números telefónicos, isto é, o do serviço DDI, foi implementada em duas fases, a partir de 1 de Janeiro de 2008. Espera-se que esteja concluído o plano completo de aumento de dígitos dos números telefónicos até ao final do ano corrente. A fim de permitir aos cidadãos o usufruto de serviços de telecomunicações com preço baixo e boa qualidade, continuamos a empenhar em explorar a possibilidade de diminuição de preços junto dos operadores dos serviços de telecomunicações. E portanto, as tarifas de acesso à *Internet* e as tarifas do serviço telefónico internacional de algumas operadoras dos serviços de telecomunicação sofreram redução determinada.

Desde que os operadores dos serviços de telecomunicações móveis de 3G lançaram os seus serviços no segundo trimestre de 2007, o número dos clientes de 3G em Macau já faz parte de 20% do número total do mercado local de telecomunicações móveis. Isto significa que a promoção destes serviços já demonstra uma eficácia positiva.. A entidade de regulação das telecomunicações está a proceder à avaliação da emissão da quarta licença de 3G, prevendo-se a conclusão de medidas preliminares durante o quarto trimestre deste ano.

O Contrato de Concessão do Serviço Público de Telecomunicações está a ser revisto. Temos procedido várias negociações com a CTM, troca de opiniões relativamente aos princípios a ter em conta e conseguiram acordar nos princípios básicos, nos quais está incluída a liberalização antecipada da parte do serviço concessionado, esforçando-se por alcançar o acordo referido e iniciar os respectivos trabalhos no fim ânodo ano decorrente. No que se refere ao desenvolvimento da rede de banda larga sem fios, alvo de estudo realizado no ano passado, a empresa de consultoria está a desenvolver os trabalhos e apresentar propostas de medidas no último trimestre. Além disso, tendo em consideração o Regulamento Administrativo sobre a Instalação e Operação de Infra-estruturas Externas de Telecomunicações e o progresso da revisão intercalar do contrato de concessão do serviço público de telecomunicações, estamos avaliar a viabilidade e o número de licenças a emitir, prevendo-se a conclusão de um plano viável antes do fim do ano.

Foi concluído em 2007 o relatório do estudo da segurança de radiação radioelétrica e foi feito o teste suplementar no início do ano. Pelos resultados dos testes, o nível de radiação radioelétrica estão em conformidade com os padrões internacionais, e a maior parte dos resultados traduz-se num nível baixo.

Sobre a gestão dos Nomes de Domínio na Internet, o “Regulamento relativo ao Registo de Nomes de Domínio da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM)” foi revisto por duas vezes. A versão mais actualizada flexibiliza as condições de registo do Nome de Domínio, nomeadamente, e adicionado um mecanismo de tratamento de litígios dos nomes de domínio. Por outro lado, em virtude da necessidade de desenvolvimento, procedeu a vários estudos, incluindo o estudo sobre o estabelecimento de novas estações de fiscalização radioelétrica, a convergência dos serviços de telecomunicações e outro serviços, ajustamento dos indicadores de gestão dos serviços de telecomunicações e reconhecimento mútuo de certificados electrónicos, etc.

Em termos da liberalização há vários anos de alguns serviços do mercado de telecomunicações de Macau, a fim de intensificar a fiscalização e harmonizar o desenvolvimento saudável do sector, a o Serviço responsável pela Regulação de Telecomunicações já incumbiu uma empresa de consultoria internacional de proceder a um estudo sobre a regulamentação da concorrência justa, o qual estará concluído no fim do ano. O estudo e a avaliação do mercado da Internet e do desenvolvimento das respectivas ciências e tecnologias foram iniciados no meado do ano, prevendo-se a conclusão da revisão do respectivo regulamento administrativo no quarto trimestre deste ano. Relativamente ao problema de emissão abusiva de informação electrónica, estamos a realizar a preliminar recolha e organização de informação, só depois de consultar as experiências internacionais e os procedimentos em vigor que vamos estudar a necessidade de criar regimes legais próprios para tutela

Sobre as normas de instalação de infra-estruturas de telecomunicações em edifícios, o projecto do “Regime de Instalação de Infra-estruturas de Telecomunicações em Edifícios” já foi enviado para recolher opinião do sector da indústria e das associações comunitárias, entretanto, já foram elaboradas as correspondentes especificações técnicas. Após o aperfeiçoamento do respectivo projecto, será lançado à auscultação pública no quarto trimestre do corrente ano. Além disso, também se iniciou este ano a revisão do Regime Jurídico da Actividade de Amador de Radiocomunicações e o respectivo anexo, tanto como do Regime Fundamental das Radiocomunicações e do Regime Administrativo dos Serviços de Radiocomunicações.

## 15. Serviços Postais

Em 2008, além de terem iniciado as obras de remodelação na Estação Postal do Terminal Marítimo do Porto Exterior, está a ser estudada a viabilidade de abrir uma nova estação postal na Zona Norte da cidade, e iniciar o trabalho de estudos sobre a mudança da Estação Postal de Mong-Ha e renovação da Estação Postal da Taipa. O projecto de “Armário de Depósito de Malas Postais” que foi iniciado em 2007, entrou na fase de teste ainda neste ano. Segundo o resultado, o projecto fez com que o depósito temporário de objectos postais seja mais seguro, e o tempo de espera dos distribuidores seja mais reduzido, tendo elevado a eficácia do trabalho de distribuição. Entretanto, concluiu-se o projecto dedicado aos Correios - “Reconstrução de Procedimentos” da empresa de consultoria neozelandesa Transend. Os Correios estão a negociar sobre a iniciação do trabalho “Gestão de Recursos Humanos” – fase II.

No âmbito da filatelia, foi lançada, neste ano, a terceira série dos zodíacos – “Ano Lunar do Rato”. Por outro lado, para celebrar o grandioso evento desportivo internacional organizado em Pequim, lançaram-se duas emissões novas, nomeadamente, “Transmissão da Tocha Olímpica de Beijing 2008” e “Abertura dos Jogos Olímpicos de Beijing 2008”. Além do mais, os Correios de Macau, em primeira vez, lançaram uma emissão conjunta – “Gastronomia Local” com uma autoridade postal estrangeira, os Correios de Singapura.

Quanto aos serviços de certificação, foi obtida a marca “WebTrust”, o que reforçou ainda mais a confiança pública no uso destes serviços electrónicos de certificação. Por ocasião, solicitou-se a empresa *Microsoft* a inclusão nas listas de “certificado de raiz na Autoridade de Certificação de Raiz Fidedigna” e de “Remetentes Fidedignos”. A Caixa Económica Postal (CEP), que construiu a Plataforma Electrónica de Pagamento, neste ano, assinou acordos com vários departamentos governamentais para os serviços electrónicos. Até ao presente, a utilização dos mesmos tem sido satisfatória.

Na vertente das remessas internacionais, a CEP realizou um estudo inicial sobre o sistema das remessas internacionais (IFS) explorado pela União Postal Universal. Dado que o respectivo grupo de trabalho considera que o tal sistema ainda não está totalmente aperfeiçoado, somente será considerada a aplicação do mesmo após a observação no uso de outros países.

## **16. Ciência e Tecnologia**

No que se refere ao trabalho ligado ao desenvolvimento científico e tecnológico, conforme o espírito do Regulamento da Concessão de Apoio Financeiro, continua a proceder à aprovação e a conceder apoio financeiro a projectos que estejam em consonância com o desenvolvimento científico e tecnológico da RAEM. No ano de 2008, foi concedido apoio financeiro a 21 projectos, no montante total de cinquenta e quatro milhões e quinhentas mil patacas. Quanto ao trabalho de divulgação geral do Programa de Concessão de Apoio Financeiro à Generalização Científica, no ano de 2008, o programa de apoio financeiro do Fundo foi estendido das escolas às associações/instituições, que aprovou 116 projectos, traduzindo-se num apoio de três milhões e setenta e seis mil patacas.

Por outro lado, o Fundo para o Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia elaborou o projecto do Programa de Prémios de Ciência e Tecnologia, pelo qual são criados preliminarmente os Prémios de Invenção Científica e Tecnológica, de Projecto Excelente de Investigação Científica, de Obra Excelente e de Estudo e Exploração Científica e Tecnológica, destinados a estudantes de pós-graduação. Foi realizada uma auscultação pública em meados do corrente ano, estando o conteúdo do projecto a ser aperfeiçoado de acordo com as opiniões pertinentes. Deu-se andamento à recomendação relativa à candidatura dos frutos científicos e tecnológicos de Macau a “Prémios Nacionais de Ciência e Tecnologia”, tendo sido elaborado, de acordo com os requisitos respectivos, o “Regulamento sobre a Recomendação da RAEM relativa à Candidatura a Prémios Nacionais de Ciência e Tecnologia”.

O Grupo de Trabalho para as Estratégias e o Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia, afecto ao Conselho de Ciência e Tecnologia, desenvolveu trabalhos preparatórios do estudo respeitantes às estratégias de ciência e tecnologia de Macau, tendo concebido algumas ideias preliminares e seleccionado os especialistas adequados.

Na sequência do “Protocolo de Criação do Conselho de Cooperação de Ciência e Tecnologia entre o Interior da China e Macau” assinado com o Ministério de Ciência e Tecnologia da China, foi realizada este ano em Macau a segunda reunião no âmbito do Protocolo. Com base na cooperação já estabelecida, serão organizados futuramente fóruns e exposições de grande dimensão sobre cooperação científica e tecnológica, além de concretizados e acompanhados os trabalhos respeitantes à construção do Centro de Exame de Medicina Chinesa, do Centro de Inovação de Medicina Chinesa, e do Laboratório de Macau - parceiro dos laboratórios prioritários nacionais, bem como ao ingresso dos investigadores de Macau no banco de especialistas do programa de ciência e tecnologia do Estado.

No âmbito do trabalho de generalização científica, foi realizada as exposições da “Semana de Ciência e Tecnologia 2008”, na qual foram expostas dezenas de frutos resultantes do binómio Jogos Olímpicos de Pequim/Ciência e Tecnologia, tendo como tema “Ciência e Tecnologia e Jogos Olímpicos”. Além disso, prosseguiu a organização de visitas de simulação de generalização científica destinadas a professores, no sentido de esforçar a generalização científica aos estudantes, de modo a elevar o seu interesse pela ciência e a alargar a sua visão científica. Iniciou-se também nesta edição a promoção do intercâmbio com alunos do Interior da China na área da generalização científica e inovação. A Semana de Ciência e Tecnologia, neste evento anual, vai incorporar as visitas de simulação de professores e os acampamentos de Verão de estudantes nos projectos de cooperação no âmbito de generalização científica desenvolvidos no quadro da cooperação do “Conselho de Cooperação de Ciência e Tecnologia entre o Interior da China e Macau”.

No âmbito da cooperação entre Cantão e Macau na área da indústria da medicina chinesa, foi convocada e realizada no final do ano passado a segunda reunião do Grupo Especializado de Cooperação entre Cantão e Macau no âmbito da Indústria da Medicina Chinesa. Ambas as partes consentiram que fosse acelerada a concretização de projectos de cooperação da indústria, apresentados pela parte de Cantão, estando-se a aprofundar o estudo e a discussão sobre a viabilidade da cooperação. Além disso, com base no “Protocolo do Quadro de Cooperação Científica e Tecnológica entre Cantão e Macau”, foi reforçada a cooperação nos campos da investigação científica, tecnologias, indústrias, informática, profissionais, capitais, serviços e generalização científica. Neste momento, encontra-se a decorrer o estudo de viabilidade quanto ao projecto de cooperação apresentado pela parte de Cantão nos campos de electrónica e informática, e da medicina chinesa.

## **PARTE II**

### **LINHAS DE ACÇÃO GOVERNATIVA PARA O ANO 2009**

#### **1. Execução dos trabalhos no âmbito da LAG conforme os objectivos gerais e as linhas orientadoras que foram definidas**

Em 2009, se virá na área dos transportes e obras públicas dar cumprimento aos objectivos gerais e as linhas orientadoras do ano transacto, fazer o balanço da experiência apreendida, continuar com os trabalhos iniciados e dar início de forma dinâmica e programada aos diversos trabalhos.

Tendo em consideração dos efeitos negativos da crise financeira mundial e da recessão económica que podem imputar na economia e no mercado de emprego de Macau, o Governo irá investir mais no âmbito dos empreendimentos públicos, e dinamizar a concretização dos projectos concebidos. Apesar dos empreendimentos de grande escala, também irá promover uma série de obras de pequena e de média escala no sentido de articular com o embelezamento da cidade e optimização das instalações comunitárias, a fim de permitir a participação das pequenas e médias empresas e beneficiar também os trabalhadores de construção civil locais. Desejamos através de promoção de empreitadas públicas pode incrementar a oferta de emprego, suavizando os efeitos negativos que podem atingir a economia e o mercado de emprego.

Sendo que a crítica e acção fiscalizadora dos cidadãos servirão como importante factor para o impulso prático da realização dos nossos trabalhos.

Em 2009 se virá através da criação do respectivo regime exigir à direcção e chefias dos diversos serviços, para juntamente com os seus colaboradores, se deslocarem aos bairros, no sentido de conhecer profundamente as suas necessidades e ouvir de forma efectiva a sua opinião. No que refere às políticas e medidas amplamente relacionadas com a vida dos cidadãos e os planos de empreitadas de obras públicas, se procurará através de diversas formas e meios apresentar e dialogar com as associações e os cidadãos. A par disso, será exigido aos serviços que estejam particular e estritamente relacionadas com a vida dos cidadãos, para a criação de um regime de contacto permanente e directo com as respectivas associações e

organizações comunitárias, no sentido de reforçar os trabalhos da acção governativa na área dos transportes e obras públicas e promover o diálogo e a interactividade com as associações civis, em que através da cooperação bilateral e da participação mútua, se procurará elevar a capacidade de resposta dos serviços desta tutela quanto as questões relacionadas com a vida dos cidadãos.

E ainda nesta perspectiva, iremos ampla e profundamente melhor reforçar as acções de divulgação e de difusão de informações sobre as acções governativas nas áreas que merecem maior atenção por parte da sociedade. E não obstante a este facto, será realizado o estudo quanto ao regime que vise permitir que a população possa em tempo oportuno e devidamente conhecer as informações sobre as importantes áreas como o planeamento urbanístico, concessão de terrenos e grandes empreitadas de obras públicas.

Alheio a isto, se virá através da optimização do circuito dos trabalhos dos serviços, simplificação dos procedimentos e ampliação de forma programada do âmbito de cobertura do serviço *one-stop* e da carta de qualidade, aumentar progressivamente a eficácia da Administração e a qualidade dos seus serviços ao público.

No firmamento do espírito de “não se esquivar das suas responsabilidades”, no que refere a alguns dos problemas que há bastante tempo conturbaram a vida dos cidadãos, iremos concentrar os nossos esforços na planificação e coordenação, na cooperação com os demais serviços, na realização de investigação e estudo, na detecção do ponto fulcral do problema, na adopção de medidas vocacionadas para o efeito e na criação de condições para que dentro da sua capacidade seja possível prestar-se auxílio eficaz aos cidadãos na resolução destes problemas.

É necessário “estar mentalmente preparado para o pior”, continuar com esta linha de raciocínio, adoptar medidas, criar de forma programada e progressiva regulamentos e desenvolver os trabalhos relacionados com o sistema de gestão de crise para os súbitos incidentes, nomeadamente o fenómeno de inundação provocada pelos maus tempos ou marés, em que vai implementar no próximo ano, um novo mecanismo de alarme de perigo, a fim de reduzir a inconveniência que pode afectar a vida dos residentes.

## **2. Política do urbanismo e pontos fulcrais do seu trabalho**

### **2.1 Política de obras públicas e privadas**

#### **2.1.1 Acelerar a implementação das obras públicas, criar novos postos de emprego no sentido de favorecer o desenvolvimento económico**

Iremos aplicar medidas adequadas no sentido de acelerar a concretização dos projectos de empreitada pública:

Em primeiro, iremos investir mais recursos nos grandes empreendimentos acelerando a execução e concretização dos mesmos. Entretanto, os grandes empreendimentos previstos para o próximo ano, são: Empreitada de Construção da 1ª. Fase do Metro Ligeiro, Empreitada de Construção de Habitação Económica do lote TN27, junto à Estrada Coronel Nicolau de Mesquita, na Taipa, Construção do auto-silo junto à Rua de Seng Tou, Construção do auto-silo junto da Povoação de Chun Su Mei, e outras obras de construção de infra-estruturas de tráfego e de instalação pública. No caso de haver a permissão do Governo Central, aprovando a proposta da RAEM sobre aterro de conquista de terra ao mar, será lançado a iniciação das respectivas obras de construção.

Em segundo, além dos grandes empreendimentos, considerando o facto das consequências da crise financeira poderão afectar as obras privadas e atrasar a sua execução, e consequentemente afecta também o sector em causa. Por isto, iremos, no próximo ano, promover progressivamente séries de empreitadas de médio e pequena escala. Para acelerar a execução das obras de médio e pequena escala, o serviço público das obras públicas irá criar a base de dados para “empreitadas de médio e pequena escala”, no qual vai depositar dados das obras de médio e pequena escala que vão iniciar, para o serviço de apreciação dotar informação necessária e obter dados sobre a quantidade de obras disponíveis, em que também pode realizar uma análise e avaliação prévia, acelerando os processos de apreciação e até a própria execução da obra.

Mais, o serviço das obras públicas irá acelerar o programa de embelezamento das ruas, uma das medidas para optimização do ambiente de comércio em Macau, que pode ao mesmo tempo de optimizar o ambiente das comunidades e em simultâneo ajudar as pequenas e médias empresas. Para pode beneficiar as pequenas e médias empresas e os empregados de construção civil, o Governo irá pedir a colaboração das associações comunitárias, incentiva-os participarem no estudo prévio e planeamento dos trabalhos de embelezamento das ruas, e são eles que irão promover os trabalhos de embelezamento. O Governo irá tratar de urgência, acelerando os trâmites de concurso e da apreciação, promover progressivamente e de forma célere a concretização dos trabalhos de embelezamento das ruas.

Para acelerar a apreciação das pequenas e médias obras e das outras obras privadas, o Governo irá optimizar o circuito interno dos trabalhos, elevando a eficiência de apreciação das plantas, criar mecanismo interdepartamental “*one stop*”, e criar, através de despacho do Chefe do Executivo, um Grupo de apreciação constituído pelos representantes do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (IACM), Instituto Cultural (IC), Corpo dos Bombeiros, Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes (DSSOPT) e Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego (DSAT), em que este grupo deve proceder a apreciação da proposta do requerente, dentro de um prazo fixado.

Por outro lado, iremos através da optimização do circuito administrativo, acrescentar suficiente recursos humanos, elevar a transparência e intensificar o diálogo com o sector, para atingir o objectivo do aumento da celeridade da apreciação das propostas de obras privadas. Para o ano 2009, iremos ainda de forma progressiva padronizar os diversos impressos relativos às obras particulares, assim como definir o quadro das instruções quanto aos documentos e as plantas necessárias, para que os cidadãos possam consultar através do portal electrónico dos serviços desta tutela ou fazer o *download* do impresso. A fim de permitir que os cidadãos possam melhor conhecer o andamento da apreciação do pedido para a realização de obras particulares, serão envidados esforços para a criação de condições para o efeito, em que quando em termos informáticos se estiver apto neste sentido, serão gradualmente colocados no portal electrónico da DSSOPT o andamento da apreciação do pedido para o requerente poder consultar.

No intuito de assegurar a oportunidade de trabalho da mão-de-obra local, o serviço de obras públicas irá estreitar os laços de cooperação com os serviços de assunto laboral e dos censos e estatísticas, prestando atenção à situação do mercado de emprego, para pode adoptar medidas adequadas, a fim de garantir a oportunidade de trabalho da mão-de-obra local de construção civil.

### **2.1.2 Esforço para a criação do regime e beneficiação da gestão das empreitadas de obras públicas**

Com base nos trabalhos desenvolvidos no ano transacto, se continuará com a adopção de medidas e se procederá a devida revisão das Instruções referentes às Despesas Relativas à Aquisição de Bens, Serviços e Obras, para a criação de um completo programa de adjudicação de obras.

A fim de permitir sob o ponto de vista jurídico melhorar o regime de empreitada de obras públicas, o Governo irá em 2009 dar início ao estudo através de Regulamento Administrativo e instrumentos disciplinares exteriores elaborar as suas disposições em pormenor e especificações técnicas complementares do Regime Jurídico para a Aprovação dos Contratos de Empreitada de Obras Públicas.

Os serviços de obras estão no momento a introduzir a título experimental o regime de sorteio informático no âmbito do concurso público por meio de consulta e estudar profundamente quanto à viabilidade da criação da base de dados central, tendo ainda realizado o estudo sobre a introdução nas empreitadas de obras públicas do regime de avaliação da qualidade das obras executadas pelo empreiteiro e o seu desempenho geral. E após a recolha da opinião do sector, prevê-se a sua gradual execução em 2009.

E através do regime de diálogo, serão reforçadas as acções de consulta dos preparativos das empreitadas de obras públicas, a fim de beneficiar o projecto e a permitir a sua adequação. Evitando assim o aparecimento de erros ou de situações de negligência no projecto. Se continuará com o aumento de forma dinâmica da transparência do funcionamento das empreitadas de obras públicas, no sentido de facilitar a fiscalização dos diversos estratos sociais.

Será estudado quanto à criação de um regime que vise evitar o conflito de interesses entre as empresas de assessoria de elaboração de projecto de obra e fiscalização, reforçar o mecanismo de prestação de contas e desenvolvimento de acções que visem conduzir que eles melhor cumpram as suas próprias competências. Ao mesmo tempo, a fim de permitir aos técnicos das empreitadas de obras públicas concluir à luz da legislação a gestão e a fiscalização das empreitadas de obras públicas, assim como cumprir as suas próprias competências e promover a sua ética profissional, em 2009 será concluído a elaboração das Instruções de Trabalho para os Técnicos das Empreitadas de Obras Públicas, assim como a concretização da sua aplicação.

### **2.1.3 Apostar na protecção do ambiente e promover as empreitadas de obras públicas amigas do ambiente**

Para satisfazer as exigências do desenvolvimento sustentável, se procurará na medida dos possíveis integrar diversos aspectos de protecção ambiental nos projectos de empreitadas de obras públicas, nomeadamente no projecto do novo Estabelecimento Prisional de Macau, em Coloane, a fim de evitar o desperdício de grande quantidade de água, no sistema de drenagem será adoptado o sistema de água aplicado na construção, ou seja, a separação da água residual e da água suja, de forma a permitir o tratamento da água suja (nomeadamente a água suja proveniente do banho ou da lavagem das mãos), no sentido de permitir que a reciclagem da água atinja os respectivos padrões.

Por outro lado, será encorajado ao empreiteiro a utilização de materiais de construção amigas do ambiente, assim como proceder à separação classificada dos resíduos provenientes da construção civil. Será exigido na elaboração do projecto a introdução de aspectos da protecção ambiental, nomeadamente a economia de energia, ventilação natural, economia de água, drenagem de águas residuais, redução de ruído e utilização de materiais amigas do ambiente, e se ponderará na introdução do sistema do edifício inteligente e promoção absoluta do conceito de economia dos recursos. Assim como se virá consultar e articular com o Plano de Rentabilidade e Economia de Energia nos Serviços/Instituições Públicas e as Directrizes para o Projecto de Iluminação Pública de Macau, no sentido de disciplinar o sistema de fornecimento de electricidade, sistema de iluminação e o consumo de energia.

O progressivo aumento do número de veículos verificado nos últimos anos veio conduzir uma maior circulação de trânsito nas vias, acrescido ainda do facto ao aumento da intensidade e da densidade das chuvas, veio isto agravar o desgaste do asfalto das vias, pelo que se planeia em 2009 encomendar a uma empresa da especialidade para a realização do estudo destinado a encontrar a fórmula para o asfalto mais adequada à situação de Macau e assim melhorar a durabilidade das vias asfaltadas.

#### **2.1.4 Ter uma maior atenção às pessoas e executar as construções públicas e espaços públicos num ambiente sem barreiras arquitectónicas**

Assim sendo, a Administração irá envidar os seus esforços na edificação de construções públicas e espaço público com um ambiente sem barreiras arquitectónicas. Será construído uma passagem superior para peões para garantir a ligação com o Edifício Jardins do Oceano, passagem superior da Avenida do Dr. Francisco Vieira Machado e da Estrada da Baía de N. Senhora da Esperança, sendo estas passagens superior para peões irão ser apetrechadas de equipamentos de supressão de barreiras arquitectónicas, designadamente elevadores para as pessoas portadoras de deficiência física, cuja concepção permitirá para além da utilização de forma eficiente e conveniente dos cidadãos.

O Governo irá ainda exigir que na concepção das construções públicas e espaços públicos se procure na medida dos possíveis dar cumprimento ao exigido em termos de legislação de supressão de barreiras arquitectónicas e instalação de equipamentos de apoio para as pessoas portadoras de deficiência física, assim como se ponderará em construir um ambiente livre de barreiras arquitectónicas, no sentido de permitir a criação de um ambiente livre de barreiras arquitectónicas focada nas pessoas e que se preocupam com as pessoas, no sentido de permitir às pessoas portadoras de deficiência física possam circular livre de barreiras arquitectónicas.

#### **2.1.5 Envidar incansavelmente os esforços para a beneficiação do urbanismo.**

Em 2009 iremos continuar a melhorar a capacidade de drenagem do sistema de esgoto subterrâneo de Macau, de forma a reduzir o aparecimento de cheia durante a época de chuvada. Assim sendo, o Governo planeia em realizar obras de optimização do sistema de drenagem do Bairro Social de Mong Há, junto da Avenida de Venceslau de Moraes, no Norte da Ilha Verde, no Patane, na Rua de Ferreira do Amaral e em Coloane.

Por outro lado, em prol de permitir uma melhor beneficiação da gestão das informações sobre o sistema de esgoto público e o sistema de drenagem pública, de forma a garantir a exactidão destas informações, permitindo assim atingir o seu objectivo que consiste na partilha de informações, o Governo está a planear em proceder a digitalização das actuais informações dos cadastros subterrânea de água, no sentido de criar a sua base de dados central, sendo que baseando nesta base de dados será desenvolvido um sistema informático em a situação geográfica destas

infra-estruturas subterrâneas. O plano será realizado de forma faseada, sendo que numa fase inicial a Taipa servirá como teste-piloto, sendo que após o bom funcionamento do sistema, será expandida a sua aplicação à Macau e Coloane. E vai proceder a inspecção e reparação dos taludes em risco.

Para o incremento das instalações das unidades hospitalares públicas e em resposta às exigências feitas pelo Complexo Hospitalar de Conde de S. Januário será elaborado um novo projecto para esta unidade hospitalar, em que as obras de ampliação e de reconstrução serão realizadas de forma faseada. A obra referente à 1.º fase será realizada no 2.º semestre de 2009 (que compreendem as instalações de apoio e de urgência). Além disso para a conveniência dos cidadãos, em particular às pessoas portadoras de deficiência e de terceira idade, com vista a facilitar a sua deslocação de e para o Complexo Hospitalar de Conde de S. Januário, será concluído em 2009 a construção de elevadores na Calçada da Surpresa.

A obra de aplanção do novo Estabelecimento Prisional de Macau, em Coloane, foi já concluída, mas por razões que se prendem com a segurança, as obras serão realizadas de forma faseada. As obras relativas à 1.ª fase terão início em princípios de 2009. A par disso, os grandes empreendimentos públicos a ser realizados em 2009 compreendem: Obra de Ampliação do Edifício do Posto Fronteiriço das Portas do Cerco, Novo Terminal Marítimo da Taipa, Complexo da DSAT, Novo Edifício dos Serviços de Migração, Construção do Centro de Socorro e Emergência dos Bombeiros em Coloane, Construção da Sede do Departamento Policial das Ilhas, construção do edifício da Sede do Instituto Politécnico de Macau; Os planos que vão ser iniciados em 2009 compreendem: Empreitada de construção do Sistema do Metro Ligeiro, construção do auto-silo junto da Povoação de Chun Su Mei, auto-silo e jardim junto da Rua de Seng Tou, na Taipa, o Centro de Investigação Científica, Novo Edifício de Gabinetes Académicos e Administrativos da Universidade de Macau, o Centro de Estudo e de Inspeção de Obras.

## **2.2 Política do planeamento urbanístico**

### **2.2.1 Criação de forma programada e progressiva do sistema do planeamento urbanístico moderno e científico**

O Governo da RAEM pretende proceder à beneficiação dos trabalhos do planeamento urbanístico de Macau. E na fase actual, por um lado, o CEEDS irá por meio de estudo e elaboração do Plano Conceptual para o Desenvolvimento Urbano de Macau, traçar as directrizes do futuro caminho para o desenvolvimento urbano de

Macau, encorajar e estimular os diversos estratos sociais na participação e na discussão sobre o assunto, com vista a construir a alicerce para o futuro desenvolvimento estratégico de Macau. Por outro lado, o Grupo de estudo interno de planeamento urbanístico criado pelo governo, por meio do regime normativo, do seu sistema e do seu mecanismo serão realizados estudos e análises focalizadas nas actuais características do sistema do planeamento urbanístico de Macau e se procurará identificar as suas deficiências. E com referência na tese do planeamento e na experiência vivida pelas demais cidades, conjugado ainda com a situação concreta e as limitações de Macau, procurar-se-á avançar desafiando todas as dificuldades, criar de forma programada e progressiva um sistema de planeamento urbanístico moderno e científico, no sentido de salvaguardar mediante as normas criadas para o efeito a concretização da perspectiva do desenvolvimento urbano.

A meta do planeamento urbanístico que se traduz no firmamento do princípio de “bem servir os cidadãos” consiste em criar para a população um ambiente habitacional sustentável, jovial, seguro e confortável. E como coordenar as aspirações das diversas comunidades tendo em conta os seus interesses económicos, sociais, ambientais e culturais, como permitir o eficaz diálogo, intercâmbio, coordenação, negociação, consenso e tolerância mútua entre os intervenientes que têm diferentes níveis de conhecimento e valores, consistirão na função fulcral do planeamento urbanístico em matéria de política pública de que o Governo procurará coordenar mediante a racionalização dos recursos e distribuição dos interesses.

Tendo em conta os problemas existentes no actual sistema de planeamento urbanístico de Macau, conjugado com as opiniões e sugestões dos diversos sectores sociais, especialistas e académicos, virá o Governo dar início aos trabalhos em seis vertentes:

#### **2.2.1.1 Promoção dinâmica da elaboração do sistema normativo e beneficiação progressiva do sistema normativo do planeamento urbanístico**

Actualmente o sistema normativo do planeamento urbanístico compreende em geral a legislação fulcral (também designado por legislação central) e as legislações complementares, as diversas legislações específicas em matéria de planeamento urbanístico, normas técnicas (incluindo circulares) e as legislações relacionadas quanto ao equilíbrio com a legislação fulcral do planeamento urbanístico.

O Governo criará para o efeito um grupo de trabalho interdepartamental, que dentro de 2009 irá dar início aos trabalhos de produção da legislação fulcral do planeamento urbanístico de Macau e dos projectos dos regulamentos administrativos complementares, estando previsto para o ano 2010 o início da realização de ampla consulta à sociedade e se procurará no segundo semestre de 2010 dar início à elaboração de legislação propriamente dita.

Durante a produção legislativa, iremos obedecer aos princípios de “respeito pela história, fincar na actualidade e estar perspectivado para o futuro”, bem tratar da questão inerente às construções existentes ou aprovadas que são legítimas e que obedecem ao plano de intervenção urbanística antes da entrada em vigor da nova legislação e do novo planeamento urbanístico, assim como quanto à questão da eventual falta de coordenação entre o aproveitamento do terreno e a nova legislação e o novo planeamento urbanístico. Em simultâneo, iremos prestar atenção aos trabalhos de encorajamento da participação pública, ouvir amplamente a opinião dos diversos estratos sociais e valer da experiência colectiva e aproveitar todas as ideias válidas.

#### **2.2.1.2 Reajustamento das competências dos serviços e optimização do sistema administrativo do planeamento urbanístico**

Para satisfazer as necessidades em termos de reforço do planeamento urbanístico e da gestão eficiente dos solos, será realizado o estudo sobre o reajustamento de algumas das competências da DSCC e da DSSOPT, assim como será criado um serviço específico para o planeamento urbanístico e a gestão dos solos, em prol da distribuição adequada das competências dos serviços, reestruturação e simplificação da estrutura orgânica, no sentido de permitir elevar a eficiência e alcançar o devido equilíbrio de poder, promover a modernização do planeamento urbanístico e da gestão dos solos e promover o desenvolvimento urbano sustentável de Macau.

A fim de reforçar a cooperação entre os diversos serviços governamentais em matéria de planeamento urbanístico, será estudado quanto à criação do regime interdepartamental para a coordenação na área do planeamento urbanístico e participação na elaboração e apreciação do plano de desenvolvimento macroestrutural de Macau.

Alheio a este facto, será aprofundado o estudo quanto à criação do Conselho sobre o Planeamento Urbanístico. E para o desenvolvimento destes trabalhos, será criado um grupo de trabalho interdepartamental que será responsável pela realização de um estudo aprofundado sobre a criação de um serviço específico para o planeamento urbanístico, de forma a conciliar com o projecto de lei da legislação fulcral do planeamento urbanístico e seus diplomas legais complementares e da produção legislativa em si.

### **2.2.1.3 Criação de forma programada e progressiva do sistema de funcionamento do planeamento urbanístico completo e concreto**

Considerando a situação concreta de Macau, sob pretexto de elevar a eficiência da administração do plano urbanístico, no plano normativo será mais adequado definir somente duas fases – plano director e plano normativo. O plano director, deve ser definido conforme o plano e a estratégia do desenvolvimento urbano, o seu ponto fulcral deve ser colocado no posicionamento da cidade, na estratégia do seu desenvolvimento e na sua direcção, assim como na configuração geral da estrutura, nas principais infra-estruturas e nos condicionamentos urbanísticos da zona classificada. Rigorosamente, o plano normativo consiste num regime, em que a legislação atribui poderes específicos aos órgãos e que após a sua elaboração nos termos da lei e aprovação dos procedimentos são homologados os elementos e as telas do plano.

A fim de permitir que o plano de desenvolvimento urbano e o plano de controlo do aproveitamento dos terrenos sejam mais flexíveis, e para que possam ter uma harmonia eficiente e permitam reflectir as mudanças da situação real, será então necessário definir os critérios e as normas do plano não normativo, para os técnicos do planeamento urbanístico e os projectistas poderem consultar na realização do seu trabalho.

Para promover estes trabalhos, os serviços de obras continuarão a dialogar e cooperar com o Centro de Estudos Estratégicos para o Desenvolvimento Sustentável (CEEDS), no sentido de articular com os trabalhos de estudo a ser realizados pelo CEEDS.

E não obstante a este facto, será igualmente reforçado o intercâmbio e a cooperação com os serviços e instituições de estudo em matéria de planeamento urbanístico do estrangeiro, assim como será realizado um estudo aprofundado sobre o sistema de funcionamento do planeamento urbanístico de Macau. Tendo como referência e espelho a experiência bem sucedida do desenvolvimento conceptual do espaço urbano das demais regiões, das suas técnicas em matéria de planeamento urbanístico, das suas políticas e legislações e do seu regime de gestão, se procurará complementar e beneficiar o sistema de funcionamento do planeamento urbanístico de Macau. Criação progressiva da base de dados para os especialistas da Administração sobre o planeamento urbanístico. E perante esta base, serão criadas condições para gradualmente aplicar a título experimental as teses dos especialistas no planeamento urbanístico.

#### **2.2.1.4 Elevar a transparência do planeamento urbanístico e promoção da abertura dos assuntos administrativos**

Para incrementar a transparência dos trabalhos actualmente desenvolvidos no âmbito do planeamento urbanístico, de forma a satisfazer as necessidades da sociedade, será primeiro necessário tornar gradualmente público as informações sobre o plano, apresentar e esclarecer à sociedade os diversos planos de pormenor, a fim de permitir aos cidadãos poderem mais fácil e rapidamente compreender a situação do plano de pormenor, permitindo assim lhes auxiliar a conhecerem melhor o futuro desenvolvimento dos diversos bairros e reduzir os erros devido a falta de conhecimento. Assim como durante este processo realizar progressivamente acções de formação e de elevação da ética profissional dos técnicos que trabalham na área do planeamento urbanístico e melhorar a sua atitude de trabalho.

Deve-se utilizar a já criada Rede de Informação Cadastral no sentido de permitir o acréscimo de forma programada da circulação e da velocidade de divulgação das informações sobre o planeamento urbanístico e solos, de forma a aumentar a transparência destas informações.

Se procurará a partir do 1.º trimestre de 2009 gradualmente proceder a digitalização das informações em papel dos planos de pormenor já elaborados e executados, e colocá-los na *internet* para poderem ser consultados pelos cidadãos. E durante este processo reapreciar a sua validade.

Se procurará em breve traduzir para a língua chinesa as circulares utilizadas na DSSOPT e publicá-las no 1.º trimestre de 2009, para a consulta dos diversos sectores de actividade.

### **2.2.1.5 Incentivar a participação da população e criação de uma plataforma para a manifestação de opinião**

O ponto fulcral do encorajamento da participação da população consiste em como conciliar a situação concreta da sociedade de Macau, com vista a criar um regime que permita a participação de forma sistemática, diversificada e multifacetada destes trabalhos.

Em articulação com a elaboração do projecto da legislação fulcral do planeamento urbanístico e diplomas legais complementares, será realizado o estudo quanto à participação pública na estrutura principal do planeamento urbanístico e os respectivos procedimentos. Os procedimentos da participação pública consistem em normas disciplinares e operacionais da participação pública nos trabalhos do planeamento urbanístico, que compreendem o âmbito de aplicação, participação na estrutura principal do planeamento urbanístico e os seus passos básicos, e que por outro lado permite salvaguardar a sua execução de forma eficiente.

Além da recolha de opinião através das acções de consulta em geral quanto ao planeamento urbanístico, será ainda estudado em como procurar através da comunidade promover a estrutura principal do planeamento urbanístico, sendo que caberá à Administração o fornecimento de recursos e oportunidades, bem como a cooperação com as associações civis e profissionais locais, em que se virá através da diversificação, boa fé, conhecimento e interactivo encorajar a participação dos moradores do bairro no planeamento urbanístico da sua comunidade, e em que se virá através do processo de diálogo sistemático, integrar os temas existentes em termos de espaço, sociedade e vida, auxiliando assim a formação do consenso entre o Governo e a população, de forma a confirmar o posicionamento da directriz do futuro desenvolvimento da comunidade e resolver a questão concreta existente. Criação gradual de regime, em que caberá ao pessoal dos serviços públicos a formação do grupo de contacto, que se deslocarão aos bairros para a realização de diálogo, promover em conjunto as acções de educação genérica e de divulgação sobre o planeamento urbanístico.

### **2.2.1.6 Ser realista e elevar de forma dinâmica e programada a qualidade e o número de técnicos na área do planeamento urbanístico**

De facto, tendo em conta a actual situação dos meios humanos da subunidade a quem cabe o planeamento urbanístico de Macau, que alheio a responder ao já pesado volume de trabalho quotidiano, necessita ainda de realizar os trabalhos de construção do sistema de planeamento urbanístico moderno e científico, sendo que quer em termos qualitativos, como em termos quantitativos, é bastante difícil aos técnicos da subunidade do planeamento urbanístico responder completamente a estas exigências, por isso, virá o Governo adoptar medidas eficazes que visem aumentar a aplicação de recursos para a implementação e beneficiação de forma dinâmica e programada da situação de meios humanos da subunidade a quem cabe o planeamento urbanístico.

O Governo irá solicitar o apoio do Instituto de Estudo do Planeamento Urbanístico da China para a realização a título experimental de curtas acções de formação no 1.º semestre de 2009, no sentido de conjugar com a criação pela Administração de linhas de acção governativa no âmbito do moderno sistema de planeamento urbanístico. Por outro lado, deve-se ainda ter em consideração através da cooperação com as associações profissionais, encorajar o pessoal local que trabalha no planeamento urbanístico a participar nas acções de formação e de intercâmbio com o exterior no sentido de elevar a sua própria qualidade, assim como participar de forma dinâmica nos trabalhos do planeamento urbanístico comunitário. Além disso, promoverá a cooperação com as associações profissionais, de forma a dar início de forma progressiva e programada aos trabalhos de estudo preliminar sobre a habilitação profissional dos arquitectos de planeamento urbanístico.

### **2.2.2 Agarrar na oportunidade e participar activamente na cooperação em matéria de planeamento urbanístico**

Face à grande tendência da harmonia do desenvolvimento regional e da necessidade da perspectiva futura de “análise na cidade através da região”, durante o processo de elaboração do plano de desenvolvimento urbano será necessário conhecer o plano quinquenal do desenvolvimento sócio-económico nacional e o plano do desenvolvimento urbano macro estrutural das demais cidades da região, assim como a perspectiva do posicionamento do desenvolvimento regional e do desenvolvimento urbano de Macau, tendo em consideração a devida conjugação com o plano de desenvolvimento urbano de Macau e a adequação do respectivo planeamento urbanístico, no sentido de encontrar a oportunidade e o desafio de Macau no desenvolvimento regional.

O Governo irá sobretudo reforçar o intercâmbio e a cooperação com os serviços responsáveis pelo planeamento urbanístico da Província de Cantão, Cidade de Shenzhen, Cidade de Zhuhai e Região Administrativa Especial de Hong Kong(RAEHK), participar de forma dinâmica e por iniciativa própria no estudo do plano para a criação da zona de cooperação estreita entre a Província de Cantão, Hong Kong e Macau. Se virá negociar com a Província de Guangdong e criar na reunião conjunta da cooperação entre a Província de Cantão e Macau quanto a um grupo especializado no planeamento urbanístico e no desenvolvimento da Província de Cantão e Macau, reforçar na frequente troca de opiniões e informações entre ambos os governos sobre a questão do planeamento urbanístico e o desenvolvimento regional, e realização de estudo conjunto, em prol da formação da nova perspectiva na promoção do desenvolvimento regional entre a Província de Cantão, Hong Kong e Macau. Através dos encontros e conversações pontuais do grupo especializado e do encontro sobre a planificação geral e coordenação entre os serviços focados no planeamento urbanístico, se procurará melhor reforçar o intercâmbio e a cooperação em matéria de planeamento urbanístico e regional entre ambos os territórios e desenvolvimento estratégico, e o plano das grandes infra-estruturas e na área do urbanismo.

Além disso, se virá por meio da criação de um novo regime de cooperação entre Hong Kong e Macau promover a troca de informações entre ambos os governos sobre o planeamento urbanístico e a cooperação em matéria de planeamento regional. E durante a concretização do Estudo do Planeamento da Grande Delta do Rio das Pérolas, proceder à construção de uma plataforma de coordenação e cooperação em matéria de planeamento urbanístico entre a Província de Cantão, Hong Kong e Macau.

Com uma fusão cada vez maior das actividades sócio-económicas da Região do Delta do Rio das Pérolas, o conhecimento da actual natureza da circulação pedonal e rodoviária e do sentido da circulação das principais infra-estruturas transfronteiriças, disposição do equipamento rodoviário transfronteiriço e fluxo de turistas e da actividade logística, irão igualmente servir como fundamento para a futura previsão do fluxo de trânsito. Para reajustar as informações sobre o movimento turístico transfronteiriço de Hong Kong, Macau, Shenzhen e Zhuhai, será necessário a construção de uma plataforma de informação sobre o movimento turístico transfronteiriço, em prol da troca e partilha destas informações, para servir de forte suporte aos governos dos diversos territórios, no sentido de se elaborar de forma eficiente um plano de infra-estruturas transfronteiriças, numa cooperação conjunta organizada pelos Serviços de Planeamento Urbanístico de Hong Kong e

pelos Serviços de Planeamento Urbanístico e de Gestão de Trânsito de Macau, Shenzhen e Zhuhai, em que no futuro será dado início ao Estudo sobre a Cooperação de Troca de Informações sobre o Movimento Turístico Transfronteiriço.

Por fim, iremos continuar com a criação do regime de cooperação em diversos aspectos mediante o Protocolo do Quadro da Cooperação da Região do Pan-Delta do Rio das Pérolas e a Lei de Bases da Cooperação no Desenvolvimento e Planeamento Urbanístico da Região do Pan-Delta do Rio das Pérolas, participação dinâmica nos trabalhos do plano director do desenvolvimento regional e do plano específico em matéria de energia, transporte, tecnologia, informação e protecção ambiental.

### **2.2.3 Abertura prática e procura do regime de equilíbrio entre o desenvolvimento e a protecção**

Em harmonia com a realização de trabalhos do sistema de planeamento urbanístico moderno e científico, virá o Governo através do regime de cooperação interdepartamental reforçar a cooperação com as instituições de ensino superior, associações profissionais, especialistas e académicos, em que será sistemática e faseadamente dado início a uma série de estudos sobre o “Planeamento Urbanístico e Equilíbrio entre o Desenvolvimento e a Protecção”, serão realizadas análises, estudos e elaboração de tese científica que vise melhor obter a opinião e sugestões da camada base da sociedade, para servir de referência à Administração.

De acordo com o plano preliminar, prevê-se que no ano 2009, a realização de forma sistemática e faseada dos seguintes estudos específicos:

- Estudo de viabilidade da optimização dos bairros antigos da Taipa;
- Estudo sobre o modelo de circulação do ar da zona urbana de Macau;
- Estudo específico sobre as cotas altimétricas máximas permitidas no Centro Histórico de Macau.

No período compreendido entre 2009 a 2010, irá o Governo através da cooperação com o Ministério Nacional da Defesa do Ambiente realizar o estudo sobre a avaliação do plano geral do ambiente. Este trabalho permitirá auxiliar a acelerar os passos e a capacidade do plano ambiental dos órgãos responsáveis pela defesa ambiental de Macau, que futuramente poderá ainda servir como referência para o início do plano ambiental da Província de Cantão, Hong Kong e Macau.

#### **2.2.4 Firmamento do princípio “melhor servir a população” e promoção de forma aberta e transparente do reordenamento harmonioso dos bairros antigos**

Do debate em pormenor, veio o Conselho Consultivo para Reordenamento dos Bairros Antigos de Macau (CCRBAM) concluir a discussão das cláusulas do projecto do Regime Jurídico do Reordenamento dos Bairros Antigos, tendo sido apresentadas muitas e preciosas opiniões e sugestões, que tiveram um importante papel na beneficiação do projecto do Regime Jurídico do Reordenamento dos Bairros Antigos. Este projecto de lei entrará na fase de produção legislativa em finais de 2008.

Dado que o projecto do Regime Jurídico do Reordenamento dos Bairros Antigos consiste num regime jurídico básico, por isso será ainda necessário elaborar um conjunto de diplomas legais complementares destinados a permitir a sua execução, no sentido de melhor satisfazer o desenvolvimento e as necessidades da sociedade, por isso, em 2009 o CCRBAM virá dar início à discussão sobre este conjunto de diplomas legais complementares.

Atendendo que os trabalhos de reordenamento dos bairros antigos envolvem dezena de milhões de moradores, conforme o conceito da LAG de “Dar importância redobrada à investigação e reforço da decisão com base científica”, e na sequência do inquérito realizado em 2007 sobre a Situação da Vida dos Moradores do Bairro Iao Hon, em 2009 se continuará a cooperação com as instituições de ensino superior e entidades de estudo científico de Macau dar início de forma mais ampla aos trabalhos de investigação sobre os bairros antigos, no sentido de dominar os diferentes dados sobre os diversos bairros antigos, para a elaboração das futuras políticas de reordenamento dos bairros antigos de forma a que estejam à altura das necessidades dos cidadãos e que possa ser operacional, assim como desenvolver sem obstáculos os respectivos trabalhos.

A fim de permitir que os moradores das diversas comunidades possam melhor conhecer a situação do reordenamento dos bairros antigos, iremos dar início às acções de consulta para o efeito. Planeia-se em 2009 dar início às acções de consulta junto das camadas sociais mais desfavorecidas, profissionais da área e as associações comunitárias dos bairros antigos.

Para aprofundar as acções de divulgação sobre o projecto do Regime Jurídico do Reordenamento dos Bairros Antigos, planeia-se realizar acções de divulgação junto das entidades de ensino, para que as camadas jovens possam também conhecer o reordenamento dos bairros antigos, pelo que abrangerá as instituições de ensino superior e escolas secundárias.

De forma a mais profunda e amplamente contactar com os moradores dos bairros, ouvir a sua voz e prestar-lhes serviços de consulta mais próximos. O Governo irá aproveitar parte dos terrenos resultantes da demolição do Edifício Son Lei no Bairro de Iao Hon para a instalação da secretaria provisória do CCRBAM, para devidamente e em tempo oportuno realizar as acções de divulgação e de consulta aos bairros.

Por outro lado, para elevar a eficiência do embelezamento das vias públicas, o Grupo de Trabalho Interdepartamental para o Embelezamento das Vias Públicas veio com base no plano que foi publicado sobre o embelezamento das vias públicas no período compreendido entre 2007 a 2009, continuar de forma faseada aos diversos planos concretos de consulta aos moradores e comerciantes dos bairros, sendo que o plano será executado após a recolha da opinião pública e alcançado o consenso.

Os principais locais a ser objecto de embelezamento das vias públicas compreendem a zona classificada como património mundial, zona dos bairros antigos e outros bairros, contudo, estes trabalhos serão centralizados na zona classificada do património mundial e depois alargados até os bairros antigos, assim como estendidos aos demais bairros. A par disso, se virá ainda através da restauração e defesa das construções de valor histórico, cultural ou arquitectónico manter a singularidade tradicional dos bairros antigos, de forma a ampliar o clima cultural de Macau e o seu valor turístico.

No intuito de incentivar os condóminos na reparação e conservação de edifícios, apesar de esforçar o Plano de subsídio para Reparação de Edifícios, iremos criar medidas de subsídio a planos de obra de reparação das instalações da parte comum do edifício; Que ao mesmo tempo, promover também uma medida de curto prazo, destinados a edifícios com mais de 30 anos de idade, em que o Governo irá subsidiar as obras de reparação de determinada instalação pública do edifício, deste modo, irá otimizar progressivamente o ambiente da comunidade, produz mais obras de pequena e média escala, como também a criação de mais postos de emprego.

Além disso, serão realizados estudos através da cooperação entre o Governo e as associações civis e associações profissionais de Macau, organizado por profissionais, no sentido de profundamente conhecer os bairros antigos, prestar apoio aos moradores na participação no plano de embelezamento e construção dos bairros antigos e esforço conjunto para a optimização do ambiente de habitação dos bairros. Será promovida a participação dos cidadãos no plano do ambiente do seu próprio bairro começando pela sua vida quotidiana, assim como a elevação do seu conhecimento e a compreensão e apoio da população sobre o planeamento urbanístico. Este plano poderá primeiro ser implementado a título experimental e depois se estudará mais profundamente quanto a sua operacionalidade.

## **2.2.5 Beneficiação de forma progressiva e programada do planeamento urbanístico dos diversos bairros**

Iremos continuar a proceder à beneficiação de forma progressiva e programada do planeamento urbanístico dos diversos bairros, sendo sobretudo focado no seguinte:

### **2.2.5.1 A Península de Macau**

Relativamente ao plano de aterros submetido pelo Governo da RAEM à apreciação do Governo Central, os serviços competentes de ambas as partes continuaram com a realização de francas e construtivas negociações neste sentido. A fim de melhor satisfazer as exigências em termos de protecção contra as cheias da foz do Rio das Pérolas e melhorar a situação de sedimentação na bacia, o Governo da RAEM introduzirá devidas alterações na área do terreno a aterrar que foi solicitado.

Mais de metade dos terrenos a conquistar ao mar em plano serão aproveitados para a execução de infraestruturas viárias públicas, espaço público, arranjo paisagístico e zona verde e outros equipamentos públicos. Nos novos bairros não serão aproveitados para a indústria do jogo. Por outro lado, para o bom aproveitamento dos terrenos, não será aproveitado para a construção empreendimentos imobiliária de baixa densidade populacional (nomeadamente vivendas). E paralelamente, será reservada área adequada de terreno para o desenvolvimento dos sectores que obedeçam devidamente a política da diversidade da indústria produtiva de Macau e para a construção de habitação pública. Esperamos através do devido planeamento, beneficiação da disposição de todo o trânsito, optimização da paisagem da orla marítima e acréscimo de mais zonas verdes e equipamentos de lazer e pontos de vista, seja possível otimizar o ambiente habitacional de Macau e elevar a qualidade de vida dos cidadãos. Quando o plano preliminar for oficialmente aprovado pelo Governo Central, virá o Governo ouvir a opinião da sociedade sobre todo o plano e promover a beneficiação e a concretização sem obstáculos do plano.

Continuará a ser realizado com os serviços governamentais da China Continental do estudo de viabilidade da construção do túnel subaquático de ligação com a Ilha da Lapa (Zhuhai) e de embelezamento da paisagem da orla costeira, a fim de assentar a característica de “duas margens separadas por um rio”. E relativamente ao plano da Zona C e D do empreendimento designado por Fecho da Baía da Praia Grande, será dado início à sua profunda avaliação no sentido de encontrar o equilíbrio entre o desenvolvimento urbano e a protecção ambiental.

Se continuará com o estudo do reordenamento das imediações da Ilha Verde e de optimização do ambiente, equipamento comunitário, zonas verdes, zonas de lazer e protecção do património do espaço envolvente da Ilha Verde. Aproveitado o plano de construção de habitação pública para promover de forma dinâmica o plano de desenvolvimento do Bairro Social da Ilha Verde, assim como a construção de mais equipamentos sociais, zonas verdes e zonas de lazer, de forma a permitir a elevação geral da qualidade do ambiente habitacional da Ilha Verde.

Será estudado quanto aos arranjos paisagísticos e beneficiação das condições pedonais da Rua de Abreu Nunes - Rua do Volong - Praça Tap Seac - Fortaleza do Monte, da Rua do Almirante Sérgio - Rua da Ribeira do Patane, e das ruas adjacentes do Largo do Pagode do Bazar. Será ainda dado início ao estudo referente à 3.ª fase do plano de reordenamento viário do NAPE. O plano compreende o reordenamento faseado dos passeios e das vias internas desta zona, assim como na beneficiação dos equipamentos de apoio viário do NAPE, de forma a conjugar com o futuro desenvolvimento desta zona. Por outro lado, será ainda dado início ao estudo da construção de equipamentos de travessia pedonal junto da Avenida do Dr. Rodrigo Rodrigues e demais localidades adequadas.

A fim responder as exigências do desenvolvimento de todo o trânsito da zona e elevar a capacidade das artérias viárias do quadrante sul da Península de Macau, se continuará com a realização das obras de alargamento da Avenida Dr. Sun Yat-Sen. Além disso, envidarmos para abrir a Rua da Harmonia e a Avenida do General Castelo Branco, aperfeiçoando a rede de tráfego da zona sul do San Kiu e da zona de Ilha Verde.

Os serviços responsáveis pelo planeamento urbanístico, trânsito e cultura está a optimizar o plano de construção do auto-silo público em elevação localizado na Rua de D. Belchior Carneiro, junto das Ruínas de S. Paulo, para pode melhor harmonizar com o ambiente envolvente, resolver a questão da falta de lugares de estacionamento nas imediações, assim como permitir a optimização do ambiente turístico desta zona.

#### **2.2.5.2 As Ilhas**

Para a revitalização da Vila da Taipa e manter a sua imagem, virá o Governo através da cooperação conjunta com os moradores desta zona dar início ao estudo de viabilidade sobre a optimização da Vila da Taipa, no sentido de se criar condições destinadas a optimizar a comunidade e criar um ambiente mais propício ao comércio.

A empreitada de construção do auto-silo junto da Povoação de Chun Su Mei, e de construção do jardim e do auto-silo subterrâneo junto da Rua de Seng Tou será iniciado a sua execução no 2.º trimestre de 2009. Os dois mencionados projectos irão resolver a questão da falta de lugares de estacionamento naquela zona, aumentar a área de jardim e espaço de lazer. E se continuará ainda a acompanhar os trabalhos referentes à titularidade de alguns terrenos da Fábrica de Panchões Iec Long, para acelerar o projecto de construção do parque temático.

E em conjugação com a estratégia da prioridade dos serviços de transportes públicos e do plano do sistema do metro ligeiro, o Governo está no momento a elaborar um novo plano de reordenamento viário para zona envolvente da Estrada Governador Albano de Oliveira, em frente do Jockey Clube de Macau, na Taipa, no sentido de otimizar o trânsito e o ambiente habitacional e comercial da zona sudoeste da Taipa. A par disso, será dado início ao estudo do reordenamento do planeamento urbanístico da zona norte da Taipa, no sentido de acelerar a beneficiação da rede viária. O estudo do novo planeamento da Zona Industrial de Pac On será em breve concluído e será também em breve apresentada ao público e recolhidas a opinião pública.

O Governo está no momento a realizar o Estudo de Viabilidade sobre a Optimização da Vila de Coloane, que se irá com base nos resultados do estudo realizado dar início aos trabalhos de reordenamento através da cooperação entre o Governo e os moradores, em que a par de se manter a sua actual imagem, se procurará ainda revitalizar a Vila de Coloane, otimizar a sua comunidade e criar um ambiente mais propício ao comércio.

Face ao progressivo desenvolvimento de Coloane e do COTAI, se acelerará a conclusão do plano da pedreira de Seac Pai Van em Coloane e das imediações do Parque Industrial de Seac Pai Van, de forma a harmonizar com o desenvolvimento do COTAI e melhorar a paisagem e o ambiente do quadrante norte de Coloane.

### **2.2.5.3 COTAI**

Em conjugação com o desenvolvimento do COTAI num gigantesco complexo onde estejam concentradas as industriais do jogo, do turismo e de diversões, o Governo irá continuar em função do estudo concreto do futuro desenvolvimento desta zona e das grandes infra-estruturas viárias transfronteiriças, proceder ao planeamento das infra-estruturas, vias de comunicação e serviços de transportes públicos do COTAI, assim como a sua rede de abastecimento de água.

O acelerado desenvolvimento urbano do COTAI veio conduzir ao rápido aumento da necessidade de mais infra-estruturas viárias. Com a conclusão dos grandes empreendimentos particulares em ambas as laterais da Estrada do Istmo, o Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa, Aeroporto Internacional de Macau e as grandes instalações desportivas e lúdicas, em particular a poente da Estrada do Istmo, a sua ligação permitirá impulsionar a sua urbanização, assim como uma mais rápida concentração de população. Pode-se prever que no futuro o aproveitamento da rede viária desta zona conduzirá a um aumento significativo na circulação viária, por isso, será necessário a realização de uma mais profunda análise e estudo sobre a rede viária da zona.

## **2.3 Política de gestão de solos**

### **2.3.1 Revisão atempada da política de concessão de terrenos e aperfeiçoamento do regime jurídico de gestão de solos**

Face à mudança do desenvolvimento socioeconómico de Macau, virá o Governo proceder à revisão da actual política de concessão de terrenos, a fim de permitir o aproveitamento mais eficiente dos preciosos terrenos e satisfazer as necessidades urgentes dos cidadãos.

Além disso, se aguardará a aprovação do Governo Central para a execução de aterro de conquista de terra ao mar, em articulação com a concretização do plano urbano, irá definir gradualmente o plano e as finalidades dos novos terrenos e quando for assim oportuno serão divulgadas ao público, de forma a aumentar a transparência sobre a futura oferta de terrenos.

Por outro lado, o grupo de trabalho interdepartamental do Governo criado para o efeito irá em 2008 dar início à análise e revisão da Lei de Terras e dos seus diplomas subsidiários, e tendo como referência a opinião apresentada pela Comissão Eventual para a Análise dos Regimes de Concessões Públicas e de Terrenos da Assembleia Legislativa e dos diversos estratos sociais, será entregue o relatório de trabalho preliminar sobre os problemas concretos existentes no actual regime jurídico e a experiência dos demais países e regiões avançadas, para servir de orientação e propostas para a futura revisão. Na sequência do proposto no relatório de trabalho preliminar do Grupo para a Revisão da Lei de Terras serão realizadas sessões de apresentação e de consulta aos diversos estratos sociais, no sentido de recolher a opinião pública. Prevê-se que no 2.º semestre de 2009 sejam entregues as propostas em pormenor sobre a revisão do actual regime jurídico de gestão de solos, no sentido de permitir o início dos trabalhos concretos de revisão.

### **2.3.2 Aumento progressivo da transparência das informações cadastrais e construção de um moderno sistema de informações cadastrais**

Em 2009, a par de se continuar com a consulta da opinião do Grupo Consultivo para o Desenvolvimento de Terrenos sobre a situação da concessão de terrenos, o processo de transmissão dos direitos resultantes da concessão, a conversão da concessão provisória, a alteração de finalidade dos terrenos já concedidos e a modificação do aproveitamento do terreno, será ainda implementado o “Regime de Audiência Pública para a Concessão, Troca e Modificação do Aproveitamento dos Terrenos”, de forma a aumentar a transparência do processo de concessão de terrenos.

Por forma a continuar o aumento do grau de transparência de informação de solo, irá continuar a desenvolver o “enquadramento de partilha de informação geográfica espacial”. Continuará a colaboração entre Serviços Públicos, para aumentar gradualmente o conteúdo de informação de solo relacionado com a vida quotidiana dos residentes, como as informações sobre a urbanização, habitação e o planeamento urbanístico, assegurando e enriquecendo o conteúdo da “Rede de Informação Cadastral”. Continuará também a optimização dos mecanismos de partilha de informação geo-espacial no enquadramento, prevendo-se, por um lado a concretização da partilha de informação espacial entre Serviços Públicos (G2G) , no início do segundo semestre de 2009, e o alargamento do âmbito de aplicação da “Rede de Informação Cadastral” para Serviços Públicos, prestando apoios nas tarefas de construção municipal, planeamento urbanístico, gestão de solos, inspecção do ambiente.

Além disso, será estudado quanto aos trabalhos de digitalização dos processos das informações cadastrais, de forma a permitir a optimização da gestão dos processos, assim como conjugar com as necessidades do desenvolvimento do e-government. O seu início está previsto para o 1.º trimestre de 2009, sendo necessário 2 anos.

A fim de melhor elevar a aplicação e a exactidão da base de dados das informações cadastrais, se procurará continuar com a optimização do respectivo circuito de trabalho, em que para o efeito serão recolhidas, analisadas, introduzidas e alteradas as informações sobre os critérios e o regime de todo o circuito. A revisão e optimização do projecto e da aplicação do sistema de informações cadastrais, terá por objectivo articular com as necessidades do desenvolvimento social. Este plano terá início no 1.º trimestre de 2009.

Tendo em conta as necessidades do desenvolvimento da RAEM, servirão como referência a experiência das demais regiões, pelo que serão realizados trabalhos de ampliação das informações em função das circunstâncias, no sentido de elevar a capacidade de análise e de resposta em geral.

### **2.3.3 Reforço e intensificação dos trabalhos de gestão de solos**

Ao abrigo do disposto no artigo 7.º da Lei Básica da RAEM, “Os solos e os recursos naturais na Região Administrativa Especial de Macau são propriedade do Estado, salvo os terrenos que sejam reconhecidos, de acordo com a lei, como propriedade privada, antes do estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau. O Governo da Região Administrativa Especial de Macau é responsável pela sua gestão, uso e desenvolvimento, bem como pelo seu arrendamento ou concessão a pessoas singulares ou colectivas para uso ou desenvolvimento.”

Em salvaguarda dos interesses públicos, virá o Governo continuar com a intensificação da sua acção no sério tratamento à luz da lei dos comportamentos de ocupação ilegal dos terrenos públicos. No que refere aos trabalhos de danificação da encosta e de obstrução dos trabalhos da administração de protecção florestal, estes casos de ocupação ilegal dos terrenos públicos vem gravemente afectar o interesse público, pelo que serão prioritariamente tratados.

Por outro lado, a fim de salvaguardar o devido aproveitamento dos terrenos já concedidos dentro do prazo estipulado, se continuará com o reforço da fiscalização do cumprimento do contrato de concessão. No que refere aos terrenos concedidos há bastante devolutos, caso se verifique a infracção do contratualmente disposto, sem que seja apresentada a devida justificação, será tratado conforme o disposto contratualmente e o disposto na lei.

Na apreciação dos pedidos de alteração de finalidade dos terrenos já concedidos, o Governo irá ponderar absolutamente sobre estas questões sob o ponto de vista quanto ao posicionamento do desenvolvimento urbano, planeamento urbanístico, ambiente, protecção do património, paisagem urbana e equipamento viário.

A fim de tornar mais transparente e eficaz a gestão de solos e respectivas tarefas, tem planeado o lançamento de mais serviços de Carta de Qualidade adicionais, dos quais incluirão as tarefas topográficas, junção e separação de parcelas, etc. Continuará também o aperfeiçoamento e a optimização do “Serviço *One Stop* – Pedido de Planta de Alinhamento Oficial (PAO)” organizados conjuntamente pelas

Direcção dos Serviços de Cartografia e Cadastro e Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes, e combinando com o sistemas de informação, tornando cada etapa mais transparente e eficiente. Será estudado o fornecimento via *Internet* do serviço de consulta do estado do procedimento de trabalho, para que os requerentes possam conhecer e supervisionar a situação do procedimento do respectivo requerimento.

## **2.4 Política de habitação**

Viver tranquilo e trabalhar com alegria é o desejo comum de todos os residentes de Macau, muito importante para unir o sentido de pertença e manter a estabilidade social dos mesmos. O Governo, no próximo ano, promove, de forma activa, a construção de habitação pública, a aplicação da legislação e de medidas relativas a todos os planos para aperfeiçoar a administração e reparação de edifícios, no sentido de apoiar os residentes a suavizar a resolução das dificuldades habitacionais e a criar um ambiente habitacional confortável.

### **2.4.1 Promoção activa da construção de habitação pública, a fim de suavizar na resolução das dificuldades dos residentes**

O Governo continua com o empenho para concretizar a construção faseada de 19000 apartamentos de habitação pública até ao final do ano de 2012, para dar assistência aos residentes com dificuldade concreta para resolver gradualmente o problema de habitação. O planeamento da primeira fase é destinado para construir aproximadamente 7000 fracções até ao final do ano de 2009. No fornecimento das habitações sociais, para além dos 210 apartamentos disponíveis na Habitação Social na Ilha Verde já inaugurada, os 884 apartamentos planeados na primeira fase do empreendimento de Habitação Social do Bairro de Fai Chi Kei estão previstos a ser concluídos no primeiro semestre do próximo ano de 2009. O número aproximado de 924 apartamentos do Complexo de Habitação Social na Ilha Verde (blocos B e C), bem como de 588 apartamentos da primeira fase do empreendimento de Habitação Social em Mong Ha serão concluídos de construção no último trimestre do ano de 2009. Os apartamentos de habitação social, ao número de 357, projectados para o Complexo de Habitação Social na Ilha Verde (bloco A) encontram-se na fase de adjudicação do novo projecto, prevendo-se a possibilidade do início da sua construção no primeiro semestre do ano de 2009.

No fornecimento das habitações económicas, a conclusão dos 880 apartamentos planeados para a primeira fase de construção no lote HR/HS junto da Rua da Tranquilidade, do Bairro de Hipódromo, está prevista para o segundo semestre do ano de 2009. Enquanto, a conclusão do número de apartamentos aproximado a 2 703, projectados para o lote TN27, junto à Estrada Coronel Nicolau de Mesquita, na Ilha da Taipa, está prevista para o primeiro semestre do ano de 2011. Iremos diligenciar para iniciar a execução dos trabalhos de construção para cerca de 600 apartamentos no “Lote 4” do Bairro de Ilha Verde no primeiro trimestre do ano de 2009.

Quanto ao número dos apartamentos remanescentes, o Governo irá concretizar gradualmente a sua construção programada entre os anos de 2010 a 2012, sendo o número de fornecimento específico ligeiramente e atempadamente ajustado em correspondência com a avaliação da variação das necessidades para habitações públicas. E para minimizar o tempo necessário para a construção das habitações públicas, o Governo está empenhado para criar as condições visando para acelerar o progresso das obras de construção para habitações públicas.

Por outro lado, irá estudar os planos de aproveitamento dos doze terrenos, em Seac Pai Van, Coloane, com uma área cerca de 42 300 m<sup>2</sup>, e os restantes três terrenos do Bairro da Ilha Verde, no sentido de serem preparados para a 2.<sup>a</sup> fase do plano de construção da habitação pública. No futuro, nos novos terrenos de aterro por conquista ao mar, o Governo irá reservar uma quantidade adequada de terrenos, com finalidade de serem terrenos reservados para construção da habitação pública.

No que se refere ao “Plano de Financiamento ao Crédito para a 1.<sup>a</sup> Aquisição de Habitação Própria”, após a realização da 1.<sup>a</sup> recolha de opinião, o Instituto de Habitação está a estudar as respectivas propostas. O plano irá ser concretizado no ano 2009.

Relativamente ao Plano de Arrendamento de Habitação para as Famílias de Recém-casados, em virtude da existência de grandes divergências nas opiniões da sociedade, assim é necessário proceder análise e estudo, de forma progressiva. O Governo reservou um terreno para a construção de mais de 300 fracções situado no terreno junto à Rua de Francisco Xavier Pereira (antigo quartel de Mong-Há), com uma área de cerca de 2 200 m<sup>2</sup>.

Prevê-se, no 2.<sup>o</sup> trimestre do ano 2009, após a revisão da legislação de habitação pública, iniciará a recepção das candidaturas dos residentes de habitação social e económica.

No intuito de apoiar os sectores sociais no conhecimento mais oportuno das informações de habitação pública, o IH vai publicar periodicamente o andamento dos planos de construção da habitação pública na página electrónica deste Instituto e na imprensa. Oportunamente, irá convidar indivíduos de sociedade para visitar os estaleiros de habitação pública quase concluída, a fim de dar conhecimento ao público sobre o andamento da construção, situação dos edifícios e ambiente da zona comunitária circundante, junto aos planos das habitações públicas.

Simultaneamente, para intensificar os trabalhos de estudo sobre a procura de habitação pública, irá continuar a cooperação com as universidades e instituições académicas, através da recolha de dados científicos, a fim de serem usados para referência, pelo Governo, na elaboração da política da habitação.

#### **2.4.2 Reforço de normalização, elevação da transparência, a fim de promover o desenvolvimento saudável do mercado de habitação privada**

Relativamente ao mercado de habitação privada, o Governo destina-se, através do aperfeiçoamento da legislação, a intensificar o reforço do funcionamento do mecanismo de fiscalização e controlo, a elevação da transparência das notícias do mercado, a diminuição dos riscos vindos por notícias inexactas, a fim de ter um funcionamento mais eficaz do mecanismo do mercado, no sentido de ter um desenvolvimento saudável do mercado imobiliário.

Após a realização de várias consultas, foram concluídos os trabalhos de elaboração dos projectos da lei e regulamento sobre o “Regime Jurídico da Actividade de Mediação Imobiliária” e “Revisão do Regime de Registo das Promessas de Compra e Venda das Habitações” e já entrado em processo legislativo. Prevê-se que seja implementado oficialmente, no ano 2009.

Com base dos mecanismos, irá publicar, de forma progressiva e alargada, o âmbito das informações relativas aos requerimentos para construção e em construção dos planos imobiliários privados, para os cidadãos e investigadores, conseguirem dominar de uma forma mais rápida e exacta o desenvolvimento do mercado imobiliário.

Além disso, no intuito de acompanhar o desenvolvimento do sector da construção, o Governo vai acelerar os trabalhos de revisão do “Regulamento de Segurança Contra Incêndios”, “Regulamento Geral de Construção Urbana” e “Regime de Emissão da Licença das Obras Privadas”, cuja revisão dos textos desejamos concluir e lançar à auscultação pública em 2009.

### **2.4.3 Aperfeiçoamento do regime jurídico, participação comum no aperfeiçoamento do mecanismo da gestão dos edifícios, a fim de criar um ambiente habitacional confortável.**

O problema de coordenação de escoamento das redes de drenagem e infiltrações de água nos edifícios privados é um dos problemas do ambiente habitacional que prejudica os residentes desde há muito tempo. Apesar de ser um problema civil no âmbito da lei, mas tendo como base a ideia “de melhor servir a população”, o Governo decidiu intensificar, de forma contínua, a divulgação e promoção da importância da reparação dos edifícios aos residentes, no sentido de apelar os proprietários para cumprirem as obrigações de reparar os edifícios. Simultaneamente, o IH é responsável pela coordenação com os outros serviços do Governo envolventes, obtendo a forma de serviço de “*one stop*” para a recepção e tratamento das queixas dos cidadãos, a fim de intensificar a cooperação com as associações públicas. O apoio aos residentes é feito de forma técnica, judicial e pelas relações de vizinhança, no sentido de resolver os problemas no âmbito disponível.

Além disso, para intensificar e coordenar os casos transferidos sobre a reparação das partes comuns de edifícios, irá, através, de cooperação inter serviços, para prestar apoio na promoção da responsabilidade de reparação das partes comuns do edifício, a cada proprietário no seu edifício. O “Fundo de Reparação Predial”, o “Plano de Crédito sem Juros para Reparação de Edifícios” e o “Plano de Apoio Financeiro para Reparação de Edifícios” visam conceder apoio financeiro aos proprietários, e no caso de necessidade, dar-se-á também apoio técnico profissional. Através do “Plano de Apoio Financeiro para Administração dos Edifícios” do “Fundo de Reparação Predial”, a fim de estimular os proprietários a participarem nos assuntos de gestão de edifícios e na organização da comissão administrativa. Em paralelo, vai ainda intensificar os trabalhos de divulgação, de promoção e será fornecida as informações relativas à gestão de edifícios.

Relativamente à gestão de edifícios, continua-se a acompanhar a resolução dos conflitos de habitação económica e privada, conforme o plano, bem como a reforçar a averiguação das habitações económicas para fazer o acompanhamento respeitante aos fogos com instalações ilegais.

Para elevar o profissionalismo e normalização dos sectores de gestão dos edifícios, o Governo concluiu a elaboração dos projectos sobre o Regime Jurídico do Exercício da Actividade de Administração dos Condomínios e da Profissão de Pessoal Administrativo e já entrado em processo legislativo, prevendo a sua concretização no ano de 2009.

Após a recolha das opiniões e sugestões dos sectores, actualmente, está-se a aperfeiçoar o projecto legislativo sobre o “Centro de Arbitragem para os Assuntos de Administração Predial”. Prevê-se concluir o trabalho e estabelecer, no 2.º semestre do ano próximo, o Centro de Arbitragem.

## **2.5 Política de tratamento de obras ilegais**

### **2.5.1 Beneficiação da legislação para servir de fundamento para o tratamento da questão de infracção.**

O Grupo de trabalho interdepartamental criado para o efeito está no momento a proceder à revisão da legislação vigente, no sentido de permitir a realização de um estudo eficiente para o tratamento das obras ilegais. Em harmonia com a revisão do RGCU, virá o Governo ponderar durante a sua revisão retirar a parte referente ao tratamento de construções clandestinas e obras ilegais, e produzir um diploma individual para o seu tratamento.

E os serviços de obras irão continuar com a cooperação com os serviços de justiça no estudo para a criação de um regime jurídico para resolver esta questão através do registo predial e transmissão da propriedade, a fim de se encontrar assim uma solução a longo prazo e que possa radicalmente resolver a questão histórica das construções clandestinas.

### **2.5.2 Reforço das acções de sensibilização, simplificação do circuito de trabalho, fiscalização rigorosa e evitar a continuação da questão das obras ilegais.**

A fim de evitar que a questão das obras ilegais continue a perdurar, o Governo irá continuar a reforçar o diálogo com a assembleia geral dos condóminos e a administração do edifício, reforçar as acções de sensibilização neste sentido e através da adopção de demais medidas, evitar o aparecimento de gaiolas metálicas ou a ocupação de espaço público e obras ilegais.

A par disso, se virá ainda através do devido acréscimo de pessoal, reforçar as acções de fiscalização e acelerar o tratamento dos casos de queixa de obras ilegais ou construções clandestinas, registar as obras ilegais existentes em cada zona, para criar a base de dados das obras ilegais e das obras em ruína no sentido de esforçar o tratamento destas obras. E paralelamente a este facto, iremos continuar com a revisão do actual circuito interno no tratamento das infracções e do funcionamento do regime e promover acções de sensibilização e de educação cívica sobre as obras ilegais em edifícios.

### **2.5.3 Em função das aspirações sociais executar os trabalhos da demolição das obras ilegais.**

A fim de encorajar os cidadãos para procederem de forma dinâmica e por iniciativa própria a demolição das obras ilegais, será juntamente promovido com o Instituto de Habitação as acções de promoção do plano de apoio financeiro para Reparação dos Edifícios, de forma a auxiliar os cidadãos a procederem por iniciativa própria à demolição das obras ilegais nos edifícios. E numa fase mais profunda, será estudado o plano de apoio financeiro para a demolição das obras ilegais, no sentido de negociar com os condóminos para que procedam de forma uniforme a demolição das obras ilegais nas partes comuns do edifício, em que será ponderado quanto à atribuição parcial ou total das despesas destas obras, no sentido de encorajar os cidadãos a construir um melhor ambiente habitacional.

Em função das aspirações sociais, nomeadamente para a protecção contra roubo e abrigo contra a chuva, se ponderará em se proceder à devidamente uniformização das especificações da instalação deste tipo de equipamentos e definir instruções técnicas para os cidadãos poderem obedecer, quando for obtido o consenso na assembleia geral dos condóminos do edifício.

## **3. Política de trânsito e transporte e os pontos fulcrais**

A política de trânsito e transporte da RAEM assume uma posição clara, pautando-se pelo princípio de melhor servir a população, privilegiando a promoção do desenvolvimento sustentável assim como preconiza na sua estratégia a primazia dos transportes públicos, com vista a beneficiar a gestão da oferta e da procura do tráfego local. Participa também na cooperação regional de planeamento do trânsito e transporte, reforça a articulação e a colaboração com os territórios vizinhos em termos das redes de trânsito transfronteiriço e infra-estruturas, beneficia de forma sistemática as construções dos portos marítimos, terrestres e aéreos, elevando a capacidade de transporte de passageiros e de mercadorias, com vista a aumentar a competitividade da cidade.

Com o rápido crescimento económico e a contínua expansão da população residente e flutuante de Macau, tornou-se maior a procura na área do tráfego e transportes. Em 2009, o Governo vai continuar a seguir a filosofia de “melhor servir a população”, tomando como prioridades da área do trânsito e transporte “desenvolver um sistema de trânsito de qualidade, privilegiar o estudo e planeamento, consolidar as construções e reordenamento, e otimizar a gestão de serviços”, e, através do aumento da transparência dos trabalhos, beneficiar e valorizar os equipamentos de apoio da rede de transporte urbana virada para o exterior, com vista a proporcionar serviços de transporte de melhor qualidade tanto para a população em geral como para os visitantes.

### **3.1 Política de trânsito urbano**

#### **3.1.1 Criação de um mecanismo e reforço da gestão concertada do trânsito**

Tomando por base os trabalhos feitos, será introduzido um mecanismo que consiste em reforçar a gestão concertada do trânsito, através da cooperação com os serviços competentes, promovida pela Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego.

Em 2009, será criado um mecanismo de coordenação de rotina que vai integrar a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego, o Gabinete para as Infra-estruturas de Transportes, a Capitania dos Portos, a Autoridade da Aviação Civil, a Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes e o Gabinete para o Desenvolvimento de Infra-estruturas, tendo em vista coordenar, de uma forma global, as políticas, planeamento, construções de equipamentos e gestão da área de trânsito e transporte por via terrestre, marítima e aérea.

A fim de garantir uma planificação geral e coordenação eficaz das obras de escavação de pavimentos levadas a cabo pelas principais concessionárias de serviços públicos, serviços da Administração Pública e particulares, e de forma a aliviar os incómodos causados aos cidadãos, será criado no âmbito do Conselho Superior de Viação um mecanismo de coordenação das obras de escavação integrando a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego, que irá coordenar, o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, o Gabinete para as Infra-estruturas de Transportes, a Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes, o Corpo de Polícia de Segurança Pública, o Gabinete para o Desenvolvimento do Sector Energético e as principais concessionárias de serviços públicos. Através deste

mecanismo, as referidas entidades serão solicitadas a apresentar os seus planos de colocação e recolocação de tubagem nos espaços públicos a concretizar no ano seguinte. A seguir serão enviados a todos os membros do mecanismo de coordenação os projectos recolhidos e analisados bem como as respectivas informações, tendo em vista uma melhor coordenação, o mais cedo possível, das obras relativas a pavimentos a cargo das diversas entidades. Cabe ainda à Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes a coordenação dos projectos de desenvolvimento de imobiliário privado no âmbito das obras planeadas. Para o efeito, irá ser obrigatório a apresentação dos pedidos relativos à água, electricidade, esgotos e telecomunicações, com a maior brevidade possível, no sentido de colocar ou pré-colocar a tubagem à medida que se realizam as respectivas obras, minimizando o efeito das escavações junto dos cidadãos. Além disso, vai ser estudada a criação de um sistema informático central que recolha, de forma unificada, informações relativas a construções de equipamentos de regulação e controlo de tráfego que impliquem vários serviços públicos, as quais serão divulgadas em tempo oportuno junto da população através da página electrónica e do sistema de informação geográfica (GIS).

Tendo em conta a realidade de Macau e as linhas de desenvolvimento da área de trânsito e transportes, será reforçada a comunicação com o público e os respectivos sectores profissionais, através do Conselho Consultivo de Trânsito, no intuito de assimilar de forma mais eficaz as sugestões e opiniões da sociedade sobre o desenvolvimento do tráfego, que irão servir de referência para a definição e revisão das políticas públicas. Em simultâneo, iremos continuar a melhorar os regulamentos complementares da Lei do Trânsito Rodoviário, otimizando o regime jurídico de trânsito em vigor.

### **3.1.2 Reforço do planeamento de trânsito nas zonas urbanas, em coordenação com o desenvolvimento socioeconómicos**

Devido ao rápido desenvolvimento económico que se tem registado nos últimos anos, o fluxo de trânsito nas estradas urbanas aumentou abruptamente, tornando-se cada vez mais sério o problema dos congestionamentos de trânsito. Em 2009, será realizada um estudo sobre o comportamento do tráfego, capacidade de suporte das rodovias, procura de estacionamento e transporte de passageiros dos pontos fronteiriços, por forma a identificar as características, a procura e o comportamento do tráfego e das necessidades da distribuição de estacionamento e a procura dos visitantes quanto ao transporte local, assim como abordar um conjunto de medidas de gestão de trânsito que se adequem à realidade de Macau e que se

adaptem ao desenvolvimento a longo termo e interesse geral da sociedade. A par disso, pretende-se colaborar com Hong Kong, Shenzhen e Zhuhai quanto à investigação de informações relativas ao transporte transfronteiriço de passageiros.

Por outro lado, será feita a integração dos dados e informações relativos a trânsito avulsos ou armazenados em suporte de papel, através do sistema de informação geográfica. Por exemplo, criar uma plataforma de informação electrónica comum sobre o número de lugares de estacionamento existentes ou planeados nos edifícios, silos automóveis e distribuição dos locais de estacionamento nas vias públicas, paragens de transportes públicos e distribuição dos percursos, distribuição da taxa de posse de veículos e distribuição das características do trânsito, o que irá contribuir para a análise e consideração geral dos problemas do trânsito, por forma a otimizar o processo de decisão.

Tendo em conta o futuro desenvolvimento e planeamento do NAPE, o projecto de ampliação da Avenida Dr. Sun Yat Sen está já em fase adiantada de análise e estudo. Conforme o projecto, a rede viária irá atravessar longitudinalmente a península de Sul a Norte (da Barra às Portas do Cerco). O respectivo planeamento vai ajustar as faixas de rodagem ao longo da costa e através da formação de uma rede rodoviária mais aperfeiçoada transformar a referida via pública na “via rápida” com seis faixas de rodagem.

Face à grande pressão de trânsito sofrida pelo Bairro de Cotai devido aos desenvolvimentos rápidos, o Governo irá elaborar medidas verdadeiramente viáveis ao prazo curto, médio e longo. No prazo curto, digamos de ajustamento das localizações de paragem e dos trajectos de autocarros, através de coordenação e cooperação com os serviços envolvidos; no prazo médio, digamos de estudo de viabilidade de construção de uma passagem viária subterrânea na Rotunda de Cotai, bem como a construção adicional de uma passagem superior para peões; no prazo longo, digamos de estudar uma análise de novo o direito sobre uso dessas redes rodoviárias, a fim de dar uma definição para o desvio efectivo de viaturas nas vias principais e secundárias.

Além disso, encarrega-se a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Trânsito para organizar e coordenar o estabelecimento de um sistema de índices científicas e práticas para valorização sintética face aos níveis de desenvolvimento dos trânsitos públicos, visando para permitir que os diversos sectores sociais possam valorizar a qualidade de serviços dos trânsitos públicos.

### **3.1.3 Criação de um sistema inteligente de transportes, para efectuar a gestão de tráfego de forma científica**

Em 2009, as infra-estruturas necessárias ao referido sistema, beneficiando e expandindo de forma contínua o sistema de monitorização por vídeo, o sistema de painéis electrónicos, o sistema de sinalização de trânsito e o sistema de comunicações.

Os dados de tráfego e recolha de informações são importantes para o desenvolvimento do sistema inteligente de transportes (ITS). Com o recurso a ITS, podemos estar a par de todas as situações rodoviárias, e divulgar em tempo real as informações de tráfego, tendo em vista aliviar os congestionamentos, reduzir o número de acidentes, para aumentar a facilidade e comodidade dos utentes das estradas. No ano que vem, serão desenvolvidos estudos para a aplicação integrada do ITS, e fazer a análise e comparação, com vista a obter as informações de tráfego e dados de toda a cidade para calcular o fluxo de circulação nas diversas zonas, dados de tráfego e periodicidade de circulação de veículos, no sentido de atingirmos o resultado desejado.

Em 2009, continuamos a criar mais sistema de integração de informações sobre auto-silos, vai ser possível mostrar nos painéis colocados nas proximidades destas instalações as informações sobre a situação dos lugares de estacionamento, de forma a evitar que os automobilistas esperem em fila para o estacionamento sobrecarregando o trânsito. Ao invés, serão colocados também dentro dos auto-silos painéis ligados com o Centro de Comando, mostrando as informações da situação do trânsito na cidade, com vista a se atingir um sistema interactivo. Além disso, irá realizar o estudo sobre a instalação de semáforos em toda a RAEM.

Para criar o sistema de gestão de tráfego, sistema de informação do tráfego e o sistema de transportes públicos em articulação com a estratégia de primazia dos transportes públicos, efectuar-se-á um estudo de viabilidade e abordagem da recolha e divulgação de informações, apoio da rede, avaliação do ambiente, extensão da cobertura e etc. A par disso, com base no resultado obtido no estudo, definir-se-ão os requisitos técnicos e a dimensão do Centro de Controlo do Tráfego de Macau.

### **3.1.4 Criação de condições para o reforço da sensibilização sobre a segurança rodoviária**

O reforço da sensibilização sobre a segurança rodoviária junto dos residentes de contribuir para a criação de bons hábitos civis. Com efeito, a entrada em funcionamento do Centro de Divulgação e Educação de Segurança Rodoviária colmatou carências sentidas neste aspecto. Por isto, em primeiro o Centro vai contactar as escolas, associações civis e organismos da juventude, para ouvir suas opiniões sobre o modelo de funcionamento do centro, para que o mesmo seja mais apto às necessidades dos utentes; segundo, reforçar a cooperação com os serviços de segurança, no conjunto vão-se organizar materiais didácticos, e com a presença de agentes policiais de trânsito, realizar acções de sensibilização nas escolas.

Devido à prosperidade do sector do turismo na RAEM, importa também incutir nos visitantes os conhecimentos sobre segurança rodoviária. Para tal, iremos elaborar materiais promocionais que incidem neste aspecto, para serem distribuídos aos visitantes nos postos fronteiriços e pontos turísticos com grande movimento. No que respeita à população, a sensibilização consiste em enriquecer as actividades do “Mês da Segurança Rodoviária”, mediante empenho dos meios de comunicação social, que permitam aos cidadãos conhecerem informações de segurança rodoviária correctas.

### **3.1.5 Aplicação da estratégia da “prioridade dos serviços de transportes públicos” no sentido de construir o complexo do sistema de transportes públicos urbanos**

O princípio da política de transporte é a aplicação da estratégia da “prioridade dos serviços de transportes públicos”, no sentido de construir o sistema global de transportes públicos urbanos.

Com base nos trabalhos existentes, os trabalhos do ano 2009 concentram-se, principalmente, nas seguintes áreas:

#### **3.1.5.1 Construção de forma pragmática e faseada do sistema de metro ligeiro**

Idêntico a outras cidades avançadas, iremos promover a estratégia da “prioridade dos serviços de transportes públicos”, através do desenvolvimento do sistema de metro ligeiro, que constitui a parte integrante principal dos transportes públicos. Através deste sistema de metro ligeiro rápido, pontual e com grande

capacidade de transporte de passageiros, permite criar condições para o melhoramento do sistema de transporte público existente; simultaneamente através da introdução deste tipo de sistema de transporte amigo do ambiente, de baixo consumo de energia, e menos poluente em termos de poluição atmosférica e sonora, promover gradualmente o uso de transporte verde na sociedade e criar um modelo de cidade moderna.

Em 2009, iremos concretizar os trabalhos da 1.<sup>a</sup> fase de construção do sistema de metro ligeiro. Após a optimização e melhoramento do projecto definitivo do traçado e das estações para a 1.<sup>a</sup> fase do sistema de metro ligeiro, a empresa de consultadoria do projecto da 1.<sup>a</sup> fase do sistema de metro ligeiro, irá apoiar o Governo na realização de estudos sobre o sistema e material circulante, e dos equipamentos electromecânicos do sistema de metro ligeiro. O lançamento do relativo processo de concurso do sistema e material circulante está previsto para meados de 2009.

Considerando que o projecto da 1.<sup>a</sup> fase do metro ligeiro envolve projectos de obras de construção de grande escala, no sentido de permitir que mais empreiteiros possam participar nas obras. No próximo ano, será determinado os faseamentos das obras de construção civil da 1.<sup>a</sup> fase do sistema de metro ligeiro, e a distribuição do trabalho por cada faseamento, sendo em seguida lançado o concurso, em articulado com a calendarização. Durante a execução das obras, iremos exigir ao empreiteiro a utilização de equipamentos e técnicas menos poluentes em termos de poluição atmosférica e sonora, a fim de reduzir os impactos ao ambiente e à população, em virtude da execução da obra.

Tendo em consideração que o sistema de metro ligeiro é um sistema que abrange vários projectos de grandes infra-estruturas de transportes públicos, por isso, para além da definição explícita das especificações exigidas na fase preparatória, é necessário introduzir mecanismos de controlo de qualidade e de coordenação e fiscalização na fase de construção, bem como assegurar o domínio dos vários elementos de risco do projecto, adoptando as respectivas medidas preventivas, de modo a garantir que os serviços e produtos prestados pelas subempreitadas das obras e pelos fornecedores de materiais satisfaçam todos os requisitos exigidos. s. Por outro lado, irá colaborar com os grupos académicos, e através de realização periódica de inquéritos conduzidos por estes, ouvir a opinião dos cidadãos sobre a gestão de estaleiros e de obras de construção do metro ligeiro. Os dados dos inquéritos serão divulgados oportunamente, e enviados ao empreiteiro com vista à optimização dos trabalhos de construção.

Iremos proceder ao estudo do modelo de operação e gestão do sistema de metro ligeiro, antes de iniciar os trabalhos de construção civil. Em que também vai analisar o seu ordenamento viário adjacente ao traçado do sistema de metro ligeiro, bem como proceder estudos dos seus impactos sobre a população.

A 2.<sup>a</sup> fase do sistema de metro ligeiro, será concluída no primeiro semestre de 2009, de forma a apresentar uma solução de traçado socialmente aceitável. Para além disso, o estudo compreende o planeamento geral do sistema de metro ligeiro de Macau, objectivando satisfazer as futuras necessidades do desenvolvimento económico de Macau, a longo prazo.

Apesar disto, com base no projecto de definição do traçado da 2.<sup>a</sup> fase do sistema de metro ligeiro, será realizado o estudo do impacto ambiental para a 2.<sup>a</sup> fase, em que procedem à avaliação dos impactos ambientais na fase de construção e operação do projecto de metro ligeiro, nomeadamente o impacto sonoro, vibrações, impacto visual e paisagístico, bem como propomos medidas adequadas para a atenuação dos relativos impactos.

Para proceder a estudos sobre o sistema de transporte público existente em Macau, bem como os problemas de transportes existentes e eventualmente encontrados no futuro, o Governo planeia iniciar o estudo entre o metro ligeiro e o desenvolvimento sustentável de Macau, no sentido de avaliar a relação entre o sistema de metro ligeiro e o desenvolvimento sustentável de Macau, e os seus futuros impactos sociais, económicos e ambientais. Irá ainda dar início aos estudos das articulações do metro ligeiro com outros sistemas de transportes de Macau, tendo em vista propor medidas de ajustamentos no planeamento e concepção do sistema de transporte público fundamental - o metro ligeiro, e outros meios de transportes, nomeadamente os equipamentos do sistema de circulação pedonal.

Com o desenvolvimento progressivo das obras do projecto do sistema de metro ligeiro, através de intercâmbios realizados com serviços públicos e instituições contra a corrupção locais e das regiões vizinhas, adquirir experiências, fortalecer a fiscalização interna e induzindo medidas de prevenção. Simultaneamente, continuará através da divulgação, em tempo oportuno, de notícias ao público, no sentido de reforçar a transparência do progresso das obras de construção do sistema de metro ligeiro e do funcionamento do serviço.

### **3.1.5.2 Estudo da inovação do sistema, otimizando o serviço público de autocarros**

Tendo em conta o importante papel que o serviço público de autocarros desempenha, iremos proceder progressivamente a reforma do serviço público de autocarros, o Governo planeia lançar no próximo ano o concurso público do respectivo serviço e esforçar para adjudicação do serviço antes do começo da revisão dos contratos provisórios marcado para 15 de Outubro do próximo ano. O serviço público responsável pelos assuntos de tráfego está a proceder os trabalhos preparatórios do concurso público, criando condições para atrair a participação das outras empresas bem como fornecer mais opções para os residentes podem escolher. Além disso, relativamente ao contrato de concessão provisória, assinado com as duas empresas, iremos proceder bem os trabalhos de supervisão, no qual vai introduzir mecanismo de avaliação do desempenho e incentivar a melhoria da qualidade de serviço prestado pelas concessionárias.

No sentido de elevar a atracção do serviço público de autocarros, iremos promover as medidas seguintes: Irá continuar a promover junto das empresas de transportes públicos a criação de mais carreiras itinerantes de percursos curtos durante as horas de ponta e serviço rápido de autocarros de ponto a ponto; com a entrada em funcionamento de equipamentos de correspondência, vai-se proceder ao trabalho de otimizar as carreiras itinerárias de autocarros; considerando o aumento do número da população activa que trabalha por turnos nocturnos, continuar-se-á a acompanhar e a rever a oferta e procura do serviço nocturno de autocarros.

Na vertente da optimização dos equipamentos das paragens de autocarros, considerando a falta de informações em tempo real sobre a circulação dos autocarros, não é possível aos utentes estimar com precisão o tempo de espera e conhecer a localização dos autocarros de que pretendam utilizar. Assim, será feito um estudo de colocação de sistema de informação em tempo real do posicionamento (GPS) dos autocarros e de colocação de mostradores de informações em tempo real dos autocarros nas paragens, reduzindo as dúvidas dos cidadãos e permitindo-lhes escolher percursos mais fáceis e rápidos.

A fim de manter a ordem pública nas paragens de autocarro, elevar a eficiência e nível do serviço dos autocarros, os equipamentos físicos das paragens serão melhorados, mediante colocação de equipamentos de apoio para formação de filas. Neste âmbito, irá colaborar com as operadoras de autocarros no reforço da promoção do civismo e tentar formar um hábito de formar filas de espera nas paragens de forma ordeira.

Será reforçada a avaliação científica da procura real de tráfego pelos cidadãos, beneficiando de forma contínua o planeamento da rede de carreiras dos autocarros. Para tal, a análise e a definição do plano de distribuição das artérias principais, a redução da excessiva sobreposição dos percursos, a justa reintegração das distâncias entre as paragens, e a criação dos pontos de correspondência acessíveis aos cidadãos serão todas medidas que se destina a beneficiar a eficiência do funcionamento dos transportes públicos.

Tendo em conta a escassez dos motoristas de automóveis pesados de passageiros, o Governo vai aumentar o contingente dos candidatos a exame de condução de automóvel pesado de passageiros de 15 para 24. Entretanto, irá permitir a aprovação imediata dos pedidos de antecipação de exames apresentados pelas sociedades de autocarros, consoante a procura das suas actividades e dos recursos humanos.

### **3.1.5.3 Reforço do planeamento e coordenação, elevando a qualidade de serviço dos táxis, controlando também as viaturas especiais de passageiros dos hotéis e dos casinos**

Sendo um dos meios de transportes colectivos, para elevar a qualidade dos serviços de táxis e beneficiar as infra-estruturas de transportes públicos, o Governo vai continuar a efectuar estudos sobre a criação e ajustamento dos pontos de tomada e largada de passageiros, implementando os projectos viáveis mais adequados, em prol do sector, para além de apostar no reforço da fiscalização. Neste âmbito, serão intensificados os serviços das brigadas de fiscalização dos táxis, autuando os condutores que tenham cometido irregularidades, à medida que se pretende utilizar os meios de formação e diálogo permitindo aos profissionais dos táxis valorizar-se, adaptando-se à procura do serviço de táxi decorrente do desenvolvimento social. No tocante à esfera jurídica, será revisto o Regulamento dos Táxis com fim de elevar o nível da qualidade do serviço do sector.

A fim de reforçar o controlo das viaturas especiais de passageiros dos hotéis e dos casinos, aliviando a pressão causada a todo o sistema rodoviário e outras infra-estruturas de trânsito por partes das mesmas, e para aumentar a mobilidade do estacionamento de veículos, efectuar-se-á um estudo sobre a viabilidade da introdução do sistema de cobrança nos locais de estacionamento destas viaturas especiais.

No que respeita aos percursos de circulação, tendo em conta que têm destinos fixos, serão regulamentados os percursos que medeiam entre os pontos fronteiriços e os respectivos estabelecimentos, para não causar mais inconveniências ao trânsito da cidade.

#### **3.1.5.4 Empenho na beneficiação do sistema pedonal urbano**

Para estabelecer um sistema pedonal urbano cómodo e confortável, o Governo vai desenvolver um estudo aprofundado sobre os aspectos mais viáveis constantes do relatório de investigação e sobre os trajectos mais procurados pelos cidadãos. E, conforme a ideia predominante da sociedade no estudo de planeamento fornecido pela empresa de consultadoria, realizar os trabalhos de concepção para instalação do sistema pedonal automático nos locais mais adequados, diligenciado para iniciar com a maior brevidade possível o processo de concurso público para construção do mesmo.

A seguir ao planeamento da optimização das áreas pedonais urbanas, apesar dos arranjos paisagístico das vias públicas em conjunto com os serviços competentes (nomeadamente o planeamento do trânsito nas proximidades dos pontos turísticos inseridos na lista do património mundial), vai prosseguir com os planos de passagens superiores para peões na Taipa, tais como o da Estrada do Almirante Magalhães Correia, o da Avenida do Dr. Francisco Vieira Machado, o da Avenida dos Jardins do Oceano e o da Estrada da Baía de N. Senhora da Esperança. Além disso, vai continuar a estudar a optimização necessária para as passadeiras noutros locais.

#### **3.1.5.5 Ser pró-activo, beneficiando progressivamente as infra-estruturas de transportes públicos**

O Governo continuará a aperfeiçoar o plano da execução da rede rodoviária e infra-estruturas rodoviárias de transportes públicos, reforçado a ligação rodoviária entre Macau e Taipa. Em 2006, foi iniciado o planeamento e projecto preliminar do túnel rodoviário sub-aquático entre Macau e Taipa, bem como o respectivo concurso de projecto e construção. Dada a necessidade de execução de aterros para as saídas dos 2 lados, o governo da RAEM já submeteu o projecto para a aprovação do governo central, ao mesmo tempo de realizar a avaliação aprofundada sobre o impacto ao ambiente. Conforme o resultado da avaliação, concluiu-se que a forma de assentamento de tubos irá causar maior impacto ao ambiente, pelo que propõe adopção de construção ao mesmo tempo escavação sub-aquático. Face aos requisitos técnicos desta forma de construção, devido à dificuldade de satisfazer as exigências do projecto relativamente às declinações nas 2 saídas, existindo grande diferença

com os requisitos dos documentos do respectivo concurso. Considerando o relacionamento entre a obra de execução e aprovação de aterros, o governo decidiu a revogar o referido concurso e rever o planeamento conforme os critérios ambientais do Estado.

Presentemente, o governo já contratou as empresas de consultoria para aprofundar o estudo sobre o plano de ligação rodoviária entre Macau e Taipa, de acordo com o novo planeamento urbanístico e a necessidade de execução de instalações de interface, destinadas à Ponte entre Hong Kong, Zhuhai e Macau, a fim de formular as novas soluções, como objecto de auscultação das opiniões da população, bem como a consequente selecção.

Para satisfazer as necessidades do futuro desenvolvimento de Macau, será efectuado um estudo da construção de rede viária da Península de Macau, do COTAI e de Coloane, incluindo as artérias principais a construir em articulação com o rápido desenvolvimento do COTAI. Será prosseguido ainda o estudo de viabilidade da construção de uma via entre a rotunda da Central Térmica e o Porto de Ká-Hó.

No que se refere aos lugares de estacionamento público, iremos no próximo ano, diligenciar para impulsionar o andamento das obras dos auto-silos em construção e efectuar um estudo de viabilidade para a construção de auto-silos em diversas zonas da cidade. Vamos continuar a acelerar os trabalhos de instalação de parquímetros nas vias públicas, tendo em conta as necessidades do desenvolvimento das zonas e conforme a sua urgência e importância, e colocar a título de experiência o sistema de pagamento dos lugares de estacionamento de motociclos.

Em 2009, para melhorar a segurança rodoviária, serão consolidados de forma contínua os equipamentos de controlo de trânsito, incluindo o sistema de detecção do desrespeito pela obrigação de parar imposta pela luz vermelha e beneficiação das instalações de monitorização de tráfego. A par disso, tencionamos colocar sistemas de monitorização por vídeo nos principais postos fronteiriços e vigiar a situação do tráfego no centro da cidade.

Para permitir aos peões e automobilistas conhecerem os seus direitos e obrigações no trânsito, será feito um estudo sobre a uniformização do modelo, quantidade, materiais e características das sinalizações, para além da introdução de sinalização electrónica e outros equipamentos de trânsito, com vista a aumentar a legibilidade dos sinais verticais e horizontais. A par disso, será feito um estudo sobre as instalações de apoio à travessia dos deficientes físicos e visuais, no intuito de elevar a sua segurança.

Com o desenvolvimento do COTAI, onde se concentram casinos e instalações de entretenimento, a localização do actual centro de aprendizagem e exames de condução e o fluxo de trânsito da rede viária das proximidades não aconselham a utilização da zona para percursos de aprendizagem e exames, pelo que ao mesmo tempo da melhoria do ambiente do ensino no referido centro, iniciar-se-á o estudo da criação de um centro de aprendizagem e exames de condução de carácter permanente, no sentido de responder às solicitações da população.

Por outro lado, a fim de consolidar os serviços do actual Centro de Inspeção dos Veículos Automóveis (CIVA), será actualizado o sistema de inspecção e beneficiado o mecanismo de aviso de inspecção, para além da construção de novas instalações de escritório para o CIVA. Efectuar-se-á ainda a construção de um centro de inspecção de automóveis em Coloane, o qual se destina a inspecção dos veículos novos e pesados, com vista a aliviar a pressão de trabalho das actuais instalações do CIVA.

### **3.1.6 Reforço da interacção com a população, promoção da transparência das acções governativas**

Para aumentar a transparência das acções governativas e a credibilidade do Governo bem como intensificar a comunicação com os cidadãos, inteirando-se efectivamente das suas necessidades, iremos continuar a manter o contacto directo com o público e criar mecanismos permanentes. Será reforçado o intercâmbio e comunicação com o sector dos transportes. Estabelecer cooperação com as organizações de bairros em relação aos diferentes problemas de trânsito e, através de colóquios temáticos, ouvir e recolher opiniões dos moradores dos diversos bairros, para além da apresentação do plano de actividades, no intuito de estar a par, de forma sistemática, das solicitações dos cidadãos.

Para divulgar atempadamente as informações referentes aos transportes urbanos, será feito um estudo sobre a criação de um mecanismo de divulgação periódica que cabe à Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego, para o qual poderão ser convidados representantes de outros serviços competentes sempre que necessário.

Aliás, serão tomadas medidas para otimizar e beneficiar o mecanismo de queixas da Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego, implementar a Carta de Qualidade virada para o exterior e serão efectuadas regularmente investigações e avaliações do grau de satisfação dos cidadãos sobre o tratamento de queixas, com vista a assegurar que as solicitações possam ser acompanhadas e respondidas efectivamente.

## **3.2 Política dos transportes transfronteiriços**

### **3.2.1 Participação activa na cooperação do ordenamento do trânsito regional e reforço da ligação e articulação dos transportes transfronteiriços**

O Governo da RAEM virá de acordo com o quadro do Plano de Bases da Planeamento Específico de Cooperação do Sistema de Trânsito e Transporte Pan-Regional do Delta do Rio das Pérolas e do Plano de Bases do Planeamento das Infra-estruturas do Trânsito Marítimo e Terrestre Pan-Regional do Grande Delta do Rio das Pérolas participar activamente na cooperação do planeamento do transporte e do trânsito da Região do Grande Delta do Rio das Pérolas, promover de forma programada a ligação com os transportes de Macau com as da região do Grande Delta do Rio das Pérolas e das demais regiões.

Relativamente ao financiamento da Ponte entre Hong Kong, Zhuhai e Macau, os governos de Guangdong, Hong Kong e Macau chegaram um consenso crucial. Em presente, está na fase de estudo prévio e dos trabalhos de preparatórios, o Governo irá efectuar coordenação activa no planeamento urbano interno bem como nos arranjos de tráfego do Território, de acordo com as situações de progresso desses trabalhos, e irá realizar os estudos correspondentes e iniciar os trabalhos de enquadramento necessários. Está a decorrer a consignação às empresas de consultadoria, sobre as obras de construção a executar no ponto de encontro da Ponte nos solos de Macau, e está próximo de conclusão de um estudo administrativo sobre o projecto de enquadramento no trânsito.

De acordo com o planeamento, a construção do metro ligeiro interurbano Cantão-Zhuhai está previsto para 2010, sendo Gongbei a estação final de Zhuhai. O Governo da RAEM está actualmente a estudar com as autoridades de Guangdong, no sentido de debater quanto ao estudo de viabilidade do rápido metro ligeiro interurbano Cantão-Zhuhai e sua ligação com Macau. Ambas as partes tiveram consentimentos, que concluído as presentes obras de ampliação dos postos fronteiriços de Gongbei e das Portas do Cerco, a uma outra nova ampliação sofrerá de certeza limitações. Por isso, ambos chegaram a acordo quanto à adopção das medidas de desvio de trânsito, e utilização do metro ligeiro como sistema de transporte principal para visitantes, sendo esta solução para assegurar a capacidade de recepção dos futuros postos fronteiriços, face ao progressivo aumento do número de entradas e saídas das duas regiões.

Em concretização do objectivo de extensão de de linha de auto-estrada a Macau, foi consagrado no primeiro encontro da Reunião de coordenação Guangdong-Macau, o Governo irá continuar a interacção estreita com o Governo da Província de Cantão, a fim de aperfeiçoar a rede viária entre Guangdong e Macau.

Sobre o projecto do túnel pedonal transfronteiriço submarino entre o Porto Interior e Wanchai de Zhuhai, que se refere amplamente às questões de técnica e de política, para além das vontades subjectivas, deve-se estudar e ponderar prudentemente os factores objectivos, sendo necessária uma justificação científica relativamente às condições e características diferentes. O governo da RAEM já contratou uma empresa de consultoria para estudar a sua realização, tendo sido recebido da mesma o respectivo programa preliminar, com indicação da localização, traçado, posto fronteiriço e escala de construção. As entidades competentes de Macau acham que ambas as partes devem efectuar estudos contínuos, no sentido de através dos referidos estudos, consolidar uma solução viável e relativamente madura, susceptível de ser aceite por ambas as partes, podendo prever a morosidade inerente, por ser um projecto complicado.

### **3.2.2 Elevar a capacidade de atendimento/acolhimento, através da melhoria das condições dos terminais marítimo, terrestre e aéreo**

A procura previsível pelo serviço de transportes marítimos aconselhou a construção do Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa. Após audição dos utentes e dos serviços relacionados, o governo procedeu a uma análise cuidadosa das opiniões recolhidas. Aquando do ajustamento da concepção do Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa, foi ponderada a viabilidade de construir uma ligação entre o Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa e o Aeroporto Internacional de Macau. Além disso, para as instalações periféricas do citado terminal, foi também considerada a questão relativa ao sistema intermodal nos transportes públicos, bem como a ligação com o sistema de metro ligeiro. Devido à ampliação das obras em questão, o prazo de execução sofreu também alterações, prevendo-se que todas as obras do Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa sejam concluídas em 2012.

Por outro lado, e com o objectivo de atrair mais pessoas a viajarem via AIM, o Terminal marítimo da Taipa, em fase de construção, irá incorporar ligações marítimas e aéreas de forma a disponibilizar um serviço eficiente de fiscalização em dois controles alfandegários, de forma rápida e confortável.

Além disso, o Governo criou o “Grupo de Trabalho para o Planeamento e Desenvolvimento do Aeroporto” de modo a acompanhar e estudar o plano de expansão do AIM. Em 2009, o Grupo continuará a estudar o planeamento dos terrenos para a ampliação do AIM e a fazer a coordenação com a rede dos meios de transporte entre o aeroporto de Macau e as zonas adjacentes e irá emitir orientações e apoios técnicos em relação ao projecto de planeamento do desenvolvimento do aeroporto apresentado pela Sociedade do Aeroporto Internacional de Macau, SARL (CAM).

Os trabalhos da parte inicial da fase 2ª da empreitada de ampliação do Posto Fronteiriço das Portas do Cerco em curso consistem principalmente na remodelação das faixas de rodagem nos lados Leste e Oeste e alteração das localizações dos escritórios no edifício. Com o acréscimo dos espaços abertos ao público e equipamentos de atendimento, poder-se-á concretizar o objectivo da ampliação dos salões de chegada e partida, aumentando a capacidade de atendimento de 300 mil pessoas para 500 mil por dia, os balcões de verificação de documentos de 52 para 98, aumentando o número dos postos do sistema de *auto-gate*, de 34 filas para 80 filas, duplica o número das escadas rolantes. Estamos convictos de que estas medidas irão otimizar os serviços do posto fronteiriço, prevê-se que a ampliação durará cerca de 17 meses e concluir dentro do ano 2009.

### **3.3 Política do transporte aéreo**

#### **3.3.1 Promoção activa do desenvolvimento do transporte aéreo**

Com a melhoria de relações entre a China e Taiwan, têm vindo a realizar-se, desde o início de Julho, voos *charters* aos fins-de-semana. Dado a celebração de um novo acordo para voos *charter* de dias da semana, significa que é previsível que irá aumentar a frequência destes voos *charter*, tendendo abrir mais rotas e viagens, transformando em voos *charter* regular. E sobre os voos *charter* de carga e mercadoria, ambas as partes também concordaram que irão abrir rota de voos de carga e mercadoria, para transportar cargas das duas zonas.

Dado os esforços das companhias aéreas locais em ampliarem as suas rotas e a introdução, bem sucedida, das rotas asiáticas de baixo custo. A percentagem de passageiro provindo de Taiwan, em 2003, estes passageiros representavam mais de 60% do total de passageiros do AIM. Todavia, presentemente, representam apenas 40% da totalidade de passageiros. No entanto, exceptuando os passageiros de Taiwan e do Interior da China, os passageiros com origem noutros destinos da Ásia que,

antes de 2003, representavam menos de 5%, representam agora mais de 33%. Estando a rede aérea de Macau a expandir-se desta forma, a região pode reduzir gradualmente a sua dependência no que se refere ao trânsito de passageiros de Taiwan, diminuindo, deste modo, os impactos que uma maior frequência de voos directos possa trazer para ambos os lados.

O Governo irá requerer às entidades relevantes que elaborem uma revisão da situação do transporte aéreo entre Macau e Taiwan. Serão igualmente reforçados o diálogo e as negociações com a Administração de Aviação Civil da RPC, criando assim condições mais competitivas na indústria do transporte aéreo.

Além disso, com o impulso das políticas de turismo e com o novo panorama da região após a finalização das obras dos grandes empreendimentos, Macau está gradualmente a tornar-se num destino turístico. Nestes termos, o Governo continua a adaptar as políticas de aviação de céu aberto (*open sky*). Isto, por um lado, estimula e incentiva as companhias aéreas locais a expandirem-se para novos mercados, aumentando rotas e frequências, e por outro lado, atrai companhias aéreas estrangeiras a abrirem rotas para Macau, actuando o AIM como ponto de destino.

A avaliação do sistema de subconcessão do AIM já se encontra concluída. Tal avaliação foi levada a cabo na perspectiva futura de uma liberalização dos serviços após o termo dos diversos contratos de subconcessão, como forma de responder às necessidades da abertura do transporte aéreo a nível mundial. Além disso, o Governo continuará a esforçar-se para coordenar a relação entre as companhias aéreas locais, com vista a potenciar as respectivas vantagens, a elevar a competitividade das companhias de Macau em relação ao exterior e a criar um ambiente harmonioso para o seu desenvolvimento da aviação. Em simultâneo, irá designar uma organização profissional para proceder a estudos sobre a melhor forma de atribuição das rotas ao abrigo do actual sistema de concessão, de forma a melhor servir o interesse público.

### **3.3.2 Empenhar-se em aperfeiçoar os diplomas legais relacionados com o transporte aéreo.**

O Governo continuará a aperfeiçoar o regime jurídico referente à aviação civil de modo a exercer uma fiscalização eficaz sobre os operadores de transporte aéreo em Macau. Para além da revisão e actualização do enquadramento jurídico da matéria, o Governo está a preparar dois diplomas legais, para serem implementados em 2009, que irão regular:

- As condições de certificação e exploração de aeródromos civis, de modo a garantir que as instalações do aeroporto e o seu funcionamento obedecem às normas e práticas recomendadas pela Organização da Aviação Civil Internacional(OACI);
- Os direitos e interesses dos passageiros de transportes aéreos em situações relacionadas com atrasos de voos, cancelamentos e recusas de embarque. As companhias terão de tomar medidas apropriadas de modo a garantir que os passageiros recebem a assistência necessária nas situações acima referidas.

Em simultâneo, a legislação que define as zonas sujeitas a servidão aeronáutica será revista. Os critérios da nova regulamentação deverão garantir, eficazmente, a segurança nas actividades de transporte aéreo.

### **3.3.3 Reunir todos os esforços para elevar a segurança e eficiência do transporte aéreo**

Em 2009, a Autoridade de Aviação Civil de Macau participará no “Plano de Auditoria sobre a Fiscalização da Segurança Mundial” (*USOAP – Universal Safety Oversight Audit Program*) e no “Plano de Auditoria sobre a Segurança Aérea Mundial” (*USAP – Universal Security Audit Program*) organizados pela OACI para os seus membros. Estes planos têm o intuito de avaliar as entidades fiscalizadoras das diferentes regiões no que se refere ao cumprimento pleno dos deveres de fiscalização e de segurança. Para além disso, vai ser implementado, junto da indústria de aviação civil, o Programa de Fiscalização dos Níveis de Segurança na Navegação das Aeronaves, com o objectivo de elevar os níveis de gestão de segurança e de modo a contribuir para uma maior segurança operacional no transporte aéreo global.

Os novos sistemas de comunicação, de navegação e de vigilância, com ligação ao Interior da China e a Hong Kong, serão instalados e testados no AIM em 2009. As Autoridades Aeronáuticas da China irão coordenar o processo em colaboração com as duas regiões, com vista a salvaguardar o bom funcionamento dos sistemas em Macau, elevando assim a segurança na aviação civil. Além disso, encontra-se também em preparação a implementação do processo de reconhecimento das qualificações dos engenheiros de telecomunicações da aviação civil, com o intuito de definir os níveis de qualificação técnica a exigir a estes profissionais.

Nos termos previstos nos anexos da Convenção de Chicago, a OACI determinou que as companhias aéreas mundiais e as organizações de manutenção aeronáutica implementassem um sistema de gestão de segurança, em Janeiro de 2009. A Autoridade da Aviação Civil fiscalizará, de perto, este processo e avaliará, periodicamente, o ponto de situação da respectiva implementação pelas diversas entidades. Por outro lado, continuará a organizar sessões de formação, para que os operadores possam elevar assim a qualidade e os conhecimentos de segurança.

Para elevar a qualidade geral do AIM, relativamente aos contratos de prestação de serviços que terminam no próximo ano, o Governo irá monitorizar a CAM, mantendo um diálogo estreito com aquela entidade, de modo a assegurar que a respectiva renovação ou a celebração de novos contratos garantam a conformidade da qualidade dos serviços prestados no futuro com os padrões internacionais. Além disso, o Governo exigirá de forma rigorosa, que as companhias aéreas, a CAM e os diversos operadores respondam atempadamente às opiniões ou pedidos apresentados por parte dos passageiros ou consumidores de serviços da aviação civil junto da Autoridade de Aviação Civil.

Com o objectivo de exercer uma fiscalização eficaz e de absorver as experiências dos outros países, para obter uma partilha mútua de recursos, iremos celebrar com a Administração de Aviação Civil da RPC o Acordo de Cooperação na Investigação de Acidentes e Incidentes com Aeronaves, que irá estudar a possibilidade de desenvolvimento conjunto dos trabalhos de gestão da aviação civil e certificação de aeronavegabilidade, trabalhando em colaboração com as Autoridades Aeronáuticas da República Popular da China e de Hong Kong. E continuará a participar nos programas regionais estabelecidos pela OACI, designadamente no Programa de cooperação para o desenvolvimento da segurança operacional e aeronavegabilidade permanente – sudoeste asiático (*Cooperative Development of Operational Safety and Continuing Airworthiness Programme – South East Asia*), no Programa de cooperação para a segurança da aviação – pacífico asiático (*Cooperative Aviation Security Programme – Asia Pacific*) e no Acordo de cooperação para a prevenção da disseminação de doenças contagáveis através de deslocações aéreas (*Cooperative Arrangement for Prevention of Spread of Communicable Disease through Air Travel*). Estas participações ajudarão o Governo de Macau a melhorar o trabalho de fiscalização nesta área.

## **3.4 Política de transportes marítimos**

### **3.4.1 Reforço do planeamento e legislação, optimização da gestão dos terminais marítimos**

Antes da entrada em funcionamento do Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa, a Capitania dos Portos continuará a otimizar a gestão e fiscalização dos terminais marítimos de passageiros de Macau, no sentido de assegurar o funcionamento regular das fronteiras marítimas. Tendo em conta a experiência e o sucesso dos estudos sobre a gestão de dois terminais marítimos de passageiros, a Capitania dos Portos pretende encontrar um modelo de gestão mais apto aos terminais marítimos de passageiros de Macau, com vista a proporcionar aos passageiros um serviço fronteiriço mais fácil e eficaz.

Face ao aumento da procura do serviço de transportes marítimos de passageiros, torna-se necessário proceder-se a uma avaliação da capacidade transportadora dos actuais terminais marítimos de passageiros de Macau, depois da avaliação da capacidade transportadora dos terminais marítimos acima referidos e da previsão de visitantes por via marítima, proceder-se à análise dos dados, avaliando se as infra-estruturas marítimas em construção são capazes de satisfazer ou não a procura de visitantes por via marítima e por via área, no futuro, permitindo proceder-se a um ajustamento oportuno às infra-estruturas dos terminais marítimos actuais, conforme os resultados indiquem.

Tendo por objectivo regular melhor a actividade de transportes marítimos, a Capitania dos Portos já analisou os contratos de exploração do serviço de transportes marítimos actuais e na sequência disso, vai elaborar a minuta de regulamento administrativo que estabelece um regime de acesso à exploração de transportes marítimos.

### **3.4.2 Reforço da gestão da área marítima e da prevenção da poluição**

Nos últimos anos, os canais de Macau transitam cada vez mais embarcações, constituindo uma preocupação latente para a segurança nas águas marítimas circunvizinhas de Macau. Além do que já foi feito em relação à Ponte Governador Nobre de Carvalho, a Capitania dos Portos promoverá, conjuntamente com os serviços competentes das obras públicas, estudos temáticos sobre medidas de protecção das demais pontes; procederá à avaliação e melhoria dos aspectos relativos à arquitectura e segurança estrutural das protecções das pontes; emitirá instruções de segurança da navegação e reforçará o sistema de protecção das pontes.

Em articulação com o Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa, que se encontra em construção, é necessário abrir a bacia e reorganizar o canal, introduzir um novo sistema de sinalização marítima, elaborar regras de segurança de navegação e sistema de gestão naval, no sentido de fazer face à maior demanda do referido canal, por parte de embarcações rápidas.

### **3.4.3 Aumento da capacidade de salvamento no mar**

Na sequência de início da ampliação da 1ª fase do sistema de monitorização do tráfego marítimo (VTS), a Capitania dos Portos está a preparar a ampliação de 2ª fase, no sentido de potenciar a capacidade do VTS, garantindo de melhor forma a segurança marítima. Com vista a aperfeiçoar o salvamento no mar, a Capitania dos Portos tem planos para remodelar o mecanismo de coordenação de busca de salvamento no mar.

Tendo por objectivo potenciar a capacidade de busca e salvamento no mar, em articulação com o desenvolvimento económico e das actividades marítimas, serão construídos mais barcos de combate a incêndios; realizar-se-ão acções de formação de tripulações e estágios, proceder-se-á à aquisição de equipamento de apoio à busca e salvamento no mar, para coordenar com o funcionamento de novos barcos de combate a incêndios. Um plano de busca e salvamento no mar mais actualizado será testado, reforçando e optimizando oportunamente a formação de busca e salvamento.

### **3.4.4 Aceleração de implementação do registo naval e aperfeiçoamento de legislação marítima.**

As tarefas legislativas relativas ao registo naval e à cooperação com outros organismos nesse âmbito vão ser tarefas prioritárias no próximo ano. Os trabalhos preparatórios serão concretizados progressivamente, incluindo a extensão da aplicação dos acordos internacionais a Macau, a criação do sistema de dados de registo de embarcações, da rede de informação marítima, a delegação de poderes de vistoria naval, a preparação necessárias ao registo naval.

Em articulação com o desenvolvimento de actividades marítimas e com as necessidades de gestão de recursos hídricos, o Governo tem planos para proceder à reestruturação da sua organização e funcionamento, criando subunidades competentes para a gestão de recursos hídricos e para o registo naval, com vista a reordenar, de forma global, o relacionamento entre as actividades marítimas e o apoio logístico.

Para dar resposta ao tráfego marítimo cada vez mais intenso, iremos produzir e rever diplomas marítimos legais que regulam a segurança marítima e portuária, com vista a regulamentar eficazmente as operações navais, para reduzir o risco marítimo e portuário e aumentar os níveis de gestão moderna, os respectivos trabalhos serão concretizados dentro do ano 2009.

E 2006, a Organização Internacional do Trabalho aprovou a Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre as normas do trabalho marítimo foi aprovada em 2006. Em articulação com a sua futura entrada em vigor, o serviço dos assuntos portuários vai dar início às tarefas legislativas necessárias, em cooperação com outros serviços relacionados, para fazer face à futura aplicação da referida convenção em Macau, tendo em conta o regime jurídico do trabalho, em vigor.

#### **3.4.5 Aumento da eficácia da gestão administrativa marítima e apoio contínuo ao desenvolvimento das pescas**

Aproveitando as tecnologias informáticas, o serviço dos assuntos portuários otimizará os trabalhos relativos ao controlo e inspeção das embarcações localmente registadas, partilha de dados e informações navais e à tramitação administrativa de entrada/saída de embarcações, no sentido de reforçar a segurança naval e aumentar a eficácia e resultados positivos desse controle.

De acordo com o Memorando de entendimento, na área de gestão de lixo despejado no Estuário do Rio das Pérolas, assinado com a Administração Oceânica Estatal (sucursal do Mar do Sul da China), o Governo estudará o alargamento da área de despejo de lixo situada a sudoeste de Ká-Hó, e vai elaborar relatório.

O Governo continuará a atribuir verbas de apoio, no âmbito do Fundo de Desenvolvimento e Apoio à Pesca; aplicaremos, na sua plenitude, as competências da Comissão Consultiva das Pescas, com o objectivo de revitalizar a economia do sector das pescas, contribuindo para que a comunidade piscatória se desenvolva de forma saudável. Entretanto, vai rever oportunamente o diploma que regula o Fundo de Desenvolvimento e Apoio à Pesca, com vista a atender às necessidades de desenvolvimento das pescas. Ao mesmo tempo, irá de forma fortalecer a cooperação em matéria de pescas com o Interior da China.

## **4. As principais acções e políticas na área da protecção ambiental e energia**

### **4.1 Políticas na área da protecção ambiental**

#### **4.1.1 Criação da Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental e reforço das atribuições no âmbito da protecção ambiental**

Com objectivo de promover com mais eficácia os trabalhos da protecção ambiental, o Governo entendeu proceder à criação da Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental(DSPA), passando a exercer atribuições administrativas reforçadas, nas áreas da elaboração de legislação, inspecção, monitorização, planeamento, avaliação e educação ambientais, de forma a permitir a articulação com eficácia ao desenvolvimento sustentável da cidade. Neste momento, os projectos de lei estão ainda na fase do processo legislativo, em apreciação.

Entretanto, em articulação com a criação da DSPA, o Governo irá criar um conselho consultivo mais extensivo e de maior representação que ficará incumbido de recolher e adoptar de forma eficaz, as opiniões e sugestões dos diferentes sectores sobre os trabalhos da protecção ambiental.

#### **4.1.2 Revisão do sistema do regime jurídico no domínio ambiental, elaboração dos planos de medidas legislativas de médio e longo prazo**

Iremos continuar a revisão total do sistema do regime jurídico no domínio ambiental de Macau, através de um grupo de investigação composto por especialistas ambientais e assessores jurídicos, que terá como objectivo a elaboração de planos sobre medidas legislativas de médio e longo prazo, e orientações de acordo com as prioridades, para que se possa estabelecer um sistema do regime jurídico, no domínio ambiental mais aperfeiçoado.

Por outro lado, iremos iniciar de acordo com as prioridades, estudos sobre o controlo da poluição luminosa, a revisão dos limites de emissão de gases poluentes dos motociclos e ciclomotores novos aquando da sua importação, a introdução dos limites de emissão de gases poluentes dos outros veículos a motor novos aquando da sua importação, a introdução do regime de avaliação dos impactos ambientais e o início sobre os limites de emissão de óleos e fumos produzidos pelos restaurantes.

Estamos a concluir a primeira fase dos trabalhos de revisão da legislação sobre o ruído ambiental, cujas principais revisões passamos a enunciar:

- Considerar a eliminação da utilização de equipamentos de construção civil que provocam poluição sonora nas zonas densamente povoadas, designadamente o bate-estacas com motores a diesel, e restringir a execução de obras de construção civil, durante o período nocturno nas zonas sensíveis da cidade.
- Restringir os limites de poluição sonora para as actividades da indústria, comércio ou de serviços nos edifícios, ou fracções autónomas.
- Restringir os limites dos equipamentos de climatização e ventilação de ar, equipamentos dos edifícios ou fracções autónomas.
- Introduzir nos diplomas artigos sobre o “Outros ruídos específicos” e “Ruído de vizinhança”.

Atendendo que a revisão abrange diversos aspectos, o governo irá consultar diferentes associações e sectores para recolher opiniões e aperfeiçoar o anteprojecto.

#### **4.1.3 Esforçar a previsão e anúncio dos maus tempos e implementar o mecanismo de alarme da chegada das inundações**

Durante o ataque do “Hagupit”, o devastador tufão trouxe maré ciclónica que atingiu os vários lugares da cidade. Em resposta à solicitação dos residentes enquanto a resolução do problema de inundação provocada pela maré e chuvas intensas, a Direcção dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos(DSMG) irá cooperar com várias órgãos, esforçando o respectivo trabalho de fiscalização. Relativamente ao risco de inundação nos maus tempos e nos dias de maré alta, designadamente acontecidas na zona baixa, iremos implementar no próximo ano alarme de três graus, através da instalação de estação de detecção nas zonas de risco, observando o fenómeno e medir a altura da maré e das ondas, em que irá transmitir estes dados para entidades responsáveis, para pode adoptar medidas adequadas e anunciar o alarme com antecedência de doze horas, a fim de permitir os residentes tomar conhecimento e prestar atenção, atenuando assim os prejuízos que podem afectar os residentes. Os respectivos trabalhos serão desenvolvidos progressivamente nos finais do ano, desejamos que o mencionado mecanismo pode entrar no funcionamento antes da chegada da época de chuva do próximo ano.

Em simultâneo, iremos fortalecer a comunicação das notícias das tempestades tropicais, fornecendo mais meios de comunicação aos residentes, como também esforçar a cooperação interdepartamental, no sentido de aperfeiçoar o mecanismo de coordenação da salvação e tratamento das consequências provocadas por incidente pública, aumentando assim o nível da capacidade de alarme, de salvação e de tratamento das consequências.

#### **4.1.4 Aumentar os recursos para reforçar a capacidade de monitorização e dos estudos**

Comunidade internacional está cada vez mais atento sobre a questão de aquecimento global, com a aplicação da “Convenção Quadro das Nações Unidas para a Mudança do Clima” e do “Protocolo de Quioto” em Macau, a população cada vez dá mais importância à protecção do ambiente e a implementação dos dois tratados internacionais são um dos principais trabalhos desta RAEM.

Para a implementação dos conteúdos da “Convenção Quadro das Nações Unidas para a Mudança do Clima”, o governo irá iniciar vários estudos sobre a mudança do clima de Macau no futuro contando a influência do aquecimento global mundial. Segundo os dados do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas(IPCC) sobre as emissões de gases do efeito estufa fazer previsão de variação de temperatura em Macau nos próximos cem anos(até 2100), sem esquecer a avaliação do fenómeno do aumento do nível médio do mar. Os resultados destes estudos servem para identificar os seus efeitos potenciais resultado pelas alterações climáticas em Macau e a sua adaptação e suavização, avaliando os efeitos que poderá influenciar a sociedade, nos quais principalmente sobre a ecologia, recursos hídricos, especialmente sobre recursos de água doce e o problema da saúde, conforme os diferentes problemas que pode acontecer, estabelecem diferentes medidas, e ao mesmo tempo é necessário de estabelecer medidas para implementar o Protocolo de Quioto com o governo central. Noutros aspectos, governo é necessário de estabelecer um plano de medidas para a adaptação e redução de mudanças climáticas.

Iremos continuar a proceder aos estudos de acordo com o plano de implementação da “Convenção de Estocolmo sobre poluentes orgânicos persistentes” em Macau. E será reforçada a monitorização dos diferentes parâmetros ambientais, os estudos ambientais e a formação técnica.

Em 2009, iremos reunir esforços e concluir o estudo sobre a qualidade do ar interior, a fim de dar um passo em frente para elaborar os critérios da qualidade do ar interior. Prosseguiremos com a segunda pesquisa geral do ruído ambiental, bem como aperfeiçoaremos a rede automática de monitorização da qualidade das águas costeiras.

Entretanto, iremos iniciar conforme as prioridades, os estudos sobre poluentes orgânicos persistentes, emissões de gases poluentes de veículos no âmbito da ciência e tecnologia, pesquisa sobre a redução de utilização de plásticos e resíduos, de resíduos electrónicos e outros veículos ecológicos.

#### **4.1.5 Melhorar activamente as infra-estruturas de protecção ambiental**

No intuito de melhorar incessantemente as instalações do tratamento de Água residuais, bem como coordenar com as necessidades do desenvolvimento dos diversos bairros, serão realizados sucessivamente análise e projecto para melhorar os equipamentos, de forma a aumentar a capacidade de tratamento das águas domésticas e a qualidade dos efluentes a fim de atingir uma utilização extensa das águas tratadas. Encontram-se concluídas as empreitadas de construção da E.T.A.R. de Coloane e da E.T.A.R. do Parque Industrial Transfronteiriço, e estão neste momento iniciando a realização dos respectivos testes. Após da conclusão da obra da E.T.A.R. de Coloane, a capacidade de tratamento global da E.T.A.R. de Coloane vai atingir ao valor de 130 000 m<sup>3</sup> por dia. A empreitada de construção da E.T.A.R. do Parque Industrial Transfronteiriço está também em bom progresso, e a qualidade dos seus efluentes também elevou para o nível criterioso da Categoria 1 A conforme os critérios nacionais para a respectiva emissão, o qual podem se utilizados para lavagem das ruas, rega, fins paisagísticos e etc.

Com a ampliação da Central de Incineração dos Resíduos, vai expandir a capacidade de tratamento da Central de Incineração para um dobro, atingindo ao volume de 1 728 toneladas diárias, e o critério de tratamento dos gases residuais está conforme os critérios de emissão mais recentes da União Europeia. Após conclusão da ampliação, irá iniciar obra de melhoria dos critérios de emissão para os gases residuais dos incineradores.

O funcionamento experimental do Sistema de Recolha Automática Subterrânea de Resíduos Sólidos já entrou na operação experimental brevemente. Através da colaboração com a empresa de gestão de condomínio dos bairros pilotos para recolher os resíduos domésticos, colocando directamente nas bocas de deposição em determinados períodos. A vantagem deste sistema é poder resolver o programa de higiene enquanto os resíduos domésticos arrecadados no dentro do edifício com um período muito longo. Ao mesmo tempo, o espaço para recolha dos resíduos pode ser despejado, utilizando para colocar resíduos grandes e secos, desde modo, a situação em que a rua cheias de grandes resíduos pode ser resolvida.

Após de consultar as experiências estrangeiras e realizado estudos profundos, introduzir o sistema mencionado irá aliviar a pressão de trabalho da presente recolha de lixo, este sistema pode funcionar no todo dia de todo o ano, que irá melhorar o ambiente de habitação dos residentes e a administração de edifícios. Num determinado período após do funcionamento do sistema, o serviço público responsável irá avaliar a sua operacionalidade, para ter conclusão da possibilidade de alargar a aplicação deste sistema nos outros âmbitos.

Relativamente ao trabalho de aterro das cinzas “*fly ash*”, está a começar a procurar um novo lugar adequado, que poderá a longo prazo acumular as cinzas produzidas.

Tendo em conta do aumento dos resíduos de material de construção civil, devido ao problema de escassez de recursos de solos em Macau, o Governo está em negociação com o Interior da China, para encontrar solução adequada.

#### **4.1.6 Consolidação da gestão de recursos hídricos, construção de uma sociedade economizadora de água**

À medida que a terceira rede de abastecimento de água entrar em funcionamento, a capacidade transportadora das redes vai ser aumentada. Com vista a garantir a segurança no abastecimento de água bruta e resolver, a longo prazo, a ameaça da maré salgada, através do Grupo especializado conjunto Guangdong-Macau para os assuntos do abastecimento de água potável, o governo continuará a negociar com a parte de Guangdong, no âmbito do controlo de qualidade de água bruta, quantidade de água a abastecer, tarifas de água e partilha de investimento em obras de infra-estruturas de abastecimento de água, com o intuito de encontrar soluções racionais.

A Capitania dos Portos continuará a acompanhar e analisar o “Relatório específico sobre garantia de segurança no abastecimento de água a Zhuhai e Macau” elaborado pela Comissão de Recursos Hídricos do Rio das Pérolas. De acordo com o estipulado nesse relatório, vai acompanhar a construção da barragem de Zhuyin, explorando novas fontes de água.

Em relação à poupança de água, será criado um novo grupo interdepartamental com funções de zelar pela promoção da construção de uma sociedade economizadora de água. Tendo como base os “Estudos sobre planeamento de poupança de água em Macau”, o Grupo irá promover, junto dos serviços públicos e organismos de interesse público, a aplicação faseada de medidas de poupança de água, no sentido de incentivar as empresas a poupar água e fortalecerá a sensibilização para poupança de água. Até se encontrar uma solução para a maré salgada, as medidas de combate à salinidade da água continuarão a aplicar-se.

Por outro lado, mediante o projecto de “Levantamento de dados e Pesquisa Científica na monitorização de água no período da maré salgada para os anos 2008 – 2009”, serão recolhidas informações no período em causa, sobre a hidrografia da área do Rio das Pérolas, a variação de salinidade da zona marítima de pouca profundidade e da zona junto do estuário, com vista de otimizar o plano de monitorização de água, para que sejam aumentados os benefícios da monitorização urgente de água.

Iremos continuamente educar a população para valorizar e poupar água. O governo irá proceder a acções de sensibilização, junto dos sectores e empresas, de grande consumo de água, para lhes introduzir técnicas e medidas de poupança de água, incentivando-as a integrar-se no plano de poupança de água.

#### **4.1.7 Iniciar os trabalhos de planeamento e avaliação ambiental, criar fundo de apoio de promoção de protecção do ambiente e conservação de energia(SME)**

Tendo como objectivo apoiar a aquisição de equipamentos ecológicos e a poupança de energia, nas pequenas e médias empresas e elevar a sua eficiência em termos ambientais, o governo irá estudar a criação da “Fundação de Protecção Ambiental e Poupança de Energia”. O governo através de dotação de verba de fundos e subsídio de retorno da empresa de concessão, no âmbito do sector de energia, dará subsídios, designando uma verba específica, destinada às pequenas e médias empresas e às organizações sociais. Pretende-se encorajar estas empresas a optar pela aquisição de produtos mais eficazes e mais ambientais, bem como pela introdução de tecnologias e equipamentos mais ecológicos, promovendo ao mesmo tempo, a conservação de energia e a protecção ambiental.

A “Fundação da Protecção Ambiental e Poupança de Energia” pretende através do subsídio financeiro adequado, conseguir a longo prazo, que as pequenas e médias empresas e organizações sociais sejam capazes de elevar a sua eficiência ambiental energética, a fim de dar mais um passo para atingir os objectivos para o melhoramento da qualidade do meio ambiente e poupança de energia em Macau. Entretanto, através desta fundação também iremos estudar a promoção do desenvolvimento de indústrias verdes em Macau.

O governo está a elaborar diferentes indicadores sobre o planeamento e avaliação ambiental. Iremos iniciar os estudos para melhoramento da qualidade do ar, dos resíduos, dos recursos naturais e do planeamento da gestão ecológica, de acordo com as prioridades. Em 2009, iremos continuar a proceder a estudos sobre a introdução do regime de avaliação dos impactos ambientais e tencionamos convidar o Instituto do Planeamento Ambiental do Ministério do Ambiente da China para efectuar uma avaliação global de planeamento ambiental de Macau. Certamente que o governo irá considerar as tolerâncias de Macau, para a escolha do plano operacional, pelo que irá auscultar extensivamente as opiniões de diferentes sectores para o melhoramento do plano. O nosso objectivo é contribuirmos o melhor possível na elaboração preliminar dos diversos indicadores sobre o planeamento e avaliação ambiental, até finais de 2011, bem como introduzir gradualmente os regimes de avaliação dos impactos ambientais do meio aquático, ambiente atmosférico, gestão de resíduos, poluição sonora e meio ecológico.

#### **4.1.8 Continuar a impulsionar as acções de sensibilização e educação ambiental e participar activamente na cooperação e intercâmbio a nível regional**

No âmbito da educação ambiental, vamos continuar a promover através de diversas acções de sensibilização ambiental, a preservação dos recursos naturais, a reutilização e reciclagem, a redução de utilização de plásticos e produção de resíduos, a poupança de água, a escolha de produtos verdes e o rótulo ecológico, a promoção da coexistência harmoniosa entre o homem e a natureza, bem como a responsabilidade social das empresas. Gradualmente, iremos criar um espaço para crianças, na nossa página electrónica, com o intuito de divulgar informações sobre a protecção ambiental, numa forma mais interactiva e interessante.

Para atingir o objectivo de suavizar os efeitos da mudança do Clima, é preciso em primeiro, esforçar os trabalhos de protecção do ambiente e de redução de emissões. Por isto, o Governo irá estreitar a cooperação com outras regiões, realizando conferências e exposições sobre a mudança do Clima, divulgação e sensibilização do espírito de poupança de energia e redução de emissões junto às escolas e comunidades locais, e desenvolver várias actividades e concursos, para fazer os residentes perceberem a importância e urgência dos trabalhos de suavização da mudança do Clima.

A fim de aprofundar os laços de cooperação entre Guandong, Hong Kong e Macau e com objectivo de estabelecer “Uma zona com qualidade de vida na Região verde do Grande Delta do Rio das Pérolas”, o governo irá intensificar o intercâmbio e a colaboração de forma mais activa, com os departamentos ambientais da Província de Guandong e RAEHK, para promover os respectivos estudos. Para além de endereçar o convite ao Ministério do Ambiente da China para prestar apoio na avaliação global do planeamento ambiental de Macau, também tenciona-se no futuro, aprofundar de forma mais regular, os estudos entre Guandong, Hong Kong e Macau.

Continuaremos a desenvolver o papel de Macau como plataforma, no âmbito da indústria verde, a RAEM vai organizar o “Fórum e Exposição Internacional de Macau para a Cooperação na Área do Ambiente 2009”. O objectivo do evento visa intensificar os laços de cooperação entre a União Europeia e a Região do Grande Delta do Rio das Pérolas, no âmbito da indústria verde.

## **4.2 Políticas energéticas**

### **4.2.1 Reforçar os projectos; intensificar a segurança da energia e o segmento de fornecimento energético; otimizar a estrutura energética e promover o desenvolvimento sustentável**

Com a implementação e entrada em funcionamento de várias infra-estruturas de grande envergadura, estima-se que a procura de electricidade irá manter uma trajectória em sentido crescente. Nessa subida destaca-se a quantidade de energia eléctrica consumida em Macau proveniente da importação do Continente, a qual já ultrapassou 70%. Para responder a este desenvolvimento, o Governo dará início aos trabalhos de estudo da quinta interligação entre a Ilha de HengQin, em Zhuhai e Macau, ou seja, os trabalhos de estudo de uma segunda interligação de 220 kV de tensão eléctrica, prevendo-se que a mesma entre em funcionamento em 2010, de modo a aumentar bastante a capacidade de transporte da energia eléctrica entre Zhuhai e Macau.

Paralelamente, para responder à procura crescente de energia eléctrica, continuar-se-á a reforçar ainda mais as redes de distribuição eléctrica existentes em Macau, dando início à primeira fase das obras de reestruturação em 4 grupos, esperando-se que a mesma possa estar concluída em 2010, de forma a reforçar as operações e elevar a estabilidade das redes de distribuição eléctrica locais.

Por outro lado, para corresponder às tendências de desenvolvimento da região de Macau e de outras regiões, o Governo, com a assinatura de um protocolo de cooperação com a *China Southern Power Grid Corporation Ltd*, no âmbito de electricidade, pretende realizar estudos relativos ao projecto no âmbito de electricidade entre 2010 e 2020, reforçar a comunicação e cooperação com os departamentos do Continente e assegurar o fornecimento estável e seguro de electricidade, de maneira a adaptar-se à conjuntura do futuro desenvolvimento.

Mais ainda, neste ano, serão concluídos os esboços do Regulamento relativo ao funcionamento seguro de electricidade e do Regulamento sobre o transporte seguro de electricidade, como também, serão empreendidos estudos respeitantes ao regime da lei básica do mercado de electricidade de Macau.

Após a conclusão das obras relativas ao sistema de serviço de transporte e importação de gás natural por via terrestre, o gás natural começou a ser importado para Macau, sendo primeiramente utilizado na produção de electricidade. No primeiro ano, a utilização do gás natural para a produção de electricidade representou mais de 30% da produção eléctrica local.

O gás natural é uma energia limpa e, a sua utilização como combustível para produção de electricidade, permitiu diminuir, em cerca de 40%, as emissões resultantes da mesma, comparativamente ao ano passado. No futuro, conforme o planeado, alargar-se-á, gradualmente, a área de utilização do gás natural. Para isso, o Governo exortará a futura companhia concessionária do “Serviço Público de Distribuição de Gás Natural”, a lançar, conforme o planeado, as várias obras e a redobrar esforços para que o serviço de gás de cidade possa entrar em funcionamento, de forma gradual, no fim do ano, proporcionando mais uma alternativa de serviço de fornecimento energético às empresas e à população. Relativamente ao plano de utilização do gás natural nos transportes públicos, consideradas as condições concretas de operação, conjugar-se-á com a construção de redes de condutas de gás de cidade, e após a entrada em funcionamento das mesmas na cidade, o mesmo será promovido gradualmente.

O Governo da RAEM, com o plano de introdução do gás natural, poderá

optimizar a estrutura energética e diversificar o fornecimento de energia e, na altura que considerar a mais apropriada, será adoptado um modelo de funcionamento do mercado de gás natural de Macau, composto por três níveis, designadamente: transporte, distribuição e venda. Por outro lado, para a utilização do gás natural, já foi dado início aos estudos e trabalhos relacionados com as leis e regulamentos para o mercado do gás natural.

#### **4.2.2 Implementar o melhor modelo de desenvolvimento para o futuro mercado de electricidade**

Relativamente ao modelo de funcionamento do mercado de electricidade de Macau, com o prazo do actual contrato de concessão de electricidade a terminar em 2010, os estudos sobre o modelo do mercado de electricidade entrarão na última fase de análises aprofundadas e organização.

Tendo em consideração a situação concreta de Macau, o Governo incidirá o seu estudo em cinco grandes princípios do futuro mercado eléctrico:

- Manter o modelo de funcionamento existente para a rede de distribuição eléctrica. No segmento de produção e transporte de electricidade, atendendo às condições e necessidades concretas, poderá ser aplicada a liberalização do mercado, de forma progressiva;
- Preservar a política adequada à capacidade de produção eléctrica local, e, cobrir as futuras necessidades da procura e do consumo de electricidade, através do reforço das interligações com o Continente;
- Diminuir a taxa de retorno sobre o investimento, aplicar um controlo rigoroso dos preços e custos operacionais e elevar o grau de transparência;
- Reforçar mais os mecanismos de fiscalização no âmbito da electricidade e elevar a qualidade dos serviços;
- Incentivar o uso de energias renováveis e aumentar a eficiência energética.

Paralelamente, ao fim do ano corrente, foi realizado a auscultação pública aos vários sectores da sociedade, consulta da experiência dos países desenvolvidos e das regiões vizinhas e solicitar parecer pericial das empresas de consultadoria internacional, proceder-se-á a uma ponderação e avaliação global, por forma a criar um projecto positivo que melhor se adapte ao desenvolvimento a longo prazo de Macau, que respeite os interesses comuns, que beneficie o desenvolvimento económico e que garanta o bem-estar dos residentes.

### **4.2.3 O aperfeiçoamento dos projectos e ser rigor na fiscalização da segurança dos combustíveis têm por finalidade defender o património e a segurança de vida dos residentes**

Para prevenir todos os perigos que possam ocorrer, continuará a efectuar inspecção e fiscalização nas instalações de armazenagem de produtos combustíveis e nos seus arredores, nos postos de recolhas de resíduos e veículos usados, bem como nos estabelecimentos comerciais / industriais, edifícios habitacionais e terrenos desocupados situados em Macau e nas Ilhas, adoptando medidas mais flexíveis e activas, a fim de elevar a eficiência do tratamento, e consolidar e aperfeiçoar as condições de segurança nos estabelecimentos, permitindo assim melhor protecção da vida e do património da população.

Continuar-se-á a monitorizar o funcionamento do mercado de combustíveis e a garantir e desenvolver a eficácia da regulação automática do mercado. Para conjugar com a entrada em funcionamento das redes de condutas de gás de cidade, manter-se-á uma estreita ligação com os sectores, de forma a promover o desenvolvimento saudável do mercado de combustíveis. Continuar também os estudos e análises que através de planos e da criação de condições favoráveis serão encontradas soluções a médio e longo prazo no sentido de mudar as instalações de armazenamento existentes na zona da Ilha Verde.

Face ao desenvolvimento da sociedade, o Governo irá aperfeiçoar os regulamentos no âmbito dos combustíveis e no ano de 2009, lançar ao processo legislativo o projecto dos dois regulamentos: “Regulamento de Segurança Relativo à Instalação de Aparelhos a Gás com Potências Elevadas” e “Regulamento de Segurança das Instalações de Armazenagem de Gases de Petróleo Liquefeitos(GPL) com Capacidade não Superior a 200 m<sup>3</sup> por Recipiente”.

### **4.2.4 Valorizar a protecção do meio ambiente, incentivar a conservação energética e promover a divulgação da educação sobre energia**

No que se refere à divulgação da eficiência e da conservação de energia, realizar-se-á, uma vez mais, a terceira edição da “Semana da Conservação Energética 2009”, em sintonia com a “Semana Nacional de Divulgação da Conservação Energética”. Relativamente à divulgação da cultura de eficiência e conservação energética no campus escolar, serão integrados ainda mais conhecimentos e conteúdos sobre conservação energética, no sentido de enriquecer as actividades promocionais educacionais das escolas.

Assim, para este ano, o Governo, além de continuar a empenhar-se pela divulgação da conservação energética em conjugação com a promoção da educação sobre conservação energética, planeia lançar um programa para a prática da conservação energética no campus escolar, com o intuito de incentivar, apoiar e encorajar os professores e os estudantes a modificarem os seus hábitos de utilização da energia, criando, gradualmente, bons hábitos de conservação energética durante as actividades da vida escolar, para que o conceito de conservação energética passe para a prática, concretizando o objectivo principal e permanente de conservação energética.

Na esfera empresarial e residencial, o Governo espera poder, através da divulgação, da educação e do reforço da informação nos produtos de conservação energética, incentivar as empresas a escolherem tecnologias de alta eficiência e encorajar os cidadãos a adquirirem e utilizarem produtos com maior eficiência energética, de forma a vulgarizar progressivamente a utilização de produtos que conservem energia.

No âmbito dos trabalhos de promoção da conservação energética, o Programa sobre Conservação de Energia nos Serviços Públicos será implementado nos pontos de teste designados. Os resultados da experiência servirão para incentivar os serviços públicos a implementar o Programa, de forma alargada. Através da recolha dos resultados e das experiências dos outros serviços e habitações sociais, desenvolvidas em 2008, a partilhar ideias com os sectores no sentido de os incentivar a utilizarem equipamentos de iluminação de maior eficiência. No decorrer deste ano, continuar-se-á a proceder ao teste de técnicas de frequência nas escadas rolantes e elevadores, das lâmpadas luminosas de alta potência e da tecnologia de recolha do calor nos sistemas de ar condicionado, com o objectivo de conhecer a eficiência concreta das respectivas tecnologias.

Por outro lado, após consulta pública junto dos diferentes sectores da sociedade, elaborar-se-á, em 2009, esboço das orientações técnicas para a optimização da eficiência energética nos edifícios, para serem aplicadas pelos serviços governamentais e tomadas como referência pelos sectores.

#### **4.2.5 Planear antecipadamente e promover os estudos e a utilização das energias renováveis**

Continuar-se-á a proceder a estudos e análises nos locais de teste do sistema de aquecimento de água a energia solar, esperando que os dados recolhidos possam servir de referência e assim a utilização da energia solar possa posteriormente ser alargada. Por outro lado, durante este ano, implementar-se-ão ainda tecnologias de teste na rede de electricidade para a produção eléctrica através da energia solar fotovoltaica, bem como, estudar-se-á a fórmula de cálculo da tarifa bidireccional.

Além da energia solar, o Governo estará atento às mais recentes informações respeitantes aos diferentes tipos de investigações e estudos no âmbito das novas energias e das energias renováveis do mercado internacional de energia. Em tempo oportuno e tendo em conta as condições concretas de Macau, serão estudada e analisada a possibilidade de as desenvolver e aplicar.

## **5. Políticas de Comunicação e Tecnologias e Pontos Destacados de Trabalho**

A seguir vamos introduzir o conteúdo principal das políticas de telecomunicações, de correios e de tecnologias:

### **5.1 Política de telecomunicações**

#### **5.1.1 Aperfeiçoar a legislação, reforçar a fiscalização e continuar promover a liberalização bem arranjada do mercado de telecomunicações**

Na sequência dos resultados da revisão intercalar do “Contrato de Concessão do Serviço Público de Telecomunicações de Macau” em 2008, serão efectuados os trabalhos pormenorizados. Visto que será adiantada a liberalização dos actuais serviços concessionários de telecomunicações, verifica-se necessário elaborar legislação, contratos ou licenças adequadas para lidar com a situação, para que os serviços liberalizados com antecedência possam trazer benefícios práticos. Prevê-se o início de gradual concretização dos trabalhos no quarto trimestre de 2009.

Além disso, conforme a experiência tirada do tratamento do conflito, durante um extenso período no passado, entre o TV Cabo Macau, SARL. e as companhias de antena comum, existe-se enorme dificuldade em discussões e negociações relativamente à eventual resolução do problema e por isso, o Governo próprio precisa de se reposicionar para encontrar uma solução que, em termos de serviço de transmissão de programas de televisão, não só compatibilize com a realidade, mas também favoreça o desenvolvimento ao longo prazo.

As telecomunicações constituem um sector de desenvolvimento acelerado. O surgimento de novos serviços de telecomunicações na sequência de evolução de novas tecnologias, a convergência de serviços e a próxima liberalização do mercado de telecomunicações vêm produzir efeitos ao ambiente de legislação que regula o mercado de telecomunicações e por isso, é necessário rever completamente o actual enquadramento legal e a legislação relativamente à regulação de telecomunicações, a fim de bem preparar para o desenvolvimento ao longo prazo. Prevê-se a conclusão do trabalho de revisão no quarto trimestre de 2009.

Considerando que os serviços de telecomunicações móveis e os de Internet de Macau já foram liberalizados, acrescentado o facto do termo do prazo do Contrato de Concessão do Serviço Público de Telecomunicações no final de 2011, a era de total liberalização do mercado está chegando. Com vista a fazer face ao desenvolvimento e mudança do mercado, o Governo irá proceder, em 2009, à elaboração e consulta de legislação com base nos resultados do estudo de concorrência justa do sector de telecomunicações em 2008.

Na sequência de que os cidadãos se tornam mais atentos ao abuso de envio de informações electrónicos, com base nos estudos realizados no passado, o Governo irá iniciar os trabalhos preparativos para a respectiva legislação em 2009.

### **5.1.2 Promover o desenvolvimento dos serviços de telecomunicações e de tecnologias da informação**

Com vista a ir ao encontro do desenvolvimento da sociedade, o Governo tem-se esforçado em prestar serviços de acesso à Internet de banda larga mais conveniente aos cidadãos, turistas e comerciantes. Por isso, foi contratada, em 2008, uma empresa de consultoria para proceder aos estudos relativamente ao plano concreto de construção da rede sem fios da banda larga.

Conforme o disposto no regulamento administrativo sobre a emissão da licença dos serviços de telecomunicações móveis de 3G, o Governo pode emitir a quarta licença de 3G após decorridos 2 anos de emissão das primeiras licenças. De acordo com o desenvolvimento do mercado há mais de um ano, considerando a aceitação dos serviços de 3G pelo Interior da China e pelo mercado Internacional, será efectuada a avaliação da necessidade e modo de licenciamento na primeira metade de 2009.

### **5.1.3 Aperfeiçoar a gestão de recursos de telecomunicações e reforçar a fiscalização radioeléctrica**

Com a evolução incessante de tecnologias de radiocomunicações, as exigências ao espectro radioeléctrico se aumenta continuamente e com vista a fazer face ao futuro desenvolvimento, é necessário proceder ao estudo sobre as políticas e a planificação do espectro radioeléctrico. Serão contratadas empresas de consultoria profissionais para procederem aos respectivos trabalhos, inclusive, a tendência de elaboração de políticas de espectro radioeléctrico, os efeitos de utilização e a elaboração do valor de espectro radioeléctrico, o método de planificação que provoque a introdução de novas tecnologias e serviços etc.

Desde que o modelo de gestão e registo do nome de domínio regional e internacional tem evolvido continuamente com o desenvolvimento acelerado de aplicações de Internet, o Governo irá definir o modelo operacional adequado de gestão e registo do nome de domínio e avaliar os recursos necessários tais como pessoal e instalação, tendo em conta os padrões internacionais e a situação real de Macau.

Na sequência da prévia medição do ambiente radioeléctrico do ano passado e analisados os dados técnicos de teste, serão avaliados em 2009 a necessidade de instalação de novas estações de fiscalização radioeléctrica, o calendário de instalação e os equipamentos exigido, para que faça preparativos suficientes para os próximos trabalhos.

Actualmente a TDM já realizou o teste sobre a radiodifusão televisiva digital terrestre e para que se compatibilize com o respectivo desenvolvimento, é preciso efectuar testes técnicos aos descodificadores no mercado. A DSRT vai, pela primeira vez, tentar estabelecer um centro de teste com as instituições académicas, sendo a mesma responsável pela aquisição de equipamentos necessários. Esta iniciativa visa acelerar o funcionamento do centro, contando com o pessoal e as técnicas das instituições académicas. Paralelamente, serve também este centro para o teste de produtos dos fabricantes e comerciantes de descodificadores, a fim de evitar a confusão de informações na fase inicial do mercado.

#### **5.1.4 Desenvolver estudos especializados**

Com a popularização gradual de aplicação dos equipamentos radioelétricos de reduzida distância e baixa potência, entre aqueles se nota a utilização extensa dos equipamentos de RFID na gestão de documentos e logística, o Governo vai proceder ao estudo de tecnologias de RFID e as suas aplicações, para elaborar os respectivos padrões técnicos e regras de utilização.

Com o desenvolvimento acelerado dos serviços de *Internet*, os novos serviços com a plataforma de IP, especialmente os de VOIP e IPTV, desenvolvem rapidamente. Com vista a permitir aos cidadãos usufruir dos serviços mais avançados e diversificados, serão contratadas empresas de consultoria em 2009, para analisar a situação de desenvolvimento do mercado internacional de VOIP e IPTV, do ponto de vista comercial a viabilidade e modelo de lançamento dos respectivos serviços em Macau bem como estudar a implementação da legislação e das regras necessárias.

### **5.2 Políticas Postais**

#### **5.2.1 Optimização na Rede dos Serviços Postais**

Para os efeitos de acompanhar com a eleição da Assembleia Legislativa e do Chefe do Executivo que decorrerão em 2009, os Correios de Macau já têm iniciado uma preparação em vários aspectos, incluindo a aquisição de 15 prateleiras verticais de separação de cartas, reforço na formação do pessoal, ajuste nas 50 zonas existentes de distribuição. Entretanto, estes serviços irão intensificar a comunicação interdepartamental, com vista a elevar a qualidade dos serviços de distribuição. Em 2009, iremos comunicar activamente com os serviços públicos envolventes, planeia-se estudar, de novo, a viabilidade de instalar a segunda série dos Armários de Depósito de Malas Postais e de ajustar as 4 rotas existentes de transporte das malas postais.

Além do mais, o modo de funcionamento das cartas registadas tem sido usado já várias dezenas de anos. À medida que existe mais e mais dificuldade na questão dos recursos humana, realmente, é necessário efectuar algum ajuste adequado para que o motivo de corresponder ao efeito do custo e defender a conveniência da população seja atingido. Sendo assim, prevê-se que, no ano 2009, iniciará um respectivo estudo e efectuará uma revisão sobre as legislações relativas.

Atendo às necessidades dos residentes de diferentes zonas e bairros, iremos estudar a viabilidade de mudar o horário de atendimento ao público de alguma estação postal. Estando em curso os estudos e as negociações sobre mais extensas cooperações profissionais entre Macau e as regiões vizinhas. Por outro lado, como o espaço do TRADIC existente deixou de poder satisfazer a necessidade, estudar-se-á a reserva de um terreno para construção de um Centro de Serviços de Envio Aéreo e de Logística na zona do COTAI.

### **5.2.2 Lançar Novos Serviços, Promover Serviços Diversificados**

Expansão de entrega das correspondências EMS a mais destinos. Será reforçada a comunicação com os serviços alfandegários locais no intuito de garantir uma maior eficiência, quer da exportação e importação de objectos postais EMS, quer de desalfandegagem. Iremos estabelecer cooperação com os Correios de Guangdong e de Hong Kong no desenvolvimento dos serviços de distribuição a tempo limitado (“Entrega na Manhã Seguinte” e “Entrega no Dia Seguinte”), Correio Rápido Económico, assim como estudos da viabilidade de fornecimento de serviços de logística. Vamos ainda reforçar a cooperação com os Correios de Hong Kong com o desenvolvimento de outros serviços de valor acrescentado. São necessários estudos da viabilidade de aplicação do sistema de e-alfândega dos Correios de Hong Kong, para além da execução do plano de Acordo “Pagar-por-Desempenho”, que eventualmente irá melhorar a qualidade os serviços EMS. Iremos ainda estudar a viabilidade da aplicação do Sistema de Pesquisa de Encomendas da UPU e da participação no plano de “Pagar-por-Desempenho”.

### **5.2.3 Diligente no desenvolvimento do serviço postal electrónico e serviços financeiros**

De forma contínua, cremos que, “definir a direcção segundo as necessidades, promover a simplicidade de utilização com simplicidade, incrementar o desenvolvimento com aplicação”, esses três pensamentos directivos contribuem para a promoção e desenvolvimento dos serviços de certificação electrónica. Reforçaremos a divulgação sobre as particularidades no uso do Certificado Qualificado às entidades e serviços públicos, assegurando a importância de segurança de informações *online*; melhoraremos as amostras do Certificado Qualificado, de forma a obter um efeito melhor em divulgação e promoção. Continuamos seguir o desenvolvimento dos trabalhos de electrónica relacionados com os Serviços Postais e o Carimbo Electrónico, tomando, no tempo adequado, medidas correspondentes para acompanhar o mesmo.

De forma a prestar o seu apoio ao projecto do governo electrónico da RAEM, a Caixa Económica Postal (CEP) já construiu a Plataforma de Pagamento Electrónico via Web com Cartão de Crédito para a utilização dos Serviços Públicos. Em 2009, a CEP continuará a promover junto dos Serviços Públicos a utilização desta Plataforma, e continuará a atender às necessidades dos Serviços Públicos, no sentido de lhes prestar apoio técnico e administrativo, fazendo com que o modelo “One-Stop” do Governo Electrónico possa ser concretizado, a curto prazo, nos diversos Serviços Públicos.

#### **5.2.4 Empenhado na divulgação da Filatelia**

Os Correios de Macau, Grupo de Serviços Postais da China e Correios de Hong Kong vão continuar a lançar emissões conjuntas entre duas ou três localidades. Após a primeira emissão conjunta com os Correios de Singapura, irá continuar a pesquisar oportunidades de lançar emissões conjuntas com outras autoridades postais no sentido de se divulgar as culturas de ambas as partes através dos selos e promover melhor e de forma directa produtos filatélicos de Macau no mercado internacional, rumo ao maior desenvolvimento e diversificação filatélica de Macau.

Considerando a necessidade de aproveitar o ambiente festivo comemorativo dos dez anos do retorno à Pátria de Macau, a Direcção dos Serviços de Correios(DSC) pretende organizar uma exposição regional filatélica de pequena dimensão, contando com a participação de associações e entidades filatélicas da Interior da China, Hong Kong e Macau, de maneira a proporcionar aos coleccionadores e interessados uma outra oportunidade de apreciarem os preciosos selos comemorativos e de alto valor de colecção.

Os Correios de Macau continuarão a enviar pessoal para ir participar em feiras internacionais filatélicas, tais como as exposições a serem realizadas em Hong Kong, Pequim e Coreia do Sul, respectivamente, ou até solicitar os nossos agentes no ultramar para a sua participação. O objectivo é a divulgação dos selos com características culturais e artísticas locais no mercado filatélico do ultramar através da venda directa de produtos de modo a dar maior ênfase à internacionalização dos selos de Macau.

## **5.3 Políticas de Ciência e Tecnologia**

### **5.3.1 Proceder estudos e análises, formulando estratégias sobre o desenvolvimento da ciência e tecnologia**

Após os trabalhos preparatórios iniciais, o Grupo de Trabalho para as Estratégias e o Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia, afecto ao Conselho de Ciência e Tecnologia, dará início, no ano de 2009, ao estudo respeitante às estratégias de ciência e tecnologia de Macau. Estão incluídas no projecto de estudo não só questões sobre como, através do desenvolvimento científico e tecnológico, fomentar o desenvolvimento económico, elevar a produtividade de Macau e a qualidade de vida da população de Macau, como também outros assuntos ligados à estrutura do futuro departamento governamental que gerirá globalmente o desenvolvimento científico e tecnológico de Macau e construção do Parque de Ciência e Tecnologia. Prevê-se que o respectivo estudo se inicie no primeiro semestre de 2009.

### **5.3.2 Aperfeiçoar o processo de concessão de apoios financeiros, executar bem o trabalho de apoio financeiro e apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico**

Conforme o espírito do Regulamento da Concessão de Apoio Financeiro, o Fundo para o Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia procederá, no ano de 2009, à aprovação e concessão de apoio financeiro a projectos relacionados com o desenvolvimento científico e tecnológico da R.A.E.M. Tendo como referência informações dos anos anteriores relativas aos pedidos de apoio financeiro a projectos e, ao mesmo tempo, os contactos e investigação consultiva junto das instituições de ensino superior e organizações de ciência e Tecnologia, o apoio financeiro concedido a pedidos de apoio financeiro a projectos de investigação científica, pedidos de apoio financeiro à generalização científica, construção de laboratórios prioritários e projectos de cooperação com o exterior, está estimado num total de 118 milhões de patacas.

Será reforçada a monitorização da progressão e da qualidade dos projectos aos quais já foram concedidos apoios. O Fundo para o Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia examinará os relatórios financeiros e de actividades apresentados referentes aos projectos aos quais já foi concedido apoio, continuando a concretizar visitas não periódicas a projectos aprovados e a elaborar relatórios sobre a progressão dos projectos, de modo a informar-se, da melhor forma, sobre a progressão dos trabalhos de estudo relativos aos mesmos, bem como a reforçar os

trabalhos de fiscalização ligados à concessão de apoio financeiro a projectos. O Fundo informa-se oportunamente das dificuldades encontradas e ajuda as equipas de estudo a ultrapassá-las, assegurando assim que os projectos se desenvolvam de acordo com a progressão e a qualidade planeadas nas propostas, por forma a garantir que as verbas concedidas sejam usadas exclusivamente nos próprios projectos.

O Fundo convidará dirigentes e especialistas do Departamento de Investigação Básica do Ministério de Ciência e Tecnologia da China a deslocarem-se a Macau para inspecionarem parte dos laboratórios de Macau, por forma a informarem-se da distância existente entre os laboratórios de Macau e os laboratórios prioritários do Interior da China. Por outro lado, os mesmos estudarão contra-estratégias de elevação do nível de investigação científica dos laboratórios do Território, apresentando também medidas concretas para as diversas fases.

O Fundo dará mais apoios aos laboratórios de Macau que apresentem melhores bases, nomeadamente no que se refere à compra de aparelhos e instalações, à formação de académicos pioneiros, ao desenvolvimento de estudos nas áreas prioritárias e à promoção das áreas respectivas, designadamente a construção de laboratórios nas áreas da microelectrónica e da medicina chinesa.

No âmbito da concessão de prémios locais de ciência e tecnologia, o Fundo elaborou o texto de consulta para o projecto do “Programa sobre Prémios de Ciência e Tecnologia de Macau”, para efectuar uma consulta pública. Com base nas opiniões recolhidas activa e amplamente junto das instituições de ensino superior, entidades de investigação científica e organizações de ciência e tecnologia, o referido projecto foi revisto. O Fundo irá, assim, aperfeiçoar o conteúdo do projecto, elaborando o respectivo diploma legal, e tentará aceitar os pedidos de candidatura na altura adequada do ano de 2009.

### **5.3.3 Desenvolver as funções intermediárias de ciência e tecnologia e explorar as indústrias científicas e tecnológicas adaptadas a Macau**

O Governo continuará a estimular as instituições de ensino superior, as organizações profissionais, as entidades de investigação científica e as empresas de produção da medicina chinesa a aproveitarem as superioridades de Macau assim como as matérias-primas, os profissionais, as experiências clínicas e os frutos dos estudos do Interior da China, fomentando o desenvolvimento e o aumento da indústria da medicina chinesa de Macau. Prosseguir-se-á com o desenvolvimento das funções intermediárias de ciência e tecnologia, primeiramente nas indústrias dos

campos da medicina chinesa e da protecção ambiental. O Governo irá recolher activa e amplamente, através do Conselho de Ciência e Tecnologia, opiniões junto de todos os sectores da sociedade, estudando o estímulo para o desenvolvimento das funções intermediárias de ciência e tecnologia através de políticas e medidas

Além disso, o Fundo procedeu ao estudo relativamente sistemático referente à criação em Macau do Centro de Exame de Produtos Farmacêuticos e Alimentícios, tendo apresentado políticas e medidas através das quais se daria um impulso à criação do Centro. O Grupo de Trabalho para a Ciência e Tecnologia e Indústria da Medicina Chinesa do Conselho de Cooperação de Ciência e Tecnologia entre o Interior da China e Macau será encarregado do trabalho de explicação e comprovação no que respeita à criação do Centro de Exame. O Fundo continuará a apoiar o Grupo no impulso a dar à criação do Centro de Exame de Produtos Farmacêuticos e Alimentícios. Intensificar-se-ão as ligações com os departamentos competentes do Interior da China.

#### **5.3.4 Reforçar a divulgação e a promoção, fomentando a generalização científica e tecnológica**

No âmbito da promoção das actividades de generalização científica, o trabalho da organização manter-se-á em torno das camadas de estudantes e de professores. Além do projecto de apoio financeiro concedido à generalização científica, desenvolver-se-á o trabalho de recrutamento para o programa de orientadores voluntários de generalização científica, esperando-se que seja atraído e admitido um grupo de voluntários com conhecimentos e experiências na área da generalização científica. Apoiar-se-ão as escolas no desenvolvimento de actividades de generalização científica e educação pela generalização científica, resolvendo-se os problemas que parte das escolas têm devido à falta de orientadores de generalização científica, além de se estimularem as escolas e organizações a promoverem diversas actividades de generalização científica, com o objectivo de elevar, de forma global, a qualidade científica dos jovens e orientadores de generalização científica.

No quadro de cooperação do “Conselho de Cooperação de Ciência e Tecnologia entre o Interior da China e Macau”, irá organizar conjuntamente com o Ministério de Ciência e Tecnologia da China a “Semana de Ciência e Tecnologia de Macau 2009”, bem como grupos de investigação destinados aos professores e acampamentos de Verão para os alunos na área da generalização científica.

A organização de acampamentos de Verão de generalização científica destinados aos estudantes e grupos de investigação de professores na área da generalização científica, bem como o estímulo dado aos estudantes que visitaram, em diferentes períodos, o Centro de Ciência e Tecnologia de Cantão, visa inspirar pensamentos inovadores nos estudantes e despertar o seu interesse pela exploração científica, por forma a elevar as suas capacidades práticas no campo de ciência. Por outro lado, espera-se também que as respectivas actividades possam ajudar na elevação da capacidade dos professores orientarem os estudantes no desenvolvimento de estudos exploratórios e actividades inovadoras científicas e tecnológicas.

### **5.3.5 Aproveitar amplamente os mecanismos já estabelecidos e impulsionar uma maior cooperação material**

Estudaremos com prioridade o aproveitamento da relação e mecanismos de cooperação já estabelecida com o Interior da China, desempenhando bem o papel de plataforma, de modo a promover uma maior cooperação material entre as universidades, as entidades de investigação científica e as organizações científicas e tecnológicas de Macau e as organizações respectivas do Interior da China, nos campos da medicina chinesa, da informática, da protecção ambiental e da generalização científica. O Fundo da Ciência e Tecnologia e as entidades tais como a Comissão para o Fundo de Ciências Naturais do Estado, irão esforçar-se pelo estabelecimento de acordos relativos ao Programa do Apoio Financeiro Conjunto de Ciência e Tecnologia.

Foi realizada em Macau a segunda reunião do Conselho de Cooperação de Ciência e Tecnologia entre o Interior da China e Macau, na qual foi aprovado o plano de trabalho para 2008/2009. O Governo continuará, através de quatro grupos de trabalho, designadamente, de Ciência e Tecnologia e Indústria da Medicina Chinesa, de Ciência e Tecnologia e Indústria de Conservação Energética e Protecção Ambiental, de Ciência e Tecnologia e Indústria Electrónica e Informática, e de Divulgação da Ciência e Tecnologia, a organizar seminários pertinentes e visitas de investigação, bem como a convocar reuniões dos referidos grupos de trabalho; trocará opiniões com o Departamento de Desenvolvimento e Planeamento do Ministério da Ciência e Tecnologia da China sobre a questão relativa ao ingresso dos cientistas do Território no banco de especialistas do Projecto de Ciência e Tecnologia do Estado, de modo a ajudar os especialistas de Macau com as qualidades requeridas a ingressarem no respectivo banco. Além disso, está prevista a realização da terceira reunião do Conselho de Cooperação de Ciência e Tecnologia entre o Interior da China e Macau no ano de 2009, em Pequim.

Na segunda reunião do Conselho de Cooperação de Ciência e Tecnologia entre o Interior da China e Macau, foi proposto o estudo relativo ao apoio financeiro conjunto de ciência e tecnologia entre o Interior da China e Macau. Iremos discutir com o Ministério da Ciência e Tecnologia da China e os departamentos competentes da Província de Cantão sobre o estabelecimento do Programa de Apoio Financeiro Cooperativo de Ciência e Tecnologia.

## **6. Conclusão**

Dado o agravamento da crise financeira que agitou a economia mundial, a área dos Transportes e Obras Públicas está atento à situação, actuando com prudência, criando condições para elevar a capacidade de resposta e contribuir para a manutenção do bem estar dos residentes. Para esse fim, iremos criar condições para acelerar a apreciação dos projectos e a sua execução e lançar progressivamente empreitadas, de média e pequena escala, no intuito de criar mais postos de emprego para mão-de-obra local.

Sob o pretexto da constante alteração da económica geral e o rápido desenvolvimento da cidade, devemos adoptar uma atitude firme e ter antevisão, através da decisão científica e adequado planeamento, e concretizar os projectos concebidos para o aperfeiçoamento dos trabalhos de urbanização, avaliando os problemas da sua execução e em caso de necessidade introduzir ajustamento se forem necessárias.

Por outro lado, iremos garantir, ao nível do sistema, a consciência pública sobre os trabalhos de planeamento urbanístico, concessão de terrenos e grandes empreendimentos. A incentivação da participação pública, a recolha de opinião e a obtenção de consensos, fortalecerá os serviços de transportes e obras públicas, possibilitando o tratamento e resolução dos problemas que afectam o bem estar geral da população.

Apesar de vivermos nos momentos de crise, temos esperança que através da cooperação mútua entre o Governo e a população local, conseguiremos enfrentar as dificuldades e os desafios que estão na nossa frente. Devemos ter confiança de que somos capazes de resolver os problemas do desenvolvimento desta cidade.